População Trans

da Região Metropolitana da Grande Vitória

perfil, vulnerabilidades e potencialidades

Instituto Jones dos Santos Neves
2018

População Trans

da Região Metropolitana da Grande Vitória

perfil, vulnerabilidades e potencialidades

Instituto Jones dos Santos Neves
2018

Instituto Jones dos Santos Neves
População Trans da Região Metropolitana da Grande Vitória: perfil, vulnerabilidades e potencialidades.

Vitória, ES, 2018. 148 p.; il. tab.
ISBN: 978-85-8370-056-2

1.Transexuais. 2. Desigualdade Social. 3. Gênero. 4. Vulnerabilidade. 5. Região Metropolitana. 6. Grande Vitória - ES.
I.Pereira, Sandra Mara. II. Gonçalves, Thalita Matias. III. Linhalis, Cicero Frechiani. IV. Título.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR
César Roberto Colnago

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Regis Mattos Teixeira

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – SEDH
Leonardo Oggioni Cavalcanti de Miranda

Coordenação Estadual de Políticas para Diversidade Sexual e de Gênero
Marcos Vinícius da Silva Cordeiro

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI
Camila Dalla Brandão

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – FAPES
Jose Antonio Bof Buffon

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN
Diretora Presidente
Gabriela Gomes de Macêdo Lacerda
Diretoria de Estudos e Pesquisas
Ana Carolina Giuberti
Diretoria Administrativa e Financeira
Andréa Figueiredo Nascimento

AGRADECIMENTO INSTITUCIONAL
Andrezza Rosalém Vieira – SETADES

COORDENAÇÃO GERAL
Coordenação de Estudos Sociais – CES
Sandra Mara Pereira

ELABORAÇÃO
Sandra Mara Pereira
Thalita Matias Gonçalves
Cicero Frechiani Linhalis

REVISÃO
Ana Carolina Giuberti

EDITORAÇÃO
Arthur Ceruti Quintanilha
João Vitor André

FOTO
Sharon McCutcheon | pexels.com

Sumário

Introdução 23

Capítulo 01 | Gênero e transexualidade: apontamentos teóricos 29

Capítulo 02 | Pesquisa sobre pessoas trans: percursos, possibilidades e limites 37

Capítulo 03 | Afetos, rupturas precoces e fragilidades: família e moradia 55

Capítulo 04 | Transexualidade, trajetória escolar e trabalho 67

Capítulo 05 | População trans da RMGV e o direito à saúde 85

Capítulo 06 | Violências e percepção de segurança 105

Capítulo 07 | Desafios e potencialidades 123

Referências 135

Apêndice 145

Lista de Figuras Gráficos e Tabelas

Quadro 01 | Sequência das discussões realizadas nas reuniões do GD Pop Trans *42*

Tabela 01 | Quantitativo de pessoas trans mapeadas durante a realização da pesquisa *46*

Gráfico 01 | Conseguiu a correção de nome e gênero em seu registro civil? *51*

Gráfico 02 | Em que idade se percebeu pessoa trans? *52*

Gráfico 03 | Em seu domicílio moram *60*

Tabela 02 | Com quem moram as pessoas entrevistadas que indicaram não morar com a família *60*

Gráfico 04 | Em qual idade deixou de viver com a família? *61*

Gráfico 05 | Já sofreu preconceito em sua família por ser transexual ou travesti? *65*

Gráfico 06 | Já sofreu algum tipo de violência em família? *65*

Gráfico 07 | Quais tipos de violência sofreu em família? *63*

Gráfico 08 | Sua moradia é *64*

Gráfico 09 | Qual sua condição no domicílio? *65*

Tabela 03 | Quais os tipos de preconceitos/agressões que já sofreu na escola? *73*

Gráfico 10 | Cite até três cursos de qualificação profissional de seu interesse *74*

Gráfico 11 | Quais atividades (ou trabalho remunerado) possui? Atividade principal *75*

Gráfico 12 | Em sua atividade principal, você é *76*

Gráfico 13 | Em sua atividade principal trabalha de carteira assinada? *77*

Gráfico 14 | Por que não tem/teve acompanhamento médico para hormonioterapia? *90*

Gráfico 15 | Cite até três coisas importantes para melhorar os serviços de atendimento à saúde *93*

Tabela 04 | Processo Transexualizador – Homens Trans *96*

Tabela 05 | Processo Transexualizador – Mulheres Trans e Travestis *97*

Gráfico 16 | Costuma usar preservativos nas relações sexuais *102*

Gráfico 17 | Em uma escala, quanto se sente segura(o): em seu domicílio *108*

Gráfico 18 | Em uma escala, quanto se sente segura(o): no bairro onde mora *108*

Gráfico 19 | Em uma escala, quanto se sente segura(o): na cidade onde mora *109*

Gráfico 20 | Em uma escala, considera o risco de:
sofrer agressão física motivada por transfobia na cidade onde mora *110*

Gráfico 21 | Em uma escala, considera o risco de:
sofrer agressão verbal motivada por transfobia na cidade onde mora *110*

Gráfico 22 | Em uma escala, considera o risco de:
sofrer agressão sexual motivada por transfobia na cidade onde mora *111*

Gráfico 23 | Em uma escala, considera o risco de:
ser assassinada(o) por motivação transfóbica na cidade onde mora *111*

Gráfico 24 | De qual tipo de violência você foi vitima *114*

Gráfico 25 | Onde ocorreram as agressões? *114*

Gráfico 26 | Quem foram os agressores? *115*

Gráfico 27 | Tipo de violência ocorrida em abordagem policial *118*

Gráfico 28 | Considera o risco de sofrer abuso ou violência nas
abordagens policiais motivados por transfobia *118*

Relação de Siglas do Texto

ACARD | Associação Capixaba de Redução de Danos

AIDS | *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Pt: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

ANTRA | Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APA | Associação Psiquiátrica Americana

CDPS | Centro de Detenção Provisória da Serra

Centro Pop | Centro de Referência Especializado Para a População em Situação de Rua

CES | Coordenação de Estudos Sociais

CID | Classificação Internacional de Doenças

CNCD LGBT | Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

DSM-5 | *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (Pt: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)

ECRIAD | Estatuto da Criança e do Adolescente

ES | Espírito Santo

FAPES | Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo

GD | Grupo de Discussão

GD Pop Trans | Grupo de Discussão sobre Pessoas Trans

GOLD | Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade

HIV | *Human Immunodeficiency Virus* (Pt: Vírus da Imunodeficiência Humana)

HUCAM | Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes

IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAT | Instituto Brasileiro de Transmasculinidade

IES | Instituições de Ensino Superior

IJSN | Instituto Jones dos Santos Neves

ISTs | Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBT | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

LSD | *Lyserg Säure Diethylamid* (Pt: Dietilamida do Ácido Lisérgico)

OMS | Organização Mundial de Saúde

PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais

PEP | Profilaxia Pós Exposição

PEVV5 | Penitenciária Estadual de Vila Velha 5

PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE | Plano Nacional de Educação

RMGV | Região Metropolitana da Grande Vitória

SECTI | Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

SEDH | Secretaria de Estado de Direitos Humanos

SEP | Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

SM | Salário Mínimo

SOC | *Standards of Care*

SP | São Paulo

SPSS | *StatisticalPackage for the Social Sciences*

SUS | Sistema Único de Saúde

TGEU | *Transgender Europe*

Prefácio

Gabriela Lacerda
Diretora Presidente do
Instituto Jones dos Santos Neves

O debate sobre transexualidade envolve questões e perspectivas teóricas diversas. Ao se revelarem diferentes dos padrões estabelecidos socialmente, as pessoas trans incomodam o ***status quo*** e, muitas vezes, passam a sofrer um processo de invisibilização. Conhecer melhor este universo permite pensar a formulação de políticas públicas qualificadas que atendam as reais necessidades dessa parcela da população.

Com base nesse desafio, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), atendendo à solicitação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) e em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), realizou a pesquisa sobre homens transexuais, mulheres transexuais e travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Trata-se de um trabalho inédito no Estado, que permitiu identificar o perfil dessas pessoas, além de conhecer suas vulnerabilidades, dificuldades e potencialidades.

A partir da utilização de uma amostra não probabilística denominada bola de neve, ideal para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade, buscou-se captar aspectos educacionais, familiares, de moradia, trabalho, saúde, violências e segurança, entre outras dimensões vivenciadas por esses indivíduos, adotando-se sempre a auto identificação como parâmetro para selecionar os participantes.

A constituição de um Grupo de Discussão (GD Pop Trans), que contou com a participação de pessoas trans militantes de movimentos sociais, técnicos dos serviços estaduais e municipais da RMGV que atendem a este segmento, pesquisadores de instituições de ensino superior, técnicos da SEDH, além de pesquisadores do IJSN, foi fundamental para a preparação do estudo e vital para o acesso aos indivíduos entrevistados.

Pode-se afirmar que o conteúdo disposto neste livro é um marco no fortalecimento de uma agenda que dignifique e potencialize a voz de uma população que quase sempre é colocada a margem e constantemente vítima da rejeição social. Um trabalho inovador e necessário, que reforça o compromisso do Instituto Jones do Santos Neves em prover e ampliar conhecimento que contribua para o debate e a compreensão dos desafios impostos pela temática abordada.

A expectativa é de que este estudo seja acolhido e ampliado por pesquisadores, universidades e movimentos sociais, e que as informações produzidas subsidiem as ações e políticas públicas voltadas a este segmento. Apoiamos a realização de outros estudos que visem conhecer melhor a população trans, bem como a promoção de políticas públicas qualificadas que a dignifiquem.

Boa leitura.

Prefácio

José Antonio Bof Buffon
Diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes)

O poder público deve se debruçar sobre a tarefa de conhecer a realidade dos cidadãos de uma maneira que considere as diferenças entre grupos sociais por diversos critérios, sejam eles econômicos, culturais ou geográficos. Quanto mais à margem da sociedade está uma pessoa, mais difícil é ter noção das condições em que ela vive, da sua relação com a comunidade em que está inserida e dos reais desafios que enfrenta no cotidiano.

Esse é o cenário em que se encontram as pessoas transexuais no Espírito Santo. Além do preconceito que, historicamente, atinge o grupo, há ainda a falta de informações a respeito, o que acaba sendo um impedimento para a administração pública desenvolver e levar políticas de inclusão para quem mais precisa.

Por isso, considero que foi tamanha a importância de uma parceria interna criada entre órgãos do próprio Governo do Estado para dar uma atenção especial à população transexual, por meio de uma pesquisa sobre as características e as necessidades dessas pessoas que vivem na Região Metropolitana da Grande Vitória.

O trabalho teve início com a demanda da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) por dados que pudessem ser usados no desenvolvimento de ações, planos e projetos. A partir daí, também entraram no circuito a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Por meio de um Termo de Cooperação assinado em 2016, a SEDH realizou a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec), gerido pela Fapes. Com toda a sua expertise em fomento, a Fundação contribuiu para a estruturação do projeto, junto ao instituto executor. Em abril de 2018, o IJSN divulgou em sua página na internet o primeiro relatório referente à coleta de dados da pesquisa.

Agora, após o tratamento das informações, o livro "População Trans na Região Metropolitana da Grande Vitória: Perfil, Vulnerabilidades e Potencialidades" é publicado, finalmente. A obra em questão se trata de um verdadeiro instrumento de gestão no que diz respeito ao grupo observado. É assim se faz política pública contemporânea: baseando-se em evidências e com foco, acompanhados de monitoramento e avaliação.

Agradecimento

Coordenação da Pesquisa

Fundamental deixar aqui o profundo agradecimento do IJSN a Carlos Eduardo Medeiros de Melo, Helloy Scárdua e Michelle Gama que atuaram como articuladores(as) de campo, sujeitos fundamentais para que esta pesquisa se concretizasse.

Estendemos o agradecimento com a mesma intensidade ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT), nas pessoas de Carlos Eduardo (citado anteriormente) e Murilo Lopes Teixeira, sempre parceiros, que participaram de todo o processo de construção do questionário nas discussões do GD Pop Trans e contribuíram muito; à Associação Capixaba de Redução de Danos (ACARD), nas pessoas de Ismenia Novais Barbosa e de Clotilde Frota Cosme (*in memorian*) que participaram das reuniões do GD Trans e foram extremamente solícitas ao ajudarem a pensar quais mulheres trans ou travestis poderiam compor a equipe como Articuladoras de Campo.

Agradecemos também à Associação Gold – Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade, na pessoa de Deborah Sabará e toda a sua equipe que ajudaram na fase de realização das entrevistas, mobilizando as pessoas trans e abrindo suas portas para participação da equipe da pesquisa nos eventos Papo Trans, das quintas-feiras do mês de agosto, na Associação Gold.

De um modo mais amplo e não menos importante, registra-se também o agradecimento a todos os integrantes do GD*, cada um foi fundamental para a realização dessa pesquisa.

---

* Os nomes dos participantes da pesquisa estão listados no Apêndice A.

Introdução

A compreensão do conceito de transexualidade e dos dilemas inerentes a ele ainda é um desafio para a maioria das pessoas, seja pelo preconceito ainda existente na sociedade, seja pela complexidade teórica envolvida na temática, relativamente recente no campo científico.

De um modo geral, segundo Bento, a transexualidade refere-se a uma dimensão identitária localizada no gênero, que se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização (Bento, 2008, p.183).

Nesse sentido, este livro tem como objetivo contribuir para a compreensão e para dar visibilidade à transexualidade no contexto da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Os resultados e discussões apresentadas, derivam de uma pesquisa inédita realizada no âmbito do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)[1], fruto de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH), o IJSN e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

A pesquisa sobre homens transexuais, mulheres transexuais e travestis[2] da Região Metropolitana da Grande Vitória, realizada pelo IJSN (2017-2018) investigou questões como: qual o perfil desses sujeitos; quais as principais vulnerabilidades vivenciadas e quais as suas percepções sobre a segurança e a violência na sociedade em que vivem, entre outras. O foco central da pesquisa foi gerar informações e dados estatísticos importantes sobre a população trans, com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas específicas para este segmento.

A realização da pesquisa, que dá origem à formulação deste livro, é de extrema relevância no contexto do estado do Espírito Santo (ES), uma vez que os estudos sobre transexualidade são ainda escassos no ES.

Foram ouvidas ao todo 147 pessoas trans na RMGV: 51 homens transexuais, 54 mulheres transexuais e 42 travestis, a partir de uma amostra-

---

[1] Ver Relatório final da Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5064-pesquisa-sobre-homens-transexuais-mulheres-transexuais-e-travestis-da-regiao-metropolitana-da-grande-vitoria

[2] Utiliza-se, em alguns momentos do texto, a expressão pessoas trans ou população trans para designar os homens transexuais, as mulheres transexuais e as travestis.

gem não probabilística, denominada como Bola de Neve, que utiliza cadeias de referência (ver capítulo 01).

Embora a realização de uma pesquisa sobre a população trans fosse expressão de uma demanda antiga dos movimentos sociais LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros) pautada inclusive em encontros nacionais dos movimentos sociais, o acesso ao público pesquisado era um desafio.

Por se constituírem como vítimas de rejeição social em alto grau, o que se expressa muitas vezes como agressão ativa, a população trans - facilmente agredida e raramente defendida - se vê em extrema vulnerabilidade, ao que reage desenvolvendo uma "cultura de resistência" específica, com linguagens e hábitos próprios. Ou seja, tratava-se de um segmento populacional, a princípio, pouco acessível, pela própria trajetória vivenciada.

O diálogo com os representantes dos movimentos sociais, com vistas a garantir a participação desses durante a execução da pesquisa de campo foi determinante para o sucesso da pesquisa. Tinha-se como pressuposto, desde o início, que o processo deveria ser colaborativo e dialogado, tendo a participação dos movimentos sociais como algo fundamental.

Além de reuniões com alguns atores chaves que se predispuseram a colaborar desde o início da pesquisa e apresentações/reuniões interinstitucionais, foi criado um grupo de discussão (GD), voltado para a discussão sobre aspectos relativos à pesquisa sobre pessoas trans (GD Pop Trans), com a participação de representantes de movimentos sociais, técnicos dos serviços municipais da RMGV que atendem ao público da pesquisa, pesquisadores vinculados às instituições de ensino superior (IES), técnicos da SEDH e pesquisadores do IJSN.

As discussões do GD foram extremamente ricas, subsidiando a compreensão das especificidades vivenciadas pelo grupo e a formulação do instrumento de coleta de dados.

Os resultados apresentados tanto no relatório final da pesquisa quanto neste livro, de forma ressignificada, são fruto de intenso trabalho de estudo, de articulação e de diálogo. Espera-se que eles possam ser úteis para gestores públicos, para os movimentos sociais organizados e para todos que desejam se aproximar e compreender um pouco mais sobre as pessoas trans que fazem parte da população da RMGV.

Este livro está estruturado em seis capítulos, além desta introdução. No primeiro – "Gênero e transexualidade: apontamentos teóricos" - é feita uma breve discussão teórica, explicitando os principais conceitos que nortearam a pesquisa.

No segundo capítulo – "Pesquisa sobre pessoas trans: percursos, possibilidades e limites" – é feito um esforço de síntese para compartilhar a percepção sobre as especificidades da pesquisa com pessoas trans e as estratégias metodológicas adotadas, bem como o perfil da população entrevistada. Nesse capítulo é destacada a construção do instrumento de pesquisa, que ocorreu de forma dialogada com diferentes sujeitos e a condução da coleta de dados que contou com a participação ativa de membros dos Movimentos Sociais ligados às pessoas trans, que atuaram como articuladores de campo, trazendo um diferencial significativo para a pesquisa.

No terceiro capítulo – "Afetos, rupturas precoces e fragilidades: família e moradia" – a partir dos dados da pesquisa sobre família e moradia, propõe-se uma discussão acerca da constituição das subjetividades dos sujeitos entrevistados, num contexto de rupturas ocorridas tão precocemente.

No capítulo quarto – "Trajetória escolar e trabalho" – busca-se articular os resultados da pesquisa sobre educação e mercado de trabalho, evidenciando como ambos espaços são marcados pela exclusão e o preconceito.

O quinto capítulo – "População trans da RMGV e o direito à Saúde" –, por sua vez, aborda os desafios do acesso e dos cuidados com saúde no universo da transexualidade, tematizando aspectos específicos vivenciados por ser um homem trans, uma mulher trans ou uma travesti.

O sexto capítulo – "Violências e percepção de segurança" – discute um tema importante para o universo trans que é a violência, expressando em dados um quadro dramático vivenciado pelas pessoas trans num contexto marcado pela transfobia.

Por último, o capítulo sétimo, - "Desafios e potencialidades" - se propõe a fazer um balanço dos dados obtidos na pesquisa, sinalizando alguns dos desafios inerentes à questão social da população trans, assim como algumas potencialidades observadas.

Esse livro condensa um esforço de interpretação do registro das vozes e das histórias de diversos sujeitos, que sempre foram silenciados de inúmeras formas. A intenção consolidada nesta obra foi contribuir com a compreensão desse universo complexo e marcado por diversas vulnerabilidades[3].

Espera-se que as vozes registradas, mesmo que numa perspectiva de análise agregada, ecoem e reverberem na formulação de políticas públicas qualificadas e comprometidas com a garantia de direitos humanos para esse segmento populacional.

[3] Vale ressaltar que o universo estudado encerra em si outros universos como, por exemplo, as travestis que se encontram no sistema penitenciário em privação de liberdade. Tem uma especificidade nas pessoas trans que estão em privação de liberdade que difere de qualquer outra condição vivenciada por uma pessoa trans. Portanto, falar de pessoas trans é uma aproximação teórica que não engloba toda a diversidade presente sob este rótulo. Generalizações são úteis, mas não devem subsumir completamente as especificidades, sob o risco de empobrecimento e reducionismo da realidade observada. Tentar-se-á manter isto em mente ao longo das análises feitas.

Capítulo 01

Gênero e transexualidade: apontamentos teóricos

O debate sobre a transexualidade envolve múltiplas questões e perspectivas teóricas diversas, nem sempre consensuais e passíveis de provocar grandes inquietações aos leitores e estudiosos, desde o campo teórico-epistemológico ao campo propriamente político e pragmático. A pesquisa sobre homens transexuais, mulheres transexuais e travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória não teve nenhuma pretensão de sumarizar esse debate, esgotar essa discussão ou mesmo assumir de forma peremptória um ponto de vista teórico-político, até pelo contexto em que ela se constituiu.

Nesse sentido, serão apontados aqui alguns pressupostos básicos assumidos pela equipe de pesquisa na construção do projeto e na realização da pesquisa, com plena consciência da complexidade envolvida, que certamente extrapola os limites que a pesquisa realizada se propôs a abarcar.

Na diversidade de identidades possíveis, a transexualidade propõe uma leitura de sexo e gênero necessária para uma reflexão sobre o lugar da pessoa trans e sua construção social. Ao se declarar "sou trans" (seja ela transexual ou travesti), a pessoa sinaliza uma demarcação de identidade que busca compor e diferenciar o sujeito da fala, em um processo de (res)significação na vivência cotidiana que se dá em um contexto histórico-social de uma sociedade.

A construção da identidade ocorre no terreno das interações sociais, onde é preciso lidar com uma realidade dada, interpretá-la e assim também subjetivamente dotá-la de sentido para a formação de um mundo coerente, trazendo tal coerência para a vida cotidiana por meio da ação e do pensamento, sendo possível entender tal dinâmica nas chamadas objetivações dos processos e as significações subjetivas (BERGER e LUCKMAN, 2004, p.35). O cotidiano se mostra enquanto realidade interpretada pelas pessoas e subjetivamente assume um sentido quando estas conseguem estabelecer uma coerência no mundo da vida cotidiana.

Desse modo, na construção da identidade, faz-se necessário denotar o processo em que o sujeito apela para recursos na realidade dada que tenham algum significado para si e que estão organizando sua prática cotidiana, em um contexto de tempo e espaço da sociedade em que vive, tratando com expectativas e idealizações que definem o pensamento e o comportamento, em um processo de compreensão de si e do seu lugar na sociedade (GIDDENS, 2002).

Embora seja possível denotar o trânsito entre os gêneros em outras culturas e outros momentos históricos (BENTO, 2008, p.17), a partir do século XVIII observa-se o discurso médico científico de diferenciação biológica entre homens e mulheres (BENTO, 2008, p.25). Ao longo do século XIX uma infinidade de estudos médicos coloca como propósito explicar os comportamentos sexuais sob a perspectiva biológica. Já no século XX, com a proeminência das ciências da psique humana (psicologia, psiquiatria e psicanálise), observa-se a associação destas com a medicina. Nesse sentido, instaura-se um dispositivo de poder fundado na necessidade de saber por meio da medicina qual o sexo determinado pela natureza e, por consequência, aquele que a justiça exige e reconhece (ARÁN, 2006, p.51).

Os discursos fundados nas diferenças sexuais darão suporte, a partir de uma perspectiva científica, ao julgamento das condutas (BENTO, 2008, p.29). As diferenças sexuais seriam constatadas por meio da medicina, importante para apontar o sexo determinado pela natureza (o que faz da biologia um argumento para a explicação da ordem social embasada no discurso científico) e dariam suporte à determinação do comportamento e ao julgamento das condutas, mantendo uma lógica binária que normatiza, estabelecendo um *continuum* entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo (ARÁN, 2006, p.50).

Como aponta Butler,

> Consideremos, primeiramente, que a diferença sexual é frequentemente evocada como uma questão referente a diferenças materiais. A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas. Além disso, afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença sexual. A categoria do "sexo" é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de "ideal regulatório". Nesse sentido, pois, o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o "sexo" é um ideal regulatório cuja

> materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o "sexo" é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo (BUTLER, 2000, p.110).

O discurso prevalecente ainda induz a pensar sexo/gênero enquanto aspectos naturais (re)produzidos no sistema binário (masculino/feminino), tratando aqueles que fogem a uma normativa social como pessoas desviantes ou portadoras de um distúrbio patológico[4]. Como resultado, uma definição de gênero do que seja um homem ou uma mulher passa pela afirmação de um padrão de identificação homem-pênis-masculino e mulher-vagina-feminino, o ser sexuado.

> [...] ser "sexuado" é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, as quais constituem uma norma que, ao mesmo tempo em que norteia uma inteligibilidade e uma coerência entre sexo, gênero, prazeres e desejos, funciona como um princípio hermenêutico de auto interpretação (BUTLER, 2003, p.143).

Entretanto, o discurso prevalecente ignora a possibilidade da transexualidade ser uma experiência identitária. Como sinaliza Bento (2003):

> O gênero adquire vida através das roupas que cobrem o corpo, dos gestos, dos olhares, de uma estilística corporal e estética definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilida-

[4] Em 1966, o endocrinologista alemão Harry Benjamin apresentaria como critério fundamental para definir a pessoa transexual a relação de abjeção com suas genitálias em sua obra "O fenômeno transexual". Esta publicação serviu para a construção de indicadores e forneceu a base para um diagnóstico a serviço dos profissionais de saúde que definiria o "verdadeiro transexual", que poderia acessar a cirurgia de transgenitalização estabelecida como alternativa terapêutica para a "enfermidade" de abjeção ao corpo. Criada na década de 1970, a Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin (atualmente chamada de Associação Profissional Mundial para a Saúde Transgênero), passou a publicar as Normas de Atenção à Saúde das Pessoas Trans e com Variabilidade de Gênero (Standards of Care – SOC, atualmente em sua sétima versão). Além da SOC, a Associação Psiquiátrica Americana (APA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) também publicam documentos norteadores na orientação de um diagnóstico de gênero: a APA publica o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) que trata da disforia de gênero; e a OMS publica o Código Internacional de Doenças (CID-10) que, até este ano (2018), definia como "transtorno de identidade de gênero". Vale lembrar que atualmente o "próprio critério de abjeção à genitália", de tentativa de demarcação do que seria o "verdadeiro transexual" tem sido amplamente questionado.

> de ao corpo, que é basicamente instável, flexível e plástico. Essas infindáveis repetições funcionam como citações e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza.

Os aspectos que orientam o discurso científico da medicina, das ciências psíquicas e também as normas sociais que se mostram fundadas no binarismo, na heteronormatividade[5] e na idealização do que seria um homem ou uma mulher "de verdade" (BENTO, 2008, p.19) precisam lidar com a pessoa transexual que reivindica uma identidade de gênero contrária à sua genitália[6], o que não necessariamente significa uma mera inversão. Castel (2001, p.77) ao definir a transexualidade pelo sentimento intenso de não-pertença ao sexo anatômico, sem por isso manifestar distúrbios delirantes e sem bases orgânicas, ressalta uma condição psíquica que foge a uma possível esquizofrenia e que não se encaixa em uma definição de condição endócrina, a exemplo da pessoa hermafrodita. Embora esta definição traga um ganho teórico nítido em relação às concepções focadas na ordem médica, vale destacar aqui que a noção de "sentimento intenso" também assume um risco de conduzir a uma tendência a afirmar um padrão de transexualidade, semelhante à noção de "verdadeiro transexual". Qual o parâmetro para a mensuração do que se entende como intenso?

Em acordo com Bento, a transexualidade é:

> Dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização (BENTO, 2008, p.183).

---

[5] "Por heteronormatividade entende-se a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos" (Bento, 2008, p.51).

[6] Em consonância com esta perspectiva, vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal decidiu em 1º de março deste ano (2018) permitir que transexuais possam alterar seu nome no registro civil, em cartório, sem a necessidade de realização de cirurgia de mudança de sexo ou de decisão judicial (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018).

Segundo Butler (2003, p.19), a construção política do sujeito está vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, já que este sujeito é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder que são buscadas para a emancipação. A pessoa trans pretende ser reconhecida socialmente e legalmente de acordo com o gênero ao qual se identifica e para isso aciona as normas reguladoras que materializam sexo-gênero e sobre o que é ser corpo-homem/corpo-mulher, entretanto, essas mesmas instituições alegam uma incoerência entre sexo e gênero na pessoa transexual. Pensar nas definições do ser homem ou ser mulher refletem também no entendimento do que é ser transexual/travesti, e assim nos processos de legitimação e de exclusão que vivenciam nos limites do sistema binário. Compreendendo que a identidade é performativa (e deste modo se dá por meio de processos relativos às convenções e normas sociais sobre o ser homem e ser mulher), a transexualidade e travestilidade são expressões identitárias que se compõem a partir de multiplicidades e para além de uma causalidade sexo-gênero, em uma reformulação dos corpos.

> Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria - quer se entenda essa como o "corpo", quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio "sexo" seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2000, p.111).

Butler, nesse sentido, problematiza a própria essencialização do sexo como algo definido materialmente, apenas pela dimensão biológica, argumentando que ele também se inscreve no campo das normas regulatórias, como efeito de poder.

A despeito da discussão apenas enunciada anteriormente, trazida aqui para ilustrar a complexidade do tema transexualidade, está claro que a noção de identidade de gênero é uma construção sociocultural que

ocorre em um campo discursivo, que precisa ser deslocada do sexo biológico, pois a pessoa trans reivindica um gênero diferente ao que lhe impõem e o quer viver para além das diferenças sexuais.

Nesse sentido, a pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória teve como pressuposto que qualquer aproximação a esse campo exige, minimamente, do pesquisador a abertura para dialogar com *masculinidades* e *feminilidades* que não estejam condicionadas ao órgão genital. Foi este o pressuposto básico que a equipe pesquisadora buscou como fundamento da condução de cada etapa da pesquisa.

Sendo a transexualidade ou a travestilidade expressões identitárias, referem-se a uma estilística corporal e estética extremamente flexíveis e plásticas. Compreender isto remete a uma abertura maior e necessária frente as interações inerentes à prática da pesquisa.

Por isto um cuidado constante da equipe pesquisadora frente a qualquer perspectiva de essencialização, assumindo como pressuposto de acesso aos sujeitos da pesquisa, a auto-identificação como pessoas trans, por tratar-se basicamente de uma dimensão identitária.

Capítulo 02

Pesquisa sobre pessoas trans: percursos, possibilidades e limites

Para a realização da pesquisa sobre os Homens Transexuais, as Mulheres Transexuais e Travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), em paralelo à realização de uma pesquisa bibliográfica sobre esse tema, buscou-se também a realização de reuniões com técnicos e/ou gestores de serviços municipais que atendem ao público da pesquisa, além de pesquisadores do estado que investigam o tema e pessoas trans, como uma primeira etapa aproximativa, tanto do conceito de *pessoas trans*, quanto do fenômeno social em si.

Importa salientar que a pesquisa sobre transexualidade traz em si um conjunto complexo de questões, tanto no campo da experiência de auto identificação, quanto no campo teórico e epistemológico que tenta analisar este campo temático. Existe um universo enorme de aspectos que permeiam a construção de uma pesquisa sobre pessoas trans, inclusive em termos de recorte do público que poderia ou deveria compor o grupo de entrevistadas (os).

Sem a pretensão de tentar abarcar esse universo de questões mencionadas, a pesquisa realizada, de iniciativa governamental, pelos próprios limites institucionais e temporais envolvidos em sua produção, optou por restringir seu foco nas pessoas que se auto identificassem como homem trans, mulher trans ou travesti, respeitando sempre a auto denominação assumida por esses sujeitos, sem assumir para si a problematização da existência ou não de limites e/ou fronteiras entre o que é ser trans, ou, para exemplificar de modo mais pragmático, mesmo se a categoria travesti poderia ser absorvida pela designação mulher trans.

A equipe responsável pela realização deste estudo tinha clareza que tais fronteiras ou limites, existentes ou não, dialogam com dimensões políticas e epistemológicas, com pressupostos político-teóricos, que não poderiam ser compreendidas no âmbito da referida pesquisa.

Vale destacar, nesse sentido, que a temática trans encerra em si uma fluidez intensa e inclui, por exemplo, as pessoas que se definem como *queer*[7], não-binárias[8], entre outras. Pessoas que realizaram uma transi-

[7] Termo proveniente do inglês, cuja tradução para o português se aproxima de "excêntrico" ou "insólito". Refere-se a um conjunto de expressões identitárias que remetem ao não enquadramento em nenhuma identidade de gênero. Trata-se também de uma perspectiva teórica que agrupa estudos diversos, em diferentes áreas (sociologia, filosofia, estudos culturais, artes, entre outras)

ção entre os padrões de gênero socialmente construídos sem, entretanto, necessariamente, assumir um dos polos do binarismo, como uma estratégia de desconstrução da noção binária dos gêneros.

Contudo, frente a demanda acordada desde o início com a SEDH, decidiu-se focar na população de homens trans, mulheres trans e travestis, pelo grau de vulnerabilidade associado a esses segmentos. A decisão metodológica assumida, portanto, foi ter como parâmetro **sempre** a auto identificação.

Em nenhum momento a equipe de campo foi orientada a questionar se uma determinada entrevistada era uma mulher trans ou uma travesti, ou se o processo de transição de gênero não estava "suficientemente" realizado para que tal pessoa pudesse ou não fazer parte do grupo de entrevistados. O critério sempre foi a auto identificação, partindo-se do pressuposto de que não caberia aos pesquisadores definir se havia ou não pessoas trans "mais verdadeiras" do que outras.

Desse modo, destaca-se aqui que dentre as pessoas entrevistadas, houve cinco (05) indivíduos que se auto definiram como pessoa trans, mas que, por algum motivo, não se identificavam como trans nas relações sociais, seja por não terem iniciado (ainda) o processo de transição, seja por terem realizado uma "destransição"[9]. Embora, a experiência desses indivíduos se diferencie de modo muito significativo da experiência daqueles que trazem em seu corpo a marca explícita da transição (independentemente de intervenções médicas), entendeu-se que seria importante acolher e registrar também tais situações, inclusive como uma forma de obter informações que ajudassem a compreender as dificuldades inerentes ao processo de transição de gênero. A auto declaração como pessoa trans foi o fator decisivo para incluir tais indivíduos como sujeitos da pesquisa.

---

que têm em comum o rompimento com a essencialização ou a naturalização de sexo e de gênero, afirmando ambos como construções sociais.

[8] O não binarismo também remete para o rompimento com a cisnormatividade (ou binarismo de gênero, onde os gêneros são reduzidos a duas possibilidades – homem cis e mulher cis), mas historicamente há diferenças em relação à teoria queer, não sendo possível reduzir uma perspectiva à outra, embora o não binarismo faça parte da teoria queer.

[9] O termo "destransição" refere-se aqui ao processo de reversão das intervenções corporais anteriormente realizadas em direção à transição de gênero, sejam elas estéticas ou médicas, envolvendo assim uma nova mudança na expressão social de sua identidade de gênero, diferente da identidade trans assumida anteriormente na trajetória individual.

A restrição das(os) participantes da pesquisa por qualquer outro critério, além da auto declaração, conduziria a pesquisa para um caminho perigoso de padronização de um fenômeno que surge exatamente num contexto em que a padronização binária de gênero tende a gerar exclusão, sofrimentos, violências de diferentes matizes e inclusive a morte de pessoas que não se encaixam nas normas de gênero estabelecidas.

Como parte da metodologia da pesquisa, buscou-se também a constituição de um *Grupo de Discussão sobre pessoas trans* (GD Pop Trans), que contou com a participação de pessoas trans e militantes de movimentos sociais, técnicos dos serviços municipais da RMGV que atendem a este segmento, pesquisadores de instituições de ensino superior, técnicos da SEDH e pesquisadores do IJSN. O GD Pop Trans chegou a contar com vinte e nove (29) participantes, mas as reuniões contavam com uma média de participação em torno de quinze (15) pessoas, sendo que um grupo menor de onze (11) pessoas apresentou assiduidade elevada, com participação em praticamente todos os encontros.

Para que todos os participantes pudessem organizar suas agendas pessoais, foi definido que o GD se reuniria toda terceira quarta-feira de cada mês. Foram realizadas cinco (05) reuniões ordinárias no período de dezembro de 2016 até junho de 2017. Também ocorreram reuniões extras com subgrupos do GD para fins específicos, como por exemplo, a discussão do tema saúde, focando nas questões específicas do público da pesquisa.

O objetivo central do GD Pop Trans foi o acompanhamento e a troca de informações sobre a pesquisa, em especial, o debate de questões relevantes que deveriam ser captadas no instrumento de coleta de dados - uma entrevista estruturada em formato de questionário, com questões fechadas e abertas.

Embora os pesquisadores do IJSN tivessem uma formulação inicial do questionário, a partir de suas experiências e da pesquisa bibliográfica realizada, optou-se por uma dinâmica de debate no GD que evitasse ao máximo o direcionamento prévio. Propôs-se inicialmente a discussão de quais os blocos temáticos ou temas macros deveriam ser abordados na pesquisa (identificação básica, educação, família, moradia, trabalho, saúde, violências e segurança).

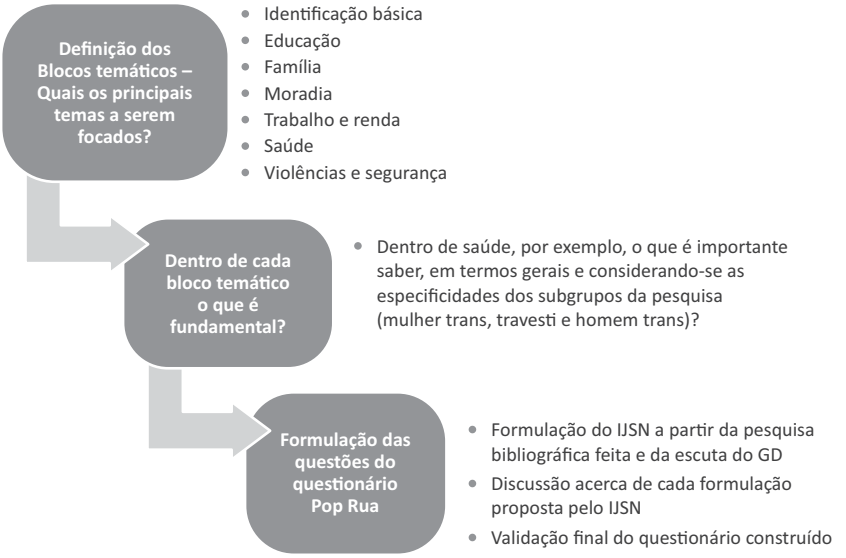
A partir da seleção dos blocos temáticos, cada um desses foi discutido, buscando identificar quais questões seriam fundamentais investigar

dentro deles. Na sequência, a partir dos registros feitos do debate, a equipe do IJSN apresentava a síntese dos aspectos discutidos dentro de cada tema, já em formato de perguntas, e o grupo avaliava e discutia se a formulação proposta dava realmente conta de captar os aspectos sugeridos.

Cabe ressaltar que a discussão dos temas e aspectos foi embasada tanto na experiência das pessoas trans que fizeram parte do GD, quanto na percepção de todos os presentes acerca da relevância da informação para a formulação de políticas públicas para o segmento em foco. Havia uma grande preocupação do grupo em adequar o instrumento de coleta de dados ao que de fato faria sentido para as pessoas que responderiam ao questionário e para a formulação das políticas.

A última reunião do GD, ocorrida no dia 01 de junho de 2017, teve como pauta a apresentação do questionário construído em sua totalidade, o que foi validado pelo conjunto dos participantes do GD. O quadro 01 ilustra a sequência das discussões realizadas no âmbito do GD.

Quadro 01
Sequência das discussões realizadas nas reuniões do GD Pop Trans:



Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Após a construção do questionário, a partir das discussões no GD, foi feito um pré-teste com algumas pessoas trans. A realização desse pré-teste permitiu o aprimoramento do instrumento, com pequenos ajustes principalmente no sentido de atender ao princípio de clareza das questões.

O questionário ficou estruturado em seis blocos com questões abertas e fechadas, contemplando as seguintes temáticas: identificação do entrevistado; escolaridade/acesso à educação; família; moradia; trabalho e renda; saúde; violências e segurança. Os dados coletados a partir das questões abertas foram agrupados, após análise, em categorias. Tendo como referência os estudos de Minayo (2004, p. 70), a palavra categoria refere-se a um conceito que abrange elementos com características semelhantes ou que se relacionam entre si. Em suas palavras:

> As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa (MINAYO, 2004, p. 70)

O relatório da pesquisa apresenta todas as frequências obtidas. Entretanto, este livro focará em alguns dos resultados dentro das dimensões família, escola, trabalho, saúde e segurança e percepção de violências, com vistas a estimular por um outro prisma o debate da questão trans.

O território de abrangência da pesquisa foi a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e trabalhou-se com uma amostra não probabilística denominada como Bola de Neve, que utiliza cadeias de referência. A amostragem bola de neve é útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade.

Nesse sentido, a opção pelo uso da Bola de Neve justificou-se pela ausência de estimativas acerca do quantitativo de pessoas trans no Espírito Santo, assim como de dados oficiais em âmbito nacional que pudessem servir de parâmetro.

Embora os serviços que realizam algum tipo de atendimento a esse público - como os serviços médicos ou de assistência - possam ter registros administrativos dos atendimentos realizados, qualquer análise que se baseasse apenas nesses registros teria limites claros de abran-

gência ou um viés de análise, a partir de características circunscritas, inclusive pela própria dificuldade de acesso aos serviços, reiteradamente relatada pelos movimentos sociais trans.

Assim, a inexistência de um cadastro que permitisse a identificação prévia das pessoas trans aliada a outros fatores que dificultam o acesso a esse grupo social corroboraram para o uso da Bola de Neve como estratégia de identificação inicial dos sujeitos da pesquisa.

> Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o "ponto de saturação") (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332).

Buscou-se então a identificação do maior número possível de pessoas trans na RMGV, onde a partir de cada contato realizado com uma pessoa trans buscava-se também a indicação de outras pessoas trans, gerando um cadastro inicial a partir de um levantamento básico com nome, idade, local de moradia, identidade de gênero, contato (telefone e/ou e-mail) e disponibilidade em participar de uma entrevista sobre o tema. Sendo assim, a primeira parte do campo da pesquisa foi este levantamento e registro inicial realizado a partir do método Bola de Neve, com a atuação fundamental dos articuladores(as) de campo.

O levantamento realizado por meio da Bola de Neve teve seu início em 19 de junho de 2017 e foi estendido até o período final da realização das entrevistas, em agosto. Foram identificadas 201 pessoas trans na RMGV, contatadas diretamente pela equipe de pesquisa. O critério de identificação - apesar da indicação inicial dos(as) articuladores(as) de campo, de amigos(as) ou conhecidos(as) a partir das cadeias de referências analisadas - sempre foi a auto declaração. Conforme salientado no início desta seção, a equipe de pesquisa buscou isentar-se de julgamentos acerca das identidades afirmadas, inclusive por entender ser esta uma dimensão complexa, que envolve múltiplas variáveis no processo de transição de gênero[10].

[10] Acerca dessa complexidade indicamos a leitura da dissertação de mestrado "Quando os corpos trans adentram o processo transexualizador: experiências que conformam a transexualidade" (ROCON, 2018).

A este quantitativo de pessoas mapeadas, pode-se incluir também um quantitativo de 11 pessoas trans participantes em diferentes etapas do processo de pesquisa, seja como entrevistadores ou articuladores de campo, seja como participantes do GD ou do treinamento, que por fazerem parte da formulação da pesquisa, não foram cogitados para responder ao questionário, mas foram quantificados no quadro geral de pessoas trans identificadas, somando então um total de 212 pessoas trans na RMGV.

Como meios de acesso ao público mapeado, considerou-se contatos por telefone fixo e/ou celular (tanto por meio de ligações como também o uso de aplicativos de comunicação como Whatsapp), além de contato por caixas de mensagens disponíveis em redes sociais, como o Facebook.

Do total de 201 pessoas trans mapeadas e contatadas, 147 responderam ao questionário, 18 pessoas se recusaram explicitamente a responder a pesquisa e 36 pessoas foram classificadas como *indisponíveis*.

Na categoria "indisponíveis" entraram todas as pessoas que, após várias tentativas de contato, seja por telefone e/ou redes sociais, não demonstraram interesse, estavam ocupadas na ocasião, viajando ou com telefone desligado, em caixa postal ou cujas mensagens não foram respondidas, face a tentativa de contato da equipe de articulação e agendamento de entrevistas.

Assim, além das 36 pessoas *indisponíveis* que foram efetivamente *contatadas*, registrou-se também um número significativo de 74 pessoas trans mapeadas/indicadas pelo levantamento inicial do método Bola de Neve, mas que a equipe de pesquisa efetivamente não conseguiu contatar, seja porque não atenderam as ligações ou não responderam as mensagens enviadas por diferentes canais de comunicação, ou seja, *74 pessoas trans indisponíveis cujo contato não pode ser confirmado*.

Desse modo, pode-se falar em uma estimativa total de 286 pessoas trans mapeadas na RMGV. Contudo, embora este número seja uma aproximação factível do total de pessoas trans na região metropolitana, está sujeito a variações, não podendo ser assegurado com precisão, uma vez que inclui pessoas que podem já terem se mudado da RMGV ou mesmo migrado para outro estado ou, infelizmente, falecido e seus perfis nas redes sociais ainda permanecerem ativos, ou qualquer outra situação semelhante não identificada durante o levantamento feito pelo método Bola de Neve, por não ser passível de controle pela equipe pesquisadora.

A tabela 01 sumariza os resultados da primeira etapa do campo da pesquisa realizada, que correspondeu à identificação das pessoas trans na RMGV:

Tabela 01
Quantitativo de pessoas trans mapeadas durante a realização da pesquisa

Situação	Homens Trans	Mulheres Trans e Travestis*	Total (números absolutos)	Percentual em relação ao total de 212 pessoas mapeadas e contatadas	Percentual em relação ao total de 286 pessoas, inclusive as mapeadas mas não contatadas
Entrevistas realizadas	**51**	**96**	**147**	**69,3%**	**51,4%**
Recusas explícitas	01	17	18	8,5%	6,2%
Pessoas trans *indisponíveis* contatadas	17	19	36	17,0%	12,6%
Pessoas trans participantes em diferentes etapas do processo de pesquisa (equipe interna, participantes do GD ou do treinamento para o campo)	04	07	11	5,2%	3,8%
Total de pessoas trans identificadas – com confirmação			**212**	**100,0%**	
Pessoas trans indisponíveis cujo contato não pode ser confirmado	06	68	74	-	25,9%
Total Geral			**286**	**-**	**100,0%**

Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Nesse levantamento inicial, como incluem-se aqui a categoria das pessoas trans identificadas, mas não contatadas, optou-se por agrupar mulheres trans e travestis em uma única categoria, para evitar registros imprecisos, já que um total significativo de pessoas não foram contatadas e, portanto, não tiveram a possibilidade de se auto definirem de forma especifica. Entretanto, ao longo da pesquisa e dos resultados aqui apresentados, buscou-se manter nas tabulações, em geral, separados os resultados relativos às mulheres trans e às travestis, tendo por princípio, o respeito a forma como essas pessoas preferem se identificar.

Na segunda etapa de campo, todos os sujeitos identificados no levantamento básico a partir da Bola de Neve foram contatados para a aplicação do questionário.

Em relação ao registro de 212 pessoas trans identificadas na RMGV (mapeadas e contatadas), foi possível entrevistar 69,3% deste total. Se comparado com a estimativa de 286 pessoas trans na RMGV (incluindo

os sujeitos mapeados, mas não contatadas diretamente pela equipe de pesquisa), o número de entrevistados corresponde a 51,4% deste quantitativo estimado. Em ambos os casos, a pesquisa alcançou a maioria das pessoas e os percentuais de entrevistados são bem representativos da população identificada, ou seja, os resultados apurados são significativos em relação ao conjunto da população trans da RMGV.

Ao aceitarem responder o questionário, era feito um agendamento em local e horário definidos que fossem mais convenientes ao(à) entrevistado(a) – seja na residência dele(a), seja no próprio IJSN ou em alguma outra instituição indicada. A equipe de entrevistadores(as) estava orientada para se deslocar até as(os) entrevistadas(os), para que houvesse maior comodidade, a não ser que houvesse manifestação das(os) mesmas(os) em contrário.

Além dos(as) articuladores(as) de campo, buscou-se também, para a realização das entrevistas, a contratação de entrevistadores bolsistas que fossem pessoas trans. A coordenação da pesquisa tinha nítida compreensão da importância da realização da parte de campo da pesquisa por pares, face ao perfil do grupo participante da pesquisa[11].

Toda a equipe envolvida com a pesquisa de campo, composta por quatro (04) entrevistadores(as) trans, três (03) articuladores(as) de campo trans e um (01) bolsista supervisor de campo, passou por um treinamento antes da etapa de realização de entrevistas. O treinamento possibilitou a discussão sobre os objetivos da pesquisa e sua importância; a postura necessária ao(à) pesquisador(a) e cuidados na abordagem dos(as) entrevistados(as); estudo do questionário e simulação da aplicação do mesmo, assim como espaço para tirar dúvidas.

[11] Por tratar-se de pessoas em extrema vulnerabilidade social, vítimas de rejeição social, com uma cultura de resistência, com linguagens e hábitos próprios, conforme já sinalizado na introdução. Por outro lado, esse histórico de segregação social tende a gerar também uma descrença e, consequentemente, uma resistência em atender e dialogar com qualquer agente público, sempre visto como representante de um Estado que não garante nem segurança, nem os direitos humanos e sociais básicos das pessoas trans. Além disto, percebeu-se uma grande resistência da população trans em relação à produção de pesquisas, em especifico, que historicamente ainda têm gerado pouco impacto na formulação de políticas públicas, face à ausência de interlocução entre produção científica e gestão. Cenário diferenciado da pesquisa aqui relatada, cujo demandante foi o próprio poder executivo, por meio da Secretaria Estadual de Direitos Humanos – SEDH, parceira do projeto de pesquisa viabilizado em conjunto com a FAPES.

As entrevistas ocorreram nos meses de agosto e setembro de 2017. Nesse período, além dos agendamentos realizados com os contatos previamente identificados, buscou-se também a participação em eventos específicos que pudessem contar com a participação do público trans, com o objetivo de ampliar o número de indivíduos entrevistados. Destaque-se especialmente a colaboração da Associação GOLD que promoveu em todas as quintas-feiras do mês de agosto de 2017, à noite, o evento denominado Papo Trans, com a realização de palestras especificamente direcionadas ao público trans, onde a equipe da pesquisa (entrevistadores(as), articuladores(as) de campo e coordenação) pôde participar e também divulgar o trabalho em curso e seus objetivos. Ao final das palestras, havia a possibilidade de realização de entrevistas, caso alguma pessoa trans presente aceitasse o convite de participação. O evento Papo Trans também foi muito importante para a construção de parcerias estratégicas para minimizar resistências à realização da pesquisa. Deborah Sabará, uma das principais lideranças da Associação Gold no Espírito Santo, também chegou a produzir um vídeo institucional, publicado na página da Associação Gold no Facebook em 11/07/2017, falando da importância da pesquisa em curso, o que foi fundamental para o acesso a alguns grupos que não compreendiam a importância da pesquisa, naquele contexto[12].

Outra estratégia utilizada na pesquisa foi a realização de entrevistas com mulheres trans e travestis em unidades prisionais. Ao longo da pesquisa de campo, em interlocução com representantes de movimentos sociais trans e de direitos humanos, vislumbrou-se a possibilidade de acessar parte destas pessoas que se encontravam em privação de liberdade. Mediante contato da Secretaria de Estado de Direitos Humanos com a Secretaria de Estado da Justiça e os gestores responsáveis pelas unidades prisionais, solicitando autorização de acesso, foi possível agendar em duas unidades, visitas da equipe de entrevistadores que, durante o processo de visita, explicaram às mulheres trans e travestis em situação de privação de liberdade os objetivos da pesquisa e, nos casos em que elas manifestaram interesse em participar, foram realizadas as entrevistas individuais.

[12] Déborah Sabarah também se posicionou favoravelmente em entrevistas sobre a pesquisa, conforme registro da Folha Vitória em 31/08/2017. Disponível em: http://www.folhavitoria.com.br/-videos/2017/08/15041869231620999811.html

As unidades visitadas foram a Penitenciária Estadual de Vila Velha 5 (PEVV5), no município de Vila Velha, no dia 05 de setembro de 2017, onde foram entrevistadas oito (08) internas na ocasião, e o Centro de Detenção Provisória da Serra (CDPS), no município de Serra, no dia 26 de setembro de 2017, com um total de oito (08) internas entrevistadas.

Os dados coletados nas entrevistas estruturadas foram digitados formando uma base de dados no SPSS[13], software voltado para a análise de dados em ciências sociais. A partir dessa base de dados foi possível gerar não apenas as informações básicas (frequências das respostas), como também tabelas que cruzam mais de uma variável observada, material posteriormente organizado em gráficos e tabelas de resultados descritos e analisados, conforme disposto no relatório final da pesquisa. Parte desses dados foram revisitados neste livro, buscando certo aprofundamento.

Importante salientar também que a pesquisa se comprometeu com a não identificação das pessoas entrevistadas. Todos os resultados são apresentados de forma agregada, sem intenção de identificação individual das respostas obtidas.

Pelas próprias características do grupo em foco foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos. Embora não seja possível falar em resultados válidos estatisticamente para o conjunto da população trans, a pesquisa produziu informações consistentes e significativas sobre a população trans da RMGV (validade interna).[14]

Foram ouvidas ao todo 147 pessoas trans na RMGV: 51 homens transexuais, 54 mulheres transexuais e 42 travestis.

Dentre as pessoas trans entrevistadas, 66,0% são negras (somatório de pardos – 44,2% e pretos – 21,8%) e 32,0% são brancas; 68% (100) são jovens, pois estão na faixa etária de 15 a 29 anos. Dentre os jovens, 15,6% (23) têm entre 15 a 19 anos, 27,9% (41) possuem entre 20 a 24 anos e 24,5% (36) têm entre 25 a 29 anos. Cabe destacar que apenas um idoso foi entrevistado.

---

[13] Originalmente o termo remete a Statistical Package for the Social Sciences, hoje IBM® SPSS® Statistics.

[14] Vale lembrar que pela característica da amostra construída, não é aconselhável fazer a leitura das informações estatísticas para os municípios isoladamente. Os dados referem-se ao grupo de entrevistados do conjunto da RMGV.

O fato da maioria das(os) entrevistadas(os) ser jovem, com um quantitativo de adultos (30 anos ou mais) correspondente a 32%, sendo apenas um dentre estes idoso (a), evidencia provavelmente um dado já conhecido entre a população trans: a baixa expectativa de vida desse segmento. Embora a pesquisa não tenha tido este foco de análise, a observação das faixas etárias das(os) entrevistadas (os) da pesquisa vai ao encontro desse fato: muitos morrem extremamente cedo. Tanto as(os) entrevistadas(os), durante a realização das entrevistas, quanto a militância dos movimentos trans que monitora os dados de crimes e assassinatos de pessoas trans, além de reportagens já veiculadas em diferentes mídias[15] têm salientado isso.

Outro fato que corroborou empiricamente a baixa expectativa de vida das pessoas trans foi a triste notícia que a equipe da pesquisa recebeu, ao longo da condução dos trabalhos, que uma das pessoas entrevistas foi assassinada antes do término da pesquisa.

Além da identidade de gênero, a pesquisa evidenciou também a orientação sexual da população trans. Informação importante num contexto em que essas duas categorias – gênero e orientação sexual - costumam ser reiteradamente confundidas. A maioria das(os) entrevistadas(os) se identifica como heterossexual (71,4%) e 11,6% se identificam como bissexual e 9,5% como homossexual.

Cerca de 10% dos sujeitos entrevistados são casados ou mantêm uma união estável, enquanto 89,1% (131) das (os) participantes da pesquisa são solteiras(os).

Os resultados da pesquisa apontam que, dentre o total de entrevistadas (os) (147), 67,3% (99) não fizeram o pedido para a correção do nome em registro civil, enquanto 12,9% (19) estão aguardando o julgamento. Por outro lado, 8,8% (13) não conhecem o processo de alteração de nome ou gênero, 7,5% (11) conseguiram a correção de nome e gênero no registro civil, 2,0% (3) conseguiram apenas de nome e 1,4% (2) não conseguiram porque tiveram a solicitação indeferida (Gráfico 01).

[15] Ver, por exemplo: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional

O baixo percentual de pessoas que conseguiram a correção de nome e gênero no registro civil (apenas 7,5% ou 11 pessoas) é um indicativo de quão distante esse segmento está de direitos básicos e do exercício da plena cidadania. Sem dúvida, a divergência entre documentos e identidade de gênero é uma forma de negação da existência desses sujeitos.

> [...] Sem seus documentos retratando suas identidades, estas pessoas não acessam serviços e locais públicos, abandonando a escola, não conseguindo inserção no mercado de trabalho e, até mesmo, deixando de procurar serviços básicos, como os de saúde. Este quadro faz com que estas pessoas vivam uma espécie de cidadania mutilada, segundo conceituação do Professor Milton Santos, uma vez que não exercem seus direitos por completo (LOUZADA, 2018).[16]

Gráfico 01

Conseguiu a correção de nome e gênero em seu registro civil? (%)

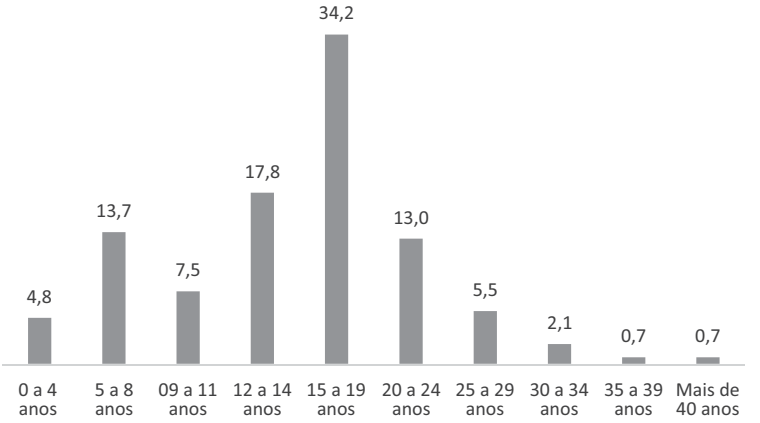


Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

[16] LOUZADA, D. A. 2018. Artigo: onde existem pessoas, nós enxergamos cidadãos e cidadãs: retificação de nome e gênero nos documentos. In Carta Capital. Disponível em: http://justificando.cartacapital.com.br/2018/05/08/onde-existem-pessoas-nos-enxergamos-cidadaos-e-cidadas-retificacao-de-nome-e-genero-nos-documentos/

Outra informação importante que a pesquisa trouxe foi a faixa etária em que os sujeitos se perceberam enquanto pessoas trans. Se considerarmos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD)[17], que a condição de criança vai até os 12 anos incompletos, cerca de 26,0% (38) das (os) entrevistadas (os) se perceberam como pessoa trans ainda no período da infância. Enquanto 17,8% (26) se identificaram como trans na faixa etária de 12 a 14 anos e 34,2% (50) de15 a 19 anos.

Gráfico 02
Em que idade se percebeu pessoa trans? (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Importa salientar que a precocidade com que as pessoas trans se percebem nessa condição é um dado relevante a ser pensado na formulação das políticas públicas para as pessoas trans, uma vez que tanto a infância, quanto a adolescência são períodos críticos no desenvolvimento humano e carecem de atenção e cuidados. Se perceber trans na infância ou na adolescência numa sociedade ainda marcada pela transfobia, sem suportes adequados na família, na escola e demais serviços socioassistenciais, pode ser trágico e com impactos intensos na trajetória de vida dos sujeitos.

[17] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: out. 2018.

Foi nesse contexto, onde cada dado coletado sinalizava inúmeras correlações possíveis e suscitava a leitura a partir de diversos ângulos, que a pesquisa se desenvolveu. As estratégias metodológicas mostraram-se adequadas e geraram resultados profícuos, que este livro (assim como o relatório final da pesquisa) busca dar visibilidade.

Capítulo 03

Afetos, rupturas precoces e fragilidades: família e moradia

A família, como um dos primeiros grupos ao qual o indivíduo se insere, tem uma grande importância e a análise das relações e dos vínculos construídos neste grupo primário são fundamentais para a compreensão dos sujeitos e suas trajetórias.

É na família que as normas sociais, os valores e as primeiras visões de mundo são apresentadas aos indivíduos por meio de um processo de modelagem de ações e de interpretação do mundo, conhecido como socialização primária. Nesse processo, ao mesmo tempo em que o mundo social é apresentado aos indivíduos, esses também vão se constituindo enquanto sujeitos dentro deste universo social. Ao internalizar as normas, valores e modos de interpretar, o mundo social vai se organizando de certo forma para o indivíduo, ao mesmo tempo que esse também vai se organizando ou constituindo para o mundo.

Nesse sentido, o processo denominado de socialização primária está diretamente relacionado com o processo de construção da identidade social do indivíduo, inclusive sua identidade de gênero. Nas palavras de Bento: "Identificar-se é encontrar um lugar no mundo, um sentido para as ações, é se ver e ser reconhecido como gente a partir das atribuições definidas socialmente aos gêneros" (BENTO, 2012, p. 278).

Embora este espaço de constituição de subjetividades, de construção social dos sujeitos – numa primeira "formatação" -, denominado de família, tenda a ser visto como um espaço onde prevalece cuidado, afetividade e harmonia, sabe-se que este processo também envolve tensões e conflitos.

Como em qualquer grupo social, as interações sociais na família envolvem posições, poder e recursos diferenciados. Toda relação social é uma relação de poder, seja ela considerada sob o aspecto geracional, de gênero, financeiro ou outro.

Por este ângulo de análise, a observação das relações familiares perde parte de seu caráter idealizado, que tende a prevalecer, particularmente no senso comum, para ganhar contornos mais objetivos. Admite-se aqui que qualquer processo socializador envolve certo nível de conflitos e tensões. A sociedade tende a considerar bem-sucedido o processo de socialização, quanto mais próximo o "socializado" estiver das expectativas de conduta compartilhadas por determinado grupo social/sociedade.

Vale lembrar que a socialização primária não é o único processo a impactar na constituição das identidades e subjetividades. Ao longo de

suas vidas, os indivíduos interagem com diferentes grupos sociais, estabelecendo deste modo outros processos de socialização, denominados de socialização secundária. Por este motivo é possível falar em conflitos entre códigos simbólicos distintos, visões de mundo distintas que se entrecruzam em um mesmo indivíduo. Segundo Bento (2012, p. 279), "[...] há um cruzamento multidirecional de valores que são apreendidos na socialização secundária, fazendo com que a dimensão do conflito, devido à interiorização desses diversos mapas, esteja colocada [...].

Tais conflitos, associados à contraposição (externa e interna) entre valores e normas, impactam a dimensão existencial dos sujeitos, podendo gerar sofrimentos em diferentes níveis.

No caso das pessoas trans, as trajetórias familiares são quase sempre marcadas por várias violências que intensificam o sofrimento vivido por esses indivíduos. Segundo Bento, as memórias e narrativas trans revelam várias histórias de violências e abandono ocorridas no espaço da família:

> Em minha dissertação de mestrado, que teve como tema as masculinidades (Bento, 1998), as narrativas dos homens entrevistados apontaram que os valores herdados da família de origem eram postos em xeque mediante diversas terapias psicológicas. Com muita dor e solidão esses homens estavam em processo de intensa reorganização de suas subjetividades e buscavam reconstruir suas relações amorosas e afetivas com base em princípios da ideologia do individualismo (Dumont, 1985). Ao longo de três anos (2001-2003), fiz trabalho de campo etnografando a vida de pessoas transexuais (Bento, 2006). Mágoa, tristeza, abandono, solidão: esses são os sentimentos recorrentes das pessoas transexuais que contribuíram para minha tese de doutorado. A família de origem também se apresentou em suas memórias como uma promessa de cuidado não cumprida (BENTO, 2012, p. 276).

As narrativas descrevem a família como uma instituição, que se caracteriza pela reprodução das normas sociais, cujo espaço para a emergência de subjetividades divergentes da norma estabelecida é extremamente reduzido (BENTO, 2012, p.276).

Importa salientar que pesquisas recentes têm sinalizado o início de mudanças no nível de aceitação às pessoas trans por parte de algumas famílias. Embora ainda sinalizem conflitos e tensões no espaço familiar,

relatam a permanência da convivência familiar em alguns casos descritos (MONZELI, 2013, p.48; DUQUE, 2009, p. 279).

Nessa perspectiva, por entender a complexidade e os impactos potenciais da esfera familiar sobre a população trans, a pesquisa sobre pessoas trans da RMGV também captou dados sobre convivência familiar. Este capítulo evidencia algumas respostas obtidas buscando correlacionar também ao tema moradia, no sentido de compreender um pouco mais esse universo.

Buscou-se investigar se a(o) entrevistada(o) mora com a família, como ela(e) avalia sua convivência familiar, se ela(e) já sofreu preconceito ou violência em sua família por ser transexual ou travesti. Assim como, se a moradia é própria, alugada ou cedida; há quanto tempo reside no local; quais são as pessoas que moram em seu domicilio e qual sua condição na residência (filha(o), cônjuge, parente, amiga(o), responsável).

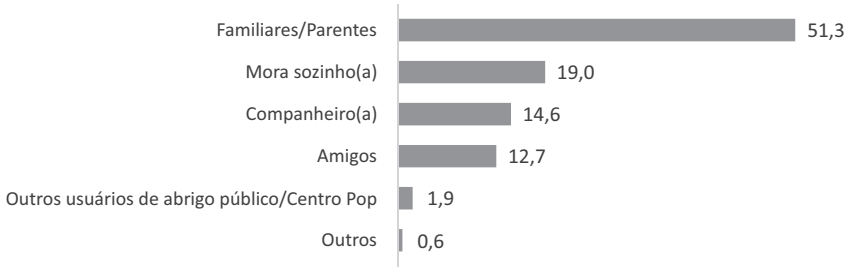
3.1 Família e moradia

Os dados da pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis na RMGV realizada pelo IJSN indicam que cerca de 50,3% (74) das(os) entrevistadas(os) moram com seus familiares, enquanto 49,0% (72) não moram com os familiares.

Além da pergunta "você mora com sua família?", cujas respostas foram indicadas no parágrafo anterior, a pesquisa investigou quem morava no momento da pesquisa no domicílio das (os) participantes do estudo. Nesse contexto, o gráfico 03 informa com quais pessoas as(os) entrevistadas(os) residem, sendo que esses poderiam indicar até três respostas. Dentre as 158 respostas coletadas, 51,3% (81) referem-se a familiares/parentes; 19,0% (30) das respostas indicam que as (os) entrevistadas (os) moram sozinhas (os); 14,6% (23) com o companheiro (a); 12,7% (20) com amigos e 1,9% (03) das respostas apontam que moram com outros usuários de abrigo público/Centro Pop[18]. As entrevistadas em privação de liberdade responderam à questão baseadas em sua rotina anterior ao encarceramento e estão incluídas nas respostas apresentadas.

[18] Centro Pop é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua. Deve ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua (http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop).

Gráfico 03
Em seu domicílio moram* (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

Cruzando-se os dados das 72 pessoas entrevistadas que indicaram não morar com a família, com esta última pergunta (em seu domicílio moram) as respostas foram: 35,8% (29) responderam morar sozinho(a); 23,5% (19) moram com amigos(as); 23,5% (19) moram com o(a) companheiro-(a) e 9,9% (8) moram com familiares/parentes (Tabela 02). Pode-se imputar que a categoria Familiares/parentes, neste caso, pode ser entendida como membros da família mais ampla (como primos, tios, avós, entre outros) em contraposição aos membros do núcleo familiar mais restrito (pai/padrasto, mãe/madrasta, irmãos). A informação de que 9,8% (8) dos que não moram com a família moram com parentes, indica que a família extensa aparece como um recurso adicional entre as estratégias de enfrentamento às dificuldades quanto à moradia.

Tabela 02
Com quem moram as pessoas entrevistadas que indicaram não morar com a família*

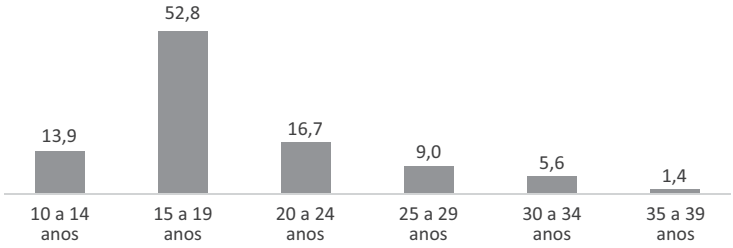
Respostas	Entrevistadas (os)	
	Número Absoluto	Percentual
Mora sozinho(a)	29	35,8%
Amigos(as)	19	23,5%
Companheiro(a)	19	23,5%
Familiares/Parentes	8	9,9%
Outros	6	7,4%
Total	**81**	**100,0%**

Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

Ainda entre as(os) entrevistadas(os) que não moram mais com seus familiares, cerca de 13,9% (10) deixaram de viver com os familiares na faixa etária de 10 a 14 anos, 52,8% (38) entre 15 a 19 anos, 16,7% (12) quando tinham entre 20 a 24 anos, dentre outras idades sinalizadas no gráfico 04. Destaque-se aqui a predominância de uma faixa etária muito precoce que engloba a adolescência, além de um número significativo de pessoas que deixaram de viver com a família ainda na infância.

Tais informações denotam que a convivência familiar ainda é um problema com magnitude significativa para a população trans. Ao contrário das pesquisas realizadas por Duque (2009)[19] e por Monzeli (2013)[20], citadas anteriormente, por exemplo, quase metade da população trans da RMGV entrevistada não mora com a família e a maioria desses indivíduos fizeram esta ruptura muito precocemente, o que tende a impactar em outras esferas de suas vidas, ampliando a vulnerabilidade vivenciada.

Gráfico 04
Em qual idade deixou de viver com a família? (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Importa ainda salientar que quando as(os) entrevistadas(os) foram indagadas(os) sobre a convivência com seus familiares, as respostas foram: ótima (43,5%); boa (44,2%); ruim (6,8%) e péssima (4,8%). A soma das avaliações ótima e boa corresponde a 87,7%.

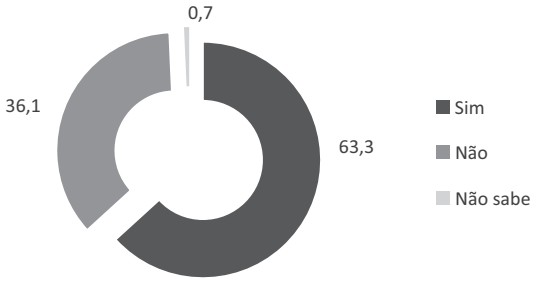
---

[19] Duque relata a partir da pesquisa realizada com travestis em seu mestrado que, a despeito da homofobia ainda existente, parte dos sujeitos pesquisados por ele não romperam os laços com seus familiares, não tendo sido expulsas de casa como em gerações anteriores de travestis (DUQUE, 2009).

[20] Monzeli, em sua Dissertação de Mestrado (2013), realiza um estudo qualitativo com quatro travestis da cidade de São Carlos (SP). Todos os sujeitos de sua pesquisa moravam com seus familiares.

Entretanto, apesar das respostas registradas na avaliação da convivência familiar configurarem um quadro positivo, 63,3% (93) dos sujeitos participantes da pesquisa indicaram que já sofreram preconceito em sua família devido à identidade de gênero (Gráfico 05).

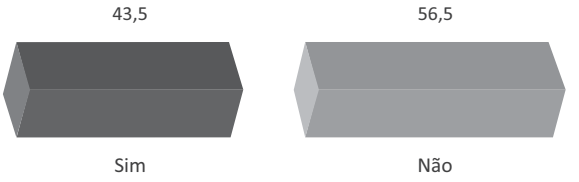
Gráfico 05
Já sofreu preconceito em sua família por ser transexual ou travesti? (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Adicionalmente, os resultados da pesquisa pontuam que 43,5% (64) das(os) entrevistadas(os) já sofreram algum tipo de violência em suas famílias (Gráfico 06), o que reforça a interpretação de que a família ainda é uma instituição que em muitos casos não consegue cumprir suas promessas de cuidado (BENTO, 2012).

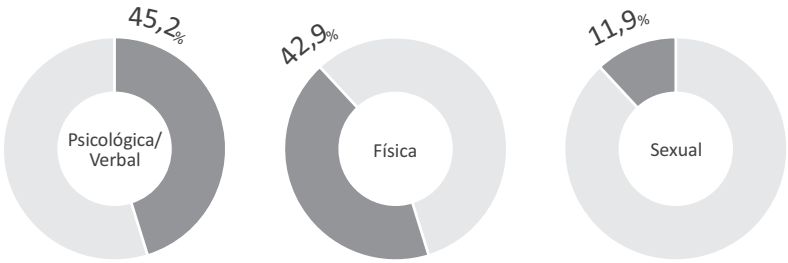
Gráfico 06
Já sofreu algum tipo de violência em família? (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Em relação aos tipos de violências sofridas pelas(os) entrevistadas(os) no âmbito familiar, os resultados foram: dentre as 84 respostas coletadas, 42,9% (36) sinalizam violência física; 45,2% (38) informam violência psicológica/verbal e 11,9% (10) violência sexual (Gráfico 07).

Gráfico 07
Quais tipos de violência sofreu em família?* (%)



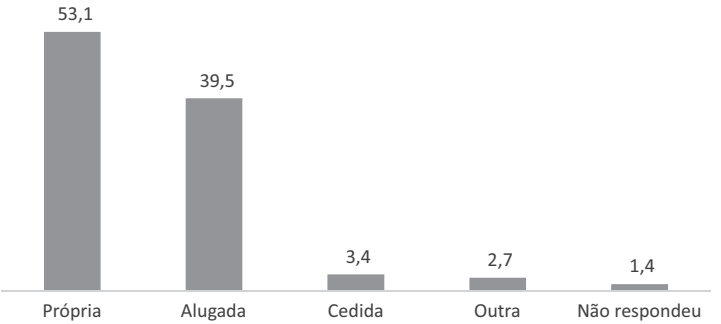
Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Trata-se de uma questão aberta em que o entrevistado poderia indicar até três respostas que foram categorizadas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelas (os) entrevistadas (os).

Quando as pessoas participantes da pesquisa foram indagadas sobre o porquê elas sofreram violência e/ou preconceito na família, 44,1% (45) das respostas foram devido à falta de informação/de conhecimento; 29,4% (30) das respostas apontaram os valores morais; 21,6% (22) os valores religiosos e 4,9% (5) apontaram outros motivos. Provavelmente, os motivos para os atos de violência indicados com frequências diferenciadas nas respostas, compõem uma amalgama presente em várias histórias de vida: os valores morais e religiosos somados à falta de informação sobre a transexualidade, podem transformar-se em um cenário propício para a intolerância e a manifestação de diferentes formas de violência.

Complementando a análise do perfil e das vulnerabilidades vivenciadas pela população trans, a pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis na RMGV realizada pelo IJSN buscou analisar também dados sobre moradia.

Os resultados desse estudo informam que 53,1% (78) das(os) entrevistadas(os) possuem residência própria enquanto a moradia de 39,5% (58) é alugada. Cabe salientar que três (3) sujeitos participantes da pesquisa e que se encontram na categoria "outra" são moradores em situação de rua, portanto, utilizam Centro Pop e Albergues. Foram realizadas também algumas entrevistas com pessoas em privação de liberdade que responderam à questão baseadas em suas rotinas anterior ao encarceramento e, portanto, estão incluídas nas frequências consideradas (Gráfico 08).

Gráfico 08
Sua moradia é: (%)



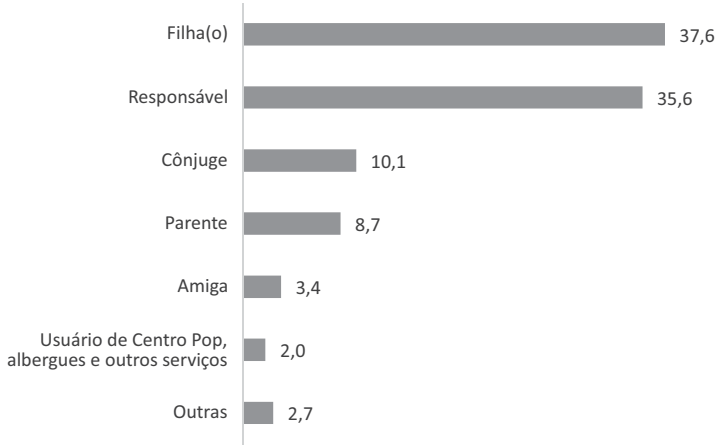
Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Sobre tempo de residência na moradia indicada, um total de 131 indivíduos da pesquisa responderam e dentre esses, 25,2% (33) possuíam até 6 meses de moradia e 9,9% (13) acima de 6 meses até 1 ano; os demais indicaram categorias acima de 01 ano[21].

O gráfico 09 sinaliza a condição das(os) participantes da pesquisa no domicílio em que moram. Nesse sentido, das 149 respostas: 37,6% (56) das (os) entrevistadas (os) afirmaram que são filhas (os); 35,6% (53) deles são os responsáveis;10,1% (15) são cônjuge; 8,7% (13) são parentes; 3,4% (5) amigas; 2,0% (3) afirmaram que são usuários de Centro Pop e albergues e 2,7% (4) em "outras". As entrevistadas em privação de liberdade, conforme já dito, estão incluídas nas frequências tabuladas.

[21] Pela natureza da informação captada, as entrevistadas em privação de liberdade não foram incluídas nas respostas.

Gráfico 09
Qual sua condição no domicílio?* (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

3.2 Considerações

A análise das informações sobre família e moradia captadas na pesquisa, mesmo da forma agregada, indicam que o lar e a família para a maioria das pessoas trans da RMGV está longe de ser um espaço predominante de afeto, conforto espiritual e abrigo frente aos conflitos e às disputas, confirmando as observações de outras pesquisas realizadas, como a de Bento (BENTO, 2012). A referência à existência de preconceitos, de violências, assim como à ruptura precoce com o espaço familiar, impacta diretamente na constituição dos sujeitos, em suas relações sociais e nos caminhos percorridos por essas pessoas.

A construção de identidade passa necessariamente pela convivência familiar, pela interiorização de um universo simbólico que fará parte dos repertórios individuais. Embora seja possível, ao longo do tempo, surgir conflitos entre aspectos adquiridos via socialização secundária e os repertórios simbólicos adquiridos na infância, pode-se afirmar que:

> Identificar-se é encontrar um lugar no mundo, um sentido para as ações, é se ver e ser reconhecido como gente a

> partir das atribuições definidas socialmente aos gêneros. Tornar-se gente é um empreendimento social de longa duração (BENTO, 2012, p. 278).

Por outro lado, a ausência de um suporte familiar básico para enfrentar a discriminação social e, especificamente, a transfobia, potencializa os efeitos danosos dessa, tornando os indivíduos ainda mais vulneráveis. Tanto pela família não desempenhar seu papel de ser uma das redes de solidariedade/suporte mais básica, quanto pelos conflitos existenciais que tende a enfraquecer os sujeitos, ao deslegitimar a experiência identitária que a pessoa trans deseja expressar.

Por esse motivo, é de extrema importância tematizar acerca deste espaço, da família, historicamente pensado como exclusivamente de interesse privado. Os efeitos sociais desse universo familiar falam da necessidade de se pensar políticas públicas para essa esfera também. Não se pode relegar à família somente a compreensão e o enfrentamento da transfobia. É preciso criar políticas que auxiliem a sociedade e a família a compreender o que é transexualidade, evitando que esse fenômeno seja visto como algo a ser corrigido ou negado pela ótica do binarismo de gênero heteronormativo que ainda prevalece na sociedade.

Assim como o movimento feminista fez há tempos, é preciso que o debate sobre a transexualidade continue o processo de "politizar o privado", uma vez que esse tem impactos expressivos sobre a sociedade. A ausência de uma compreensão, minimamente adequada, do que seja gênero e transexualidade induz a posturas preconceituosas também no espaço público, causando por sua vez danos irreversíveis para a população trans, seja em termos educacionais, de saúde e/ou psicológicos, de acesso ao mercado de trabalho, entre outros. Cada uma das esferas mencionadas, interagem entre si e repercutem em diferentes dimensões, com impactos tanto no âmbito do indivíduo quanto no âmbito social.

Capítulo 04

Transexualidade, trajetória escolar e trabalho

Este capítulo traz como foco central a trajetória escolar da população trans, sua percepção sobre educação, assim como algumas informações sobre trabalho, a partir da Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Ao focar a análise sobre a trajetória escolar, traz-se para discussão dados que apontam o não acesso à educação, o abandono escolar, além do preconceito e das violências sofridas na instituição escolar pelos participantes da pesquisa. Essas características apresentadas, certamente, impactam também em suas trajetórias no âmbito do trabalho. Nesse sentido, também serão abordados alguns dados de trabalho produzidos na referida pesquisa conduzida pelo IJSN.

Conforme discussão apresentada no capítulo dois (2) deste livro, observa-se que as pessoas trans, ao se constituirem a partir de lógicas diferentes dos padrões estabelecidos socialmente, sofrem seguidas tentativas de invisibilização por incomodarem o *status quo*. Se ser trans é uma condição expressa no corpo e na aparência individual, não cabendo estratégias dissimulativas frente a sociedade que não aceita a alteridade e amplia os estigmas, tem-se também uma exclusão social que nega possibilidades de existências concretas, pela incapacidade de se elaborar algo fora do que é entendido enquanto padrão na sociedade. Escola e trabalho são, nesse sentido, espaços que tendem, infelizmente, a reproduzir essa propensão de exclusão pautada pela cisnormatividade característica da sociedade de modo mais amplo.

Dentro deste contexto, será focado inicialmente neste capítulo, aspectos conceituais desse processo de disciplinarização produzido pela sociedade e suas instituições, em especial, a escola, tendo como referência teórica a discussão proposta por Michel Foucault, com vistas a refletir sobre os dados de educação e de mercado de trabalho evidenciados na pesquisa sobre pessoas trans da RMGV. Tem-se como pressuposto que a construção social de normas e saberes específicos, constituem-se como uma forma de controle também sobre os corpos e as subjetividades. E nesse cenário, as identidades de gênero que desviam da norma binária hegemônica encontram dificuldades diversas no espaço escolar, chegando ao nível da exclusão, devido a uma perspectiva normalizadora e disciplinadora que se impõe sobre os indivíduos.

4.1 Contexto Escolar e Mercado de Trabalho: normatividade e exclusão

A partir do século XVIII ocorre um processo de disciplinarização da sociedade caracterizada pelo nascimento de saberes e de poderes em que a sujeição dos indivíduos não ocorre, predominantemente, através da repressão e violência. Mas, desenvolve-se de maneira sutil, como adestramento, ou seja, produção positiva de comportamentos que definem o indivíduo de acordo com um padrão de normalidade.

Nesse contexto, de acordo com Foucault, a escola moderna nasce, em meados do século XVIII, como uma instituição disciplinar. Logo, o conceito de disciplina cunhado pelo autor é fundamental para se pensar no surgimento da instituição escolar. Em linhas gerais, as disciplinas são técnicas de poder que atuam sobre os corpos buscando o seu domínio detalhado para a produção de subjetividades específicas. Em suas palavras:

> [e]sses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade utilidade, são o que podemos chamar de "disciplinas" (Foucault *apud* SANTOS, 2012, p. 151).

Nesse sentido, a instituição disciplinar utiliza métodos que controla o corpo dos cidadãos, de forma sutil, através dos exercícios de domínio do tempo, espaço, movimento, gestos e atitudes com apenas um objetivo: produzir corpos submissos, exercitados, dóceis e estabelecer uma relação de docilidade e utilidade. Veiga Neto (2000) destaca que no processo de constituição da escola moderna tanto os conhecimentos como os corpos foram disciplinados e moralizados, visando a produção de um sujeito específico: o sujeito anormal.

A produção desse sujeito anormal gera a discussão acerca da dicotomia entre a normalidade e anormalidade, questão basilar neste texto.

> Desse modo, estabelece-se uma diferenciação entre os sujeitos e sua segregação, entre duas dimensões bem distintas e caracterizadas, isto é, o normal e o anormal. A diferença passa a ser pertinente como subsídio para a diferenciação e a classificação. Produz-se, dessa forma, uma hierarquia entre os sujeitos fundamentada em uma aproximação ou distanciamento da norma (Foucault *apud* SANTOS, 2012, p. 154).

A criação desse sujeito anormal gera uma dicotomia entre normalidade e patologia que é a base de funcionamento das instituições disciplinares, assegurando o cumprimento da função de disciplinar e normalizar os indivíduos. Nesse cenário, pessoas que expressam identidades de gênero que desviam da norma binária hegemônica têm dificuldades de inserção em vários espaços, como na escola, devido a essa perspectiva normalizadora e disciplinadora da sociedade (SANTOS, 2012).

Em seu estudo, Peres (2010) busca analisar as possíveis relações entre as travestis, transexuais e transgêneros e a instituição escolar. Uma das questões levantadas pelo autor está relacionada aos processos de estigmatização vividos pelas travestis na instituição. Ele relata que esses processos estigmatizadores são fundamentais para pensar as condições de vida dessa população e como essas experiências impossibilitam o acesso e uso de bens e serviços de qualidade, como as áreas de educação.

> A experiência da estigmatização pode levar as pessoas a perderem a crença em si mesmas, a terem suas auto-estimas destruídas e a perderem a crença no coletivo, o que as impossibilitariam de participação política, e gera, em último caso, a impossibilidade de exercitarem suas cidadanias (PERES, 2010, p. 60).

Uma das problemáticas vivenciadas pelas travestis nas escolas, constatadas na pesquisa do autor supracitado, através de relatos de experiências, concerne ao tratamento dado à identidade de gênero. No geral, existe uma dificuldade das pessoas no que diz respeito ao modo de relacionar com as travestis no tocante à perspectiva de gênero. Nesse sentido, sexo e gênero aparecem, de forma predominante, como se fossem a mesma coisa, restritos a uma perspectiva anatômica e biológica.

> Uma das maiores ofensas possíveis às travestis decorre do tratamento social pela ambivalência sexo/gênero. Apesar de ter um corpo com genitália masculina, a sua identidade de gênero é constituída pela categoria feminina; sua composição com a existência e sua circulação pelos espaços sociais solicitam o tratamento no feminino, e ter esse reconhecimento é condição indispensável para potencialização de sua auto-estima, saúde e empoderamento frente aos estudos e formação profissional (PERES, 2010, p. 61).

A instituição escolar é um espaço privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da identidade de gênero e do respeito à diversidade sexual. No entanto, vários estudos (SANTOS, 2015; PERES, 2010; SANTANA, 2016) apontam que a escola não se constitui como uma experiência positiva para a população trans. De modo que, de forma predominante, na escola ainda prevalece uma lógica hetero/cisnormativa e excludente. Portanto, não obstante a legislação que certifica o direito à educação escolar, a garantia do acesso e, sobretudo, da permanência à instituição escolar é um dos grandes desafios, de modo que o abandono escolar ainda é uma realidade no país. O abandono escolar apresenta várias causas[22], dentre as quais, a discriminação e o preconceito relacionados à identidade de gênero.

Os dados da pesquisa realizada com Travestis, Homens Transexuais e Mulheres Transexuais da Região Metropolitana da Grande Vitória aponta que a maioria das pessoas entrevistadas (55,5%) já abandonaram a escola pelo menos uma vez. Dentre os sujeitos entrevistados, 31,3% (32) sinalizam como causa do abandono escolar o preconceito/agressão sofrido na escola. As outras respostas registradas na pesquisa foram: falta de interesse em estudar (19,2%); precisava trabalhar (18,2%); falta de apoio da família (5,1%); problemas de saúde/acidente (5,1%); problemas familiares (4,0%); conflitos no espaço escolar (4,0%), dentre outras.

Complementando essa questão, os resultados do estudo indicam que 63,0% (92) das (os) entrevistadas (os) já sofreram preconceito ou agressão na escola. Ou seja, mesmo que cerca de 31% associem diretamente o preconceito ao abandono escolar, mais de 60% admitem ter sofrido preconceito, o que independente da percepção dos sujeitos, certamente relaciona-se com os índices de abandono (55,5%). Conforme sinalizado na tabela 03 os principais tipos de preconceitos/agressões sofridos por eles foram: xingamentos/piadas preconceituosas por parte dos colegas (48,2%); xingamentos/piadas preconceituosas por parte dos profissionais de ensino (20,7%); tapas/socos/empurrões (15,9%); não ser chamada (o) pelo nome social (6,1%); não poder usar o banheiro voltado para o gênero ao qual se identifica (6,1%); violência psicológica (3,0%).

[22] Ver Caderno da Juventude- Juventude e Abandono Escolar (IJSN, 2016).

Tabela 03

Quais os tipos de preconceitos/agressões que já sofreu na escola?

Tipos de preconceitos/agressões	Entrevistadas (os)	
	Número Absoluto	Percentual
Xingamentos/piadas preconceituosas por parte dos colegas	79	48,2%
Xingamentos/piadas preconceituosas por parte dos profissionais de ensino	34	20,7%
Companheiro(a)	26	15,9%
Familiares/Parentes	10	6,1%
Xingamentos/piadas preconceituosas por parte dos colegas	10	6,1%
Familiares/Parentes	5	3,0%
Total	**164**	**100,0%**

Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

A pesquisa sobre população trans da RMGV indicou também que 71,2% (104) das (os) entrevistadas (os) já frequentaram algum curso de formação técnica ou profissionalizante, enquanto 19,2% afirmaram não frequentar, mas ter interesse e 9,5% afirmaram não possuir interesse.

Foi investigado também entre aqueles que não indicaram interesse em fazer um curso de formação técnica ou profissionalizante qual o motivo dessa falta de interesse. A questão permitia até três respostas e dentre as 39 respostas coletadas, 15,3% (6) indicaram "desmotivada(o) pelo mercado de trabalho não aceitar profissional trans"; 12,8% (5) apontaram "falta de recursos, pois a escola é paga"; 7,6% (3) indicaram "teme ser vítima de preconceito/agressão por parte dos profissionais de ensino; dentre as outras respostas.

Dentre aqueles que chegaram a frequentar um curso profissionalizante, 72,1% (75) concluíram o curso com aprovação, enquanto 26% (27) não concluíram. Entre as(os) 27 entrevistadas(os) que não concluíram o curso de qualificação profissional com aprovação, observa-se que todas(os) informaram que não concluíram o curso porque sofreram preconceito/violência por parte dos profissionais de ensino[23].

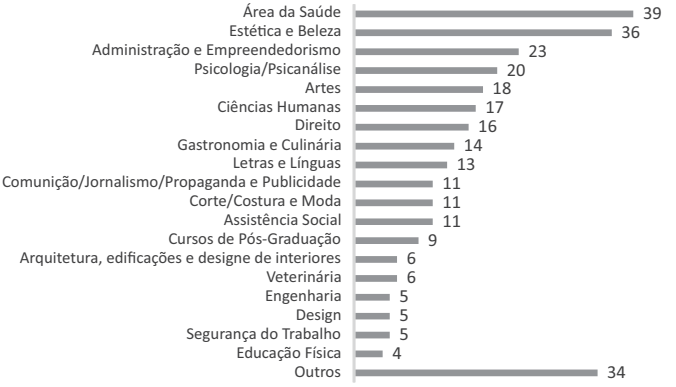
[23] Trata-se de uma questão de múltiplas respostas, logo, podem ter outros motivos que contribuíram para a não conclusão do curso, entretanto todos registraram ter sofrido preconceito/violência por parte dos profissionais de ensino.

O que chama atenção nesses resultados é que o preconceito/agressão também parte dos docentes e não apenas dos alunos. Isso evidencia a necessidade de pensar em formação inicial e continuada para os docentes e os demais profissionais que atuam na escola que contemplem a temática de identidade de gênero e sexualidade.

Outro dado relevante a observar quanto à relação entre formação e mercado de trabalho, refere-se às áreas dos cursos de qualificação profissional[24] que as(os) entrevistadas(os) têm interesse[25], a saber: Área da saúde (39 respostas); Estética e Beleza (36); Administração e Empreendedorismo (23); Psicologia/Psicanálise (20); Artes[26] (18); Ciências Humanas (17); Direito (16); Gastronomia e Culinária (14); Letra e Línguas (13), dentre outras, conforme pode ser observado no gráfico 10[27].

Gráfico 10

Cite até três cursos de qualificação profissional de seu interesse* (Números Absolutos)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Trata-se de uma questão aberta em que o entrevistado poderia indicar até três respostas que foram categorizadas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelas (os) entrevistadas (os).

[24] Qualificação profissional abrange cursos técnicos, especializações, cursos de graduação e pós-graduação.

[25] Para viabilizar a análise dos dados, foram criadas categorias que englobam as respostas similares.

[26] Na categoria Artes estão inclusas as seguintes respostas: Artes Cênicas, Artes Visuais, Dança, Fotografia, Teatro, Música e Animação.

[27] A categoria outros que aparece no gráfico engloba respostas diversa como: bombeiro (1); eletrônica (2); petróleo e gás (2); contabilidade/financeiro (2); matemática (2); polícia federal (1), telecomunicações (1); turismo (1); segurança (1); logística (1); hotelaria (1), etc.

Ao comparar as áreas de qualificação profissional de interesse da população trans da RMGV com as áreas de atuação efetiva deste segmento, observa-se certa discrepância que não pode ser negligenciada.

Gráfico 11

Quais atividades (ou trabalho remunerado) possui? Atividade principal* (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Trata-se de uma questão aberta em que o entrevistado poderia indicar até três respostas que foram categorizadas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelas (os) entrevistadas (os).

A pesquisa identificou que 69% (102) das(os) entrevistadas(os) disseram possuir uma atividade ou trabalho remunerado principal. Desses, 28,4% (29) declararam a ocupação de profissional do sexo/acompanhante; 17,6% (18) declararam a ocupação de profissional de estética e beleza; 8,8% (9) de profissional de culinária/gastronomia; 6,9% (7) de profissional de comércio e vendas; entre outras respostas registradas no Gráfico 11.

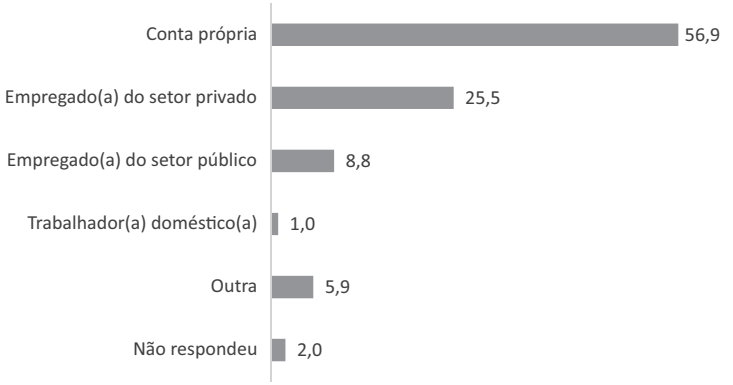
Observa-se que uma parcela significativa dos sujeitos participantes da pesquisa atua como profissionais do sexo/acompanhante ou profissionais de estética e beleza[28]. Pode-se afirmar que essas atividades são, no

[28] Destaque-se que cerca de 25,1% da população trans afirmou possuir uma atividade ou trabalho remunerado secundário. Dentre estes, as respostas com frequências mais expressivas foram: 27,0% (10) declararam a ocupação de profissional do sexo/acompanhante e 21,6% (8) declararam a ocupação de profissional de estética e beleza, entre outras respostas registradas no relatório final da pesquisa.

geral, “socialmente aceitas” para esse segmento populacional. Contudo, conforme já salientado nesta seção, as(os) entrevistadas(os) possuem interesse por diversas áreas de qualificação profissional para além daquelas que elas exercem. Nesse sentido, chama atenção esse descompasso entre a realidade dos sujeitos e o que eles(as), majoritariamente, realmente desejam para suas vidas profissionais[29]. Reforça-se, portanto, a necessidade de ofertas de cursos profissionalizantes voltados para esse grupo que sejam de interesse dos sujeitos e, além disso, um acolhimento por parte de diversos setores profissionais.

Ainda sobre trabalho, a pesquisa indicou que dentre as(os) 102 entrevistadas(os) que possuem atividade ou trabalho remunerado, 56,9% (58) relataram que trabalham por conta própria; 25,5% (26) são empregadas(os) do setor privado; 8,8% (9) são empregados(as) do setor público (inclusive empresas de economia mista); entre outras respostas registradas no gráfico 12.

Gráfico 12
Em sua atividade principal, você é (%):

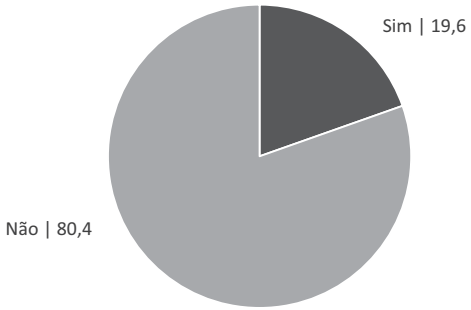


Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

[29] Sabe-se que qualquer tipo de generalização pode gerar equívocos. Logo, partindo dessa premissa e tendo o devido cuidado para não cair num moralismo infundado, cabe salientar que possivelmente haja entre os/as entrevistados/as quem tenha optado ou deseje exercer a atividade de profissional do sexo/acompanhante ou mesmo profissional de beleza/estética. Mas, o que se levanta aqui é que quando a atividade exercida pelo sujeito não é uma escolha, mas sim uma falta de opção, tem-se um problema social.

Em relação ao registro do trabalho principal em carteira assinada, entre os 102 participantes da pesquisa que possuem trabalho remunerado, 19,6% (20) trabalham de carteira assinada e 80,4% (82) responderam que trabalham sem carteira assinada (Gráfico 13). De um modo geral, esta informação (a despeito da existência de uma parcela expressiva que trabalha por conta própria) denota uma realidade de trabalho precarizado, visto que a carteira de trabalho tende a assegurar os direitos trabalhistas básicos.

Gráfico 13
Em sua atividade principal trabalha de carteira assinada? (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

A pesquisa revelou ainda que mais da metade da população trans da RMGV entrevistada (58%)[30] possui renda de até 2 salários mínimos (SM), se somadas as respostas "sem rendimento" (1,1%; 1); "até meio SM" (7,5%; 7), "mais de meio até 1 SM" (20,4%; 19) e "de 1 até 2 SM" (29%; 27). Adicionalmente, 23,7% (22) responderam um ganho de mais de 2 até 3 salários mínimos; 9,7% (9) relataram ter mais de 3 até 5 salários mínimos; 8,6% (8) responderam ter um ganho de mais de 5 salários mínimos.

Os dados da trajetória deste segmento populacional no mercado de trabalho não destoam das informações relativas à trajetória escolar. Os resultados apontam que 39% (57) das(os) entrevistadas(os) afirmaram já

[30] Foram obtidas 93 respostas à pergunta "Considerando todos os seus trabalhos, quanto recebeu no mês passado?". Os percentuais foram calculados em relação a este total.

ter sofrido preconceito, discriminação ou algum tipo de violência em seu ambiente de trabalho devido à transexualidade e 37% (54) disseram já ter sofrido algum tipo de assédio ou perseguição no ambiente de trabalho por causa de sua transexualidade. Essas informações mostram que no âmbito do trabalho os sujeitos também são vítimas de transfobia, assim como ocorre em outros espaços de socialização, como na escola e na família, conforme já mencionado.

Complementando os dados de escolaridade, entre as (os) entrevistadas (os) que não estavam estudando no período que foi realizado a pesquisa (73,5%; 108),[31] 6% (7) abandonaram a escola na faixa etária de 10 a 14 anos; 34% (38) entre 15 e 17 anos, 32% (36) na faixa etária de 18 a 24 anos e 25% (28) com mais de 25 anos, 2% (2) não sabe e 1% não respondeu (1). Os dados sinalizam que uma parcela significativa dos sujeitos (cerca de 40%) deixou de estudar na idade escolar obrigatória, ou seja, dos 4 aos 17 anos.

Embora não tenha sido realizada uma análise específica de causalidade na pesquisa que dá embasamento a este livro, é plausível afirmar que os dados da trajetória educacional da população trans da RMGV observados na pesquisa parecem reverberar nas informações sobre mercado de trabalho que a pesquisa evidenciou. Preconceito e exclusão fazem partem dos relatos tanto no âmbito da educação quanto do mercado de trabalho. Ambas dimensões se sobrepõem, gerando sinergias negativas na construção de existências vulnerabilizadas.

Por outro lado, a pesquisa realizada buscou captar também as mudanças que as (os) entrevistadas (os) consideram importantes para melhorar as escolas. As principais respostas[32] foram: 20,6% (61) mais respeito em relação à orientação sexual e de gênero; 17,2% (51) melhorias do ensino e reformulação de metodologia e currículo; 15,2% (45) inclusão da discussão sobre gênero e sexualidade na perspectiva dos direitos humanos; 11,8% (35) ampliação de investimentos, melhorias na alimentação e infraestrutura; 11,5% (34) formação continuada dos profissionais

[31] Entre os sujeitos que não estavam estudando no período que foi realizada a pesquisa, 78,0% (90) pretendem retornar os estudos.

[32] Trata-se de uma questão aberta, em que o entrevistado poderia indicar até três respostas que foram categorizadas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

de ensino sobre gênero e sexualidade; 5,4% (16) uso do banheiro condizente ao gênero e garantia ao uso do nome social (inclusive em documentação). As principais mudanças sugeridas relacionam-se à necessidade da escola ser um espaço inclusivo que contemple a diversidade sexual e de gênero.

Os dados reforçam a necessidade do debate e discussão sobre gênero e sexualidade no espaço escolar. Ademais, faz-se necessário incluir a temática na formação inicial e continuada dos docentes. Garantir essas questões na legislação educacional é um primeiro passo, mas não somente, para que as mesmas sejam implementadas na instituição escolar.

Na sociedade contemporânea, devido às mobilizações dos Movimentos Sociais de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, a legislação educacional contempla o debate sobre a diversidade sexual na instituição escolar. Um dos marcos legais da inserção da discussão da diversidade sexual nas escolas foi a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997. Esse documento inseriu a temática de orientação sexual como um tema transversal.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio é outro dispositivo legal que sinaliza que o Projeto Político Pedagógico deve conter: valorização e promoção dos direitos humanos **mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero**, raça e etnia, religião, **orientação sexual**, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência (BRASIL, 2012, art. 16).

A resolução n. 12, publicada no Diário Oficial da União, em 12 de março de 2015, pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD LGBT), regulamenta orientações sobre questões fundamentais voltadas a todos os níveis e modalidades de ensino, tais como: o uso do banheiro escolar de acordo com a "identidade de gênero"; a forma de utilização do nome social nas escolas e o reconhecimento da "identidade de gênero" de pessoas trans menores de 18 anos.

Santos (2015) salienta que mesmo diante da regulamentação legal, a presença trans no espaço escolar não ocorre sem um esforço da própria instituição em regulá-la. Em que pese a legislação garantir a discussão da

diversidade sexual na lógica dos direitos humanos nas escolas, a maioria das instituições ainda têm grande resistência a debater sobre a temática e permanecem dentro de uma lógica de ordem disciplinar e normativa de exclusão das pessoas trans, conforme pode ser observado na polêmica gerada na proposta do último Plano Nacional de Educação (PNE).

O Plano Nacional de Educação estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em um período de 10 anos. A redação final do Plano, em seu artigo 2°, estabeleceu que "São diretrizes do PNE [...] III - a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, **de gênero e de orientação sexual** e na erradicação de todas as formas de discriminação" (BRASIL, 2012). A menção a gênero no texto do PNE gerou uma série de audiências e debates sobre o Projeto de lei do PNE com manifestações contrárias a incluir debates sobre sexualidade e gênero nas escolas a partir da alegação de que o plano estava implementando uma "ideologia de gênero".

De acordo com Reis e Eggert (2017, p. 17), "[...] o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher". Os posicionamentos contrários à inserção da temática de gênero no PNE e a difusão da ideia equivocada de "ideologia de gênero" repercutiu na elaboração dos Planos de Educação em níveis estaduais e municipais. Logo, em vários estados e municípios, como foi o caso da cidade de Vitória, o termo "gênero" foi suprimido do Plano Municipal de Educação.

Santos (2009) destaca que um dos desafios da comunidade escolar é compreender que os padrões impostos pelas regras fixas de gênero são produzidos e construídos historicamente, ou seja, não são naturais. A partir dessa compreensão, talvez seja possível o rompimento e a transgressão dessas regras, assim como das normas organizacionais e de gestão da escola pública, tornando-a um espaço inclusivo também para a população trans.

> O processo de fabricação dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. [...] nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de

> questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como natural (Louro *apud* SANTOS, 2009).

Outro dado que chama atenção na pesquisa sobre Homens transexuais, Mulheres transexuais e travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória é que parte expressiva das (os) entrevistadas (os) se perceberam pessoas trans ainda no período da infância e da adolescência[33] (Ver capitulo 01). Além disso, é também nessa fase da adolescência que a maioria dos sujeitos deixaram de viver com suas famílias, conforme já dito no capítulo 03.[34]

A infância e a adolescência são fases da vida que, devido à situação peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de uma atenção especial, ou seja, políticas públicas específicas que busquem garantir seus direitos sociais fundamentais. Garantir esses direitos para esse segmento populacional é um desafio, e se tratando de crianças e adolescentes trans os desafios tornam-se ainda maiores. Observa-se que esse é o período da vida em que a maioria dos sujeitos da pesquisa se descobre trans, e, por outro lado, é o período em que são desprovidos de um acolhimento familiar e de uma socialização inclusiva no âmbito escolar, que, na maioria dos casos, irá reproduzir o preconceito e a discriminação.

Nesse sentido, nota-se que no momento da vida dessas crianças e adolescentes trans em que o acolhimento nos diferentes espaços de socialização, como a família e a escola, é de extrema importância, devido à especificidade de desenvolvimento dessa faixa etária, ocorre o contrário, isto é, essas instituições acabam direta ou indiretamente excluindo esses sujeitos. Isso pode gerar consequências futuras negativas na trajetória de vida delas, tanto no âmbito profissional quanto pessoal. O estudo realizado por Santos (2009) nos auxilia a pensar sobre essa questão:

---

[33] Pode-se afirmar que não há um consenso absoluto em relação ao conceito de criança, sendo a classificação etária um critério usual, embora não abarque a complexidade inerente à definição. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 2°), considera-se criança a pessoa com até 12 anos incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

[34] A pesquisa não buscou captar os motivos pelos quais os entrevistados (as) deixaram de viver com suas famílias. Sendo assim, podem ser diversos motivos. No entanto, no que diz respeito à relação familiar, a pesquisa aponta que 63,3% (93) dos entrevistados (as) já sofreram preconceito em sua família por ser transexual ou travesti. Ademais, 43,5% (64) relataram que já sofreram algum tipo de violência em sua família.

> A assistência a esta população na infância e na adolescência pode prevenir futuras situações de vulnerabilidade e risco, como a prostituição enquanto meio de trabalho e subsistência. Nas situações de vulnerabilidade já instaladas, deve-se contribuir com a (re)construção das redes de apoio social, promovendo a desconstrução dos estigmas sociais em relação as populações transgênero, além de auxiliar na elaboração conjunta de projetos de vida, onde a emancipação, o protagonismo e os direitos sociais possam ser restabelecidos na vivência das travestis e das mulheres transexuais (SILVA *et al.*,2015, p. 371).

A Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) sinaliza também que 57,1% (84) dos (as) entrevistados (as) já tiveram pensamento suicida. Dentre esses, 52,4% (44) já tentaram o suicídio. Entende-se que a questão é complexa, logo, não se pode afirmar que existe uma correlação direta entre a falta de assistência às pessoas trans, sobretudo na infância e na adolescência, e o pensamento e/ou tentativa de suicídio. Todavia, não se pode negar que a falta de acolhimento familiar e a exclusão escolar podem potencializar o sofrimento desses sujeitos, impactando diretamente na falta de perspectiva de vida deles, o que pode gerar pensamentos suicidas e, em alguns casos, tentativas de suicídio, conforme mencionado.

4.2 Considerações

As crianças, os adolescentes e jovens são a parcela da população que encontram as maiores dificuldades na efetivação de direitos sociais básicos, tais como a educação escolar. Quando esse segmento populacional é formado por pessoas trans, os desafios tornam-se ainda maiores.

Conforme exposto neste capítulo, os dados da pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV, além de outros estudos, apontam que a escola, de modo geral, não tem sido um ambiente que promove o reconhecimento da identidade de gênero e o respeito à diversidade sexual. Pelo contrário, pessoas trans relataram que já sofreram algum tipo de preconceito e/ou agressão na escola e, uma parcela expressiva, abandonou a escola devido ao preconceito/ agressões sofridas. Cabe salientar ainda que as violências sofridas pelos participantes da pesquisa foram provocadas tanto pelos colegas (alunos) quanto pelos profissionais de ensino.

A não garantia do acesso e, sobretudo, da permanência à educação escolar impacta de forma negativa a trajetória de vida dos indivíduos. Tanto no que diz respeito à cidadania, visto que o direito à educação escolar se constitui em um direito essencial ao exercício da cidadania, como em relação à falta de qualificação profissional para o mercado de trabalho. A interrupção precoce da escolarização reduz as oportunidades profissionais para qualquer indivíduo. Se tratando de pessoas trans a falta de qualificação tem seus efeitos negativos potencializados pelo preconceito e a discriminação. Assim, o que "sobra" para os sujeitos trans são os empregos socialmente aceitos para esse grupo, que, predominantemente, são profissionais do sexo ou profissionais de estética e beleza.

Ademais, o preconceito e a discriminação ocorridos com os estudantes que assumem uma identidade de gênero diferente da norma prevalecente no âmbito escolar geram todo um sofrimento para esses indivíduos, uma vez que colocam em evidencia aspectos que dizem respeito a questões básicas de existência humana, ou seja, o direito de existir e de se assumir na sociedade de uma forma diferente do padrão socialmente estabelecido.

A escola moderna nasce como uma instituição disciplinar que normatiza os corpos e, logo, as subjetividades, como discutido por Foucault. Daí a dificuldade da instituição em descontruir a visão heteronormativa e binária – ainda vigente na sociedade - em que gênero está, necessariamente, vinculado, ao sexo. Sobre essa questão, Silva (2013, p.10) traz a seguinte reflexão:

> Na visão binária "homem" ou "mulher", o corpo travesti dificulta a realização de um dos principais objetivos da escolarização: a produção do olhar domesticado que, em se tratando de corpos, vê machos e fêmeas antes de qualquer outra distinção. Logo, o travesti questiona o corpo transcendente, as fixações identitárias os pressupostos da sexualidade, as verdades escolares, a própria construção do sujeito do conhecimento e ainda promete prazer. A instituição escolar não suporta a diferença do corpo travesti, que, por ser um híbrido e não operar na binaridade dos opostos metafísicos, rompe com o realismo que embasa a razão curricular (SILVA, 2013, p. 10).

O foco deste capítulo foi a exclusão escolar das pessoas trans, assim como as limitações para sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, cabe destacar que a realidade desses sujeitos é complexa, sendo que existem vários fatores que levam a uma situação de vulnerabi-

lidade social. Portanto, a exclusão escolar e do mercado de trabalho formal são apenas dois dos fatores que levam as pessoas trans, muitas vezes, a estarem numa situação de vulnerabilidade social. A família é a primeira instância que exclui os sujeitos, a escola reproduz o preconceito e a discriminação e a rua acaba sendo o espaço mais acolhedor para eles, mas, ao mesmo tempo que a rua acolhe ela também vulnerabiliza, como mostra o estudo de Silva *et. al.* (2015).

Os desafios são complexos e exigem um grande esforço de diálogo e articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos seja no âmbito específico das políticas educacionais ou das políticas públicas, no geral, com vistas à superação de uma perspectiva transfóbica que ainda prevalece nas escolas e na sociedade. É fundamental que a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na escola contemple a temática da identidade de gênero e diversidade sexual na perspectiva dos direitos humanos. A instituição precisa, urgente, promover debates e incluir a temática no currículo e no cotidiano escolar.

A escola é o espaço, *sui generis*, propício para debater diversos temas e questões. Somente o acesso à educação escolar torna-se desprovido de sentido quando a escola não promove práticas educacionais inclusivas que dialoguem com os diversos grupos marginalizados, como os estudantes trans. Não basta apenas acessar a educação, no entanto, faz-se necessário práticas educacionais inclusivas.

> Assim, estaremos construindo um ambiente escolar que paute por um espaço público democrático, e como desdobramento, contribuindo para formação de sujeitos que respeitem as diferenças, os quais enxerguem o outro como legítimo, possibilitando ainda cooperar para o enfrentamento da violência homofóbica e transfóbica nos cotidianos escolares (ZAMPROGNO; GOMES, 2016, p. 22).

Nesse sentido, pensar a inserção das pessoas trans na escola, a partir de uma lógica inclusiva, na perspectiva de defesa dos direitos humanos é uma tarefa colocada para toda a sociedade, uma vez que os efeitos de uma normatividade excludente “extrapolam” o espaço escolar, tanto do ponto de vista dos sujeitos trans, quanto do ponto de vista dos demais estudantes que convivem com essa perspectiva. Se queremos uma sociedade justa, inclusiva e pautada no princípio da igualdade é preciso que os diferentes sujeitos, em diferentes espaços, e, em especial no âmbito escolar, exercitem esses valores cotidianamente, forjando subjetividades democráticas (no mínimo).

Capítulo 05

População trans da RMGV e o direito à saúde

A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) trouxe avanços e conquistas significativas no âmbito das políticas de saúde, contudo, tem-se ainda muito que melhorar para garantir, universalmente, serviços de saúde de qualidade para a população brasileira. Em se tratando da população trans, a garantia do direito à saúde torna-se ainda mais difícil devido à condição, marcada pela exclusão social, na qual este segmento se insere. Esse é um dos grupos populacionais que possuem mais dificuldades em relação ao acesso e permanência nos serviços de saúde.

Nos últimos anos houve avanços significativos nas políticas públicas que visam garantir o direito à saúde das pessoas trans[35], todavia, ainda são muitos os desafios em relação a aproximar essas políticas do cotidiano das (os) usuárias (os) trans. Ademais, outra dificuldade é assegurar os princípios de universalidade, integridade e equidade recomendados pelo SUS em suas diretrizes.

O princípio de equidade, um dos eixos estruturantes do SUS, coloca em evidencia a necessidade de ações governamentais diferenciadas para segmentos sociais específicos como mulheres, crianças, idosas, negras, LGBT devido às demandas de saúde diferenciadas que esses grupos possuem. Nesse contexto, Silva e Lima sinalizam que:

> [o princípio da equidade] remete ao entendimento de que existem indivíduos ou grupos populacionais mais vulneráveis devido à sua condição socioeconômica, e que, por isso, estes devem ser priorizados nos processos de intervenção estatal (2005, p.48).

No que diz respeito ao acesso da população LGBT aos serviços de saúde, fundamentados nos princípios de equidade, integralidade e universalidade, Mello *et al*. (p. 12, 2011) chama atenção que a orientação sexual e identidade de gênero não devem ser cogitados como marcadores sociais únicos, visto que se articulam com outros, tais como raça/cor, classe social e idade, por exemplo. Assim, os sujeitos não podem ser pensados somente como "gay", "lésbica", "travesti" ou "transexual" no âmbito das políticas de saúde.

Este capítulo visa apresentar e analisar os dados referentes à saúde das (os) entrevistadas (os) que participaram da Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV.

---

[35] Esses avanços serão pontuados no decorrer do texto.

5.1 Reflexões sobre a transição de gênero, corporeidade e saúde

Este texto compartilha de uma perspectiva socioantropológica de saúde e doença compreendida enquanto construção social, histórica e cultural que não se reduz a um mero marco fisiológico/biológico. Nessa direção, Uchôa & Vidal (1994, p.500) sinalizam que "[...] a experiência da doença não é vista como simples reflexo do processo patológico no sentido biomédico do termo. Considera-se que ela conjuga normas, valores e expectativas, tanto individuais como coletivas, e se expressa em formas específicas de pensar e agir".

A experiência da saúde e da doença são atravessadas pelas representações sociais que transcendem as estruturas anatômicas/fisiológicas, logo, numa sociedade cujas normas dominantes para a inteligibilidade dos corpos pautam-se no gênero binário e na heteronormatividade, os corpos inadequados a essa lógica, como os corpos das pessoas trans, tendem a ser vistos como doentes, conforme salienta Rocon *et al.* (2016, p.2524).

Os resultados da pesquisa realizada na RMGV informam que a maioria das (os) entrevistadas (os) (72,7%; 125) são usuárias (os) do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo assim, as políticas de saúde voltadas para atender as demandas da população trans devem ser problematizadas, sobretudo, no âmbito dessa esfera pública. As (os) usuárias (os) que acessam os serviços de saúde através do plano de saúde particular correspondem a 18,6% (32) dos participantes da pesquisa, enquanto 5,2% (09) utilizam serviço particular de saúde e 3,5% (06) disseram não acessar nenhum serviço de saúde.

Os principais problemas de saúde associados a população trans são derivados das intervenções que as pessoas trans realizam em seus corpos no processo transição de gênero. A pesquisa realizada por Romano (2008) apontou que o uso abusivo de hormônios entre as travestis e mulheres trans são causadores de distúrbios hepáticos e, ainda, que as aplicações de silicone industrial geram infecções e trombose em membros inferiores nesse segmento. Entretanto, as causas dos problemas relacionados à saúde trans devem ser vistos numa perspectiva coletiva e não individualizante para não correr o risco de culpabilizar os sujeitos, de forma injusta, pela situação de adoecimento em que se encontram. Assim,

> [...] a vida das pessoas trans deve ser analisada sob uma perspectiva de totalidade histórica, na qual indivíduos e grupos possuem suas vidas atravessadas por determina-

> ções da cultura, da economia, da política e da subjetividade. Essas vidas experimentam rebatimentos de classe social, raça/cor, orientação sexual, gênero, evasão escolar, dificuldades de acesso à saúde, entre outros. Sendo assim, o uso de hormônios e de silicone industrial não pode significar ação inconsequente e isolada, pois compõe a dinâmica real da sociedade na qual pessoas trans construirão modos de resistência e sobrevivência (Almeida e Murta *apud* ROCON, 2016, p. 2522).

Observa-se que uma parcela expressiva dos sujeitos participantes do estudo realizado na RMGV (46,3%;68) usam hormônios habitualmente; 32% (47) já fizeram uso, mas pararam; 12,2% (18) não usam hormônios, porém pretendem e 9,5% (14) afirmaram que não usam hormônios. Uma questão que chama atenção na pesquisa é a idade precoce em que a maioria das (os) entrevistadas (os) fizeram uso de hormônios pela primeira vez: 66,1% estavam na faixa etária de 10 a 19 anos, sendo 18,3% na faixa etária de 10 a 14 anos e 47,8% entre 15 a 19 anos. Isso reflete o fato de que uma parcela significativa das participantes deste estudo relatou que se descobriram trans ainda na infância/adolescência (Ver capítulo 03).

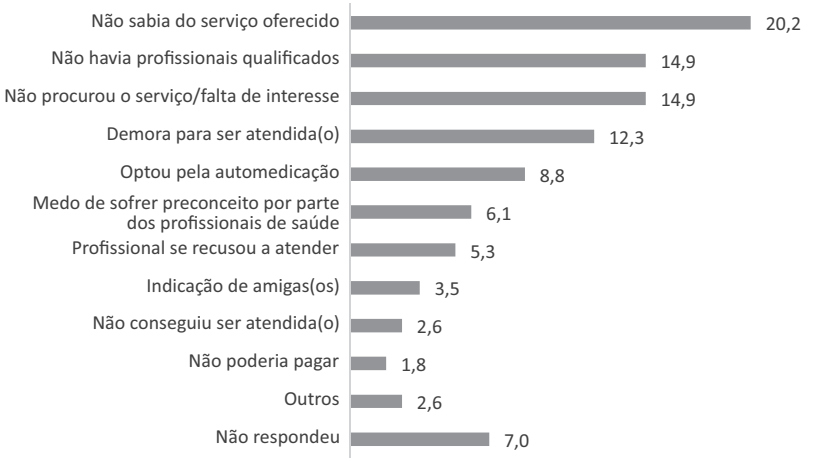
Essa informação sinaliza que os serviços de saúde não podem negligenciar que crianças e adolescentes trans fazem uso de hormônios, logo, um desafio das políticas de saúde voltadas para as pessoas trans é romper com o viés moralista que perpassa, em geral, essas políticas. Essa lógica moralista tende a se acentuar quando se trata de questões envolvendo indivíduos em formação, como as crianças e os adolescentes. Ressalta-se que todo serviço de saúde voltado para atender as demandas da população trans deve contar com uma equipe multiprofissional, e se tratando de indivíduos num processo de formação social, biológica e psicológica, esse trabalho multiprofissional deve ser realizado de forma ainda mais atenta e cuidadosa. Além disso, quanto mais cedo esse grupo tiver acesso ao processo transexualizador seguro e adequado mais chances de evitar futuros problemas de saúde na fase adulta.

Outro aspecto que chama atenção na pesquisa da RMGV é que 77,4% (89) dos sujeitos que fazem ou fizeram uso de hormônios não têm ou teve acompanhamento médico contínuo para a hormonioterapia. Do total de 114 respostas, entre os motivos para não terem acompanhamento médico na hormonioterapia, 20,2% (23) das respostas sinalizam que não sabia do serviço oferecido; 14,9% (17) que não havia profissionais

qualificados; 14,9% (17) não procurou o serviço/falta de interesse; 12,3% (14) demora para ser atendida(o); 8,8% (10) indicam a opção pela automedicação; 6,1% (7) apontaram como motivo o medo de sofrer preconceito por parte dos profissionais de saúde; 5,3% (6) relataram que o profissional se recusou a atender; 3,5% (4) apontaram a indicação de amigos(as) como motivo; 2,6% (3) não conseguiram atendimento; 1,8% (2) não poderiam pagar; 2,6% (3) apontaram outros motivos (Gráfico 14).

Gráfico 14

Por que não tem/teve acompanhamento médico para hormonioterapia?* (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

Em relação aos problemas de saúde decorrentes do uso de hormônios, das(os) 115 respondentes participantes da pesquisa, 71,3% (82) disseram não ter problemas de saúde após iniciar o uso de hormônios, enquanto 27,0% (31) responderam ter algum tipo de problema. Dentre aquelas que afirmaram ter tido algum problema de saúde, as principais respostas, que foram categorizadas, apontaram: 34,5% (20) transtornos neurológicos e/ou psiquiátricos (depressão, desmaio, dor de cabeça, variações de humor, etc); 20,7% (12) transtornos do trato gastrointestinal (enjôo, infecção intestinal, dor no estômago, etc); 19% (11) relataram transtornos cardiovasculares (problemas cardíacos, princípio de trombose, hipertensão, varizes, etc); 6,9% (4) transtornos endócrinos (lactação, sintomas de gravidez, etc); 6,9% (4) relataram impotência sexual; 5,2% (3) relataram

transtornos infecciosos (furúnculos, hepatite, etc); 3,4% (2) transtornos hematológicos/imunológicos anemia e baixa imunidade; 3,4% (02) apresentaram outros transtornos.

Estudos (ROCON *et al.*, 2016; FERREIRA *et al.*, 2017; ROMANO, 2008) apontam que são diversos os obstáculos que impedem ou dificultam o acesso e permanência da população trans aos serviços de saúde oferecidos pelo SUS. Os principais entraves que dificultam a garantia do direito à saúde para as pessoas trans, identificados nessas pesquisas, são: a trans/travestifobia nos serviços de saúde decorrentes do estigma e discriminação que assolam esse segmento, o desrespeito ao nome social e o diagnóstico patologizante no processo transexualizador.

Um avanço importante em relação às questões de saúde das pessoas trans foi que recentemente, em junho de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de considerar a transexualidade como um transtorno mental de acordo com a nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID). Antes disso, as pessoas que não se identificam com o sexo que lhes foi atribuído ao nascer eram consideradas doentes mentais segundo a classificação da OMS. As organizações LGBT reivindicaram durante muitos anos para que a transexualidade saísse do compartimento das doenças mentais e entrasse no de comportamentos sexuais. Nesse contexto, a transexualidade continua na CID, contudo, como incongruência de gênero na categoria relativa à saúde sexual. Mantê-la na CID é fundamental para que uma pessoa possa obter ajuda médica caso precisar, visto que em muitos países o sistema sanitário público ou privado não reembolsa o tratamento se o diagnóstico não estiver na lista[36].

Os dados da pesquisa sinalizam que 56,8% (83) das (os) entrevistadas (os) disseram nunca ter dificuldades no atendimento dos serviços de saúde. Por outro lado, 43,2% (63) responderam que sim, já tiveram dificuldades no atendimento. Dentre esses que afirmaram já ter passado por dificuldades no atendimento, as principais respostas referentes às dificuldades foram categorizadas em: 30,4% (21) apontaram a demora no atendimento; 21,7% (15) a negligência/atendimento negado; 15,9% (11) apontaram o preconceito como dificuldade; 11,6% (8) a dificuldade de conseguir especialista/ausência de profissionais; 11,6% (8) desrespeito ao nome social e ao gênero; 4,3% (3) a falta de profissionais qualificados e 1,4% (1) apontou outro motivo como a necessidade de ter que se deslocar para outra cidade.

---

[36] Ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html. Acesso em: out. 2018.

Quando as (os) entrevistadas (os) foram questionados se seu nome social e sua identidade de gênero são respeitados em todas as etapas do atendimento dos serviços de saúde, das 132 respostas, 59,1% (78) relataram que são respeitados, 34,1% (45) responderam que seu nome social e identidade de gênero não são respeitados nas etapas de atendimento dos serviços de saúde, 5,3% (07) não sabe e 1,5% (02) não respondeu.

No que concerne ao uso do nome social, o Ministério da Saúde lançou, através da Portaria n° 1.820, de 13 de agosto de 2009, a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS que assegura o uso do nome social no Sistema Único de Saúde (SUS). A carta tornou obrigatório ter um campo a ser preenchido com o nome pelo qual o usuário deseja ser chamado em documentos de identificação. A carta assegura que "todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação" (BRASIL, 2009). Adicionalmente, o Ministério da Saúde lançou, no ano de 2011, através da portaria nº 2.836, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que normatizou o direito ao "uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS" (BRASIL, 2011).

É inegável que nos últimos anos houve avanços significativos nas políticas públicas que visam assegurar o direito à saúde da população trans, conquistas de anos de lutas dos movimentos sociais LGBT, no entanto, ainda são muitos os desafios no que se refere à efetivação dessas ações no cotidiano de trabalho dos profissionais da saúde.

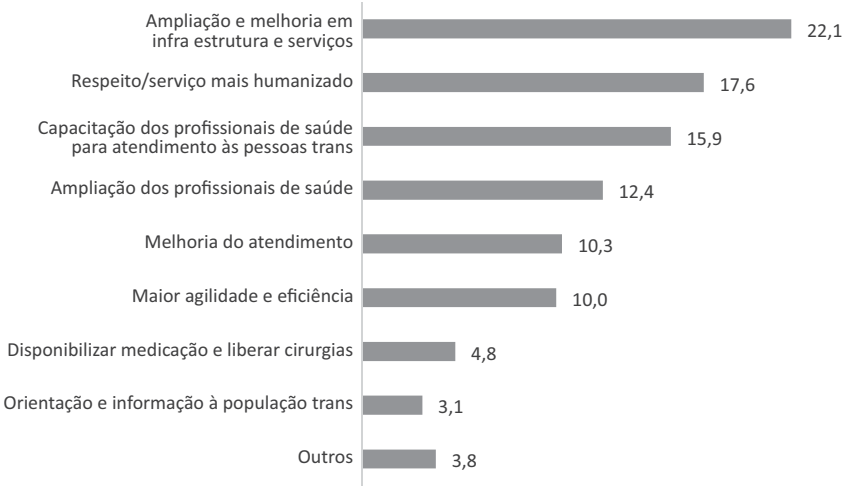
> [...] observa-se que a existência de políticas públicas e de legislações não é garantia de efetivação dos direitos humanos e sexuais das pessoas trans. Em seu cotidiano, elas esbarram na falta de preparo das(os) profissionais de Saúde, na estrutura arquitetônica pouco sensível à necessidade de mitigar a estigmatização, no fluxo de atendimento dos serviços e na falta de aceitabilidade dos serviços a suas vivências, suas experiências e seus modos de vida (TAGLIAMENTO, 2015, p. 70).

O gráfico 15 aponta as mudanças que as(os) entrevistadas(os) consideram importantes para melhoria dos serviços de atendimento à saúde[37]. Cada entrevistada(o) poderia indicar até três respostas. Nesse sentido, do

[37] Face ao caráter aberto dessa pergunta, as respostas obtidas foram agrupadas formando categorias, conforme descrito no capítulo 01 deste livro.

total de resposta obtidas (290), 17,6% (51) sinalizaram respeito/serviço mais humanizado; 15,9% (46) a capacitação dos profissionais de saúde para atendimento às pessoas trans; 10,3% (30) apontaram a melhoria do atendimento, dentre as outras respostas indicadas no gráfico 15.

Gráfico 15
Cite até três coisas importantes para melhorar os serviços de atendimento à saúde (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

A relação entre os profissionais da saúde e os usuários é um fator fundamental, que não pode ser negligenciado nas políticas públicas de saúde, principalmente, quando voltadas para grupos que vivem numa condição de vulnerabilidade física e social, como as pessoas trans. Deste modo, é fundamental que a formação inicial e continuada dos profissionais possibilite reconhecer a população trans enquanto sujeitos de direitos, de modo que o acolhimento, sensibilidade e escuta qualificada perpasse a atuação desses profissionais junto das (os) usuárias (os) e, assim, possam atuar no atendimento de forma comprometida com as singularidades destes indivíduos e garantir a atenção integral à saúde das mesmas. E, portanto, não reforçar os estigmas que acometem essas pessoas e perpetuar ações preconceituosas e discriminatórias. Conforme mostra Rocon *et al.* (2016, p. 2524):

> Faz-se necessário problematizar, junto aos profissionais da saúde, as consequências do gênero binário e da heteronor-

> matividade para a saúde das pessoas trans por meio de programas de formação continuada [...] realizando campanhas permanentes de divulgação do direito ao atendimento livre de discriminação e ao uso do nome social.

A discriminação vivida pelas pessoas trans nos espaços de serviços de saúde podem leva-las a procurarem pelo atendimento precário de serviços clandestinos, fato que ocasiona ainda mais riscos para a saúde desse segmento, visto que aumenta as situações de vulnerabilidades.

> Esse processo de forja dos seus corpos ocorre na clandestinidade e sem nenhum tipo de segurança, uma vez que as travestis são ou estão invisíveis para o Estado e, portanto, para o SUS. As travestis acabam lidando com experiências de quase morte constantemente pelo fato de não existirem como sujeitos nem serem consideradas clientelas legítimas dos serviços de saúde. Assim, a busca pela redefinição do corpo se dá numa perspectiva solitária, exposta e desprotegida, além de estar envolta em um silêncio público (FERREIRA, 2017, p.1029).

A população trans acredita que a materialização de um corpo que condiz com a identidade de gênero esperada pela sociedade pode resultar no reconhecimento legal e social de sua expressão e identidade gênero. Para tanto, "[...] essas pessoas acabam submetidas a procedimentos invasivos quase sempre árduos, longos e dolorosos" (GUIMARÃES, 2015, p. 42). Esse autor supracitado traz reflexões fundamentais acerca da saúde deste grupo:

> Com o passar do tempo, verifica-se o quão imprevisíveis podem ser suas repercussões nos planos físico e psíquico. Dito de outra forma, é a busca pela restituição da "humanidade" que lhes foi retirada o que move travestis e transexuais em meio à parafernália biotecnológica disponível. Não obstante todo esse sofrimento, o tão ansiado reconhecimento legal e social tampouco lhes é assegurado (GUIMARÃES, 2015, p. 42).

É comum que as pessoas trans invistam na modelação de seus corpos como elemento constitutivo de suas vidas em busca de um ideal de beleza associado à construção das marcas de gênero (ROCON *et al*., 2016, p. 2521).

De acordo com Ventura (2010), o sujeito transexual busca a transformação do corpo na tentativa de inserir-se no meio social e ser reconhecido

como alguém do sexo oposto ao seu biologicamente determinado. Portanto, é a busca por inserção na vida social o principal motivo que leva as pessoas trans a recorrerem às cirurgias de transgenitalização (BENTO,2006, p. 182).

Em 2008 o Ministério da Saúde regulamenta os processos de transgenitalização por meio das portarias n° 1.707, de 18 de agosto de 2008, que institui, na esfera do SUS, o processo transexualizador e n° 457, de 19 de agosto de 2008, que define as diretrizes nacionais para o processo, de modo que assegura, ao sujeito transexual, o direito à cirurgia de transgenitalização. Em 2013, a Portaria n° 2.803, de 19 de novembro de 2013, determinou ao Ministério da Saúde o cumprimento, no prazo de 30 dias, das medidas necessárias para possibilitar a realização de todos os procedimentos médicos para garantir a cirurgia de transgenitalização e a readequação transexual no processo Transexualizador.

> As determinações e as diretrizes das Portarias Ministeriais n° 1.707/2008 e n° 457/2008, respectivamente, preveem a equidade do acesso aos serviços e a integralidade da atenção à saúde do transexual. Ao adotarem o conceito ampliado de saúde, não limitam o cuidado aos procedimentos de intervenção cirúrgica de transgenitalização, assegurando o acolhimento humanizado e o combate às condutas e às atitudes discriminatórias por parte das equipes de Saúde (BRASIL, 2008).

Não obstante o aparato legal que assegura o Processo Transexualizador, vale lembrar que o SUS não universalizou o Processo em todos os estados e regiões do país. O Hospital Universitário (HUCAM) da Universidade Federal do Espírito Santo implementou recentemente, no início do ano de 2018, o Ambulatório de Diversidade de Gênero. Nesse sentido:

> O time que atua no Ambulatório é composto de urologista, enfermeiro, psicólogo, assistente social, endocrinologista, ginecologista, fonoaudiólogo, psiquiatra e infectologista. Com a habilitação, a remuneração do Sistema Único de Saúde ao hospital pelos serviços realizados sobe de patamar. Além disso, abre oportunidade para que a instituição possa, além de prescrever, ter autorização para comprar os hormônios usados durante a transexualização[38].

[38] Ver: http://www.ebserh.gov.br/web/hucam-ufes/noticias/-/asset_publisher/nXmbb8OOZF4u/content/id/2913769/2018-03-ministerio-da-saude-autoriza-ambulatorio-de-diversidade-de-genero. Acesso em: 12. Set. 2018.

A tabela 04 sinaliza as informações acerca das cirurgias de transição de gênero já realizadas pelos homens trans; as que não foram realizadas, mas que eles pretendem realizar e as que eles não realizaram e não têm pretensão de realiza-las.

Tabela 04
Processo Transexualizador – Homens Trans*

Processo Transexualizador	Já realizou	Não realizou, mas pretende	Não realizou, e não pretende	Não sabe	Não respondeu	Total
Retirada de mamas	5,8% (3)	92,3% (48)	1,9% (1)			100% (52)
Retirada de útero e ovários	3,8% (2)	71,2% (37)	17,3% (9)	7,7% (4)		100% (52)
Aumento do Clitoris		23,1% (12)	67,3% (35)	7,7% (4)	1,9% (1)	100% (52)
Construção Peniana	1,9% (1)	15,4% (8)	76,9% (40)	5,8% (3)		100% (52)

Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Os dados entre parênteses representam os números absolutos.

A tabela 04 indica que os processos cirúrgicos que a maioria dos homens trans participantes da pesquisa não realizaram, porém, pretendem realizar são: retirada de mamas, 92,3% (48), e retirada de útero e ovários, 71,2% (37). O aumento do clitóris e a construção peniana, que corresponde, respectivamente, a 67,3% (35) e 76,9% (40), são dois processos cirúrgicos de transição que a maioria deles não realizaram e não pretendem realizar.

Esses dados mostram a insatisfação desses sujeitos com as mamas. Outra informação que reforça essa premissa é que entre as 97 respostas[39] dos homens transexuais correspondentes à questão sobre o uso de acessórios em geral, 29,9% (29) disseram usar faixas elásticas (Binder[40]); 14,4% (14) usam sutiãs esportivos; 11,3% (11) utilizam atadura[41].

[39] Na pergunta relativa ao uso de acessórios para os homens trans realizada na pesquisa sobre pessoas trans da RMGV era possível indicar múltiplas respostas.

[40] O Binder é um tecido usado pelos homens trans em volta do tronco na altura do peitoral para esconder as mamas, com o propósito de que não fiquem sobressalentes.

[41] As outras respostas desta questão foram: 13,4% (13) utilizam prótese peniana de uso estético e sexual; 12,4% (12) usam prótese peniana de uso funcional (Packer); 7,2% (7) não usam nenhum acessório; 5,2% (5) utilizam cinta de ginecomastia; 4,1% (4) usam preenchimento (meia, papel, etc) na região da genitália; 2,1% (2) apontaram outros acessórios como colete.

Destaca-se que entre os entrevistados que fazem uso de Binder e amarrações cerca de 32,6% (14) relataram que fazem uso do acessório até 12 horas por dia e 25,6% (11) usam até oito horas por dia. Além disso, 69,8% (30) fazem uso do acessório até 7 dias por semana.

O uso dos acessórios de amarração pode gerar problemas de saúde para os homens trans, conforme identificado na pesquisa. As respostas referentes a essa questão da saúde indicam que 37,3% (19) responderam sentir desconforto e dificuldade para respirar; 31,4% (16) nunca tiveram problemas de saúde ocasionados pela utilização do acessório; 11,8% das respostas foram categorizadas como transtornos osteoarticulares (dores nas costas e no tórax, inflamação na coluna, etc); 9,8% (5) relataram feridas na pele; 5,9% (3) relataram doenças na mama; 2,0% (1) apontaram outros problemas.

Em relação às travestis e mulheres trans, a tabela 05 ilustra que as cirurgias que uma parcela expressiva das entrevistadas não realizaram e não pretendem realizar foram: retirada de pomo-de-adão, 60,0% (57); cirurgia para construção vaginal, 55,8% (53); retirada dos testículos, 62,1% (59). Nota-se, com essas informações, que tanto os homens trans quanto as travestis entrevistadas (os), de forma predominante, não possuem total aversão à genitália.

Tabela 05
Processo Transexualizador – Mulheres Trans e Travestis*

Processo Transexualizador	Já realizou	Não realizou, mas pretende	Não realizou, e não pretende	Não sabe	Não respondeu	Total
Implante de mamas	46,3% (44)	33,7% (32)	17,9% (17)	2,1% (2)	–	100% (95)
Feminilização facial	25,3% (24)	35,8% (34)	35,8% (34)	2,1% (2)	1,1% (1)	100% (95)
Retirada de pomo-de-adão	12,6% (12)	23,2% (22)	60,0% (57)	2,1% (2)	2,1% (2)	100% (95)
Cirurgia para Construção Vaginal	12,6% (12)	25,3% (24)	55,8% (53)	4,2% (4)	2,1% (2)	100% (95)
Retirada dos testículos	11,6% (11)	21,1% (20)	62,1% (59)	3,2% (3)	2,1% (2)	100% (95)

Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Os dados entre parênteses representam os números absolutos.

Entre as 115 respostas de 96 travestis e mulheres trans participantes da pesquisa, cerca de 48,7% (56) indicam que não fazem uso de silicone ou outras substâncias para modelação do corpo. Em contrapartida, 23,4% (28) das respostas apontam uso de silicone industrial para modelação no corpo; 19,1% (22) correspondem ao uso da prótese de silicone cirúrgica; 0,9% (1) utilizam outro tipo de prótese ou preenchimento; 7,0% (8) não responderam. Uma informação preocupante identificada no estudo é que 51,9% (27) das entrevistadas que fazem ou já fizeram uso de silicone fizeram a aplicação com a "bombadeira"[42] e 11,5% (6) fizeram a aplicação com colegas. Ademais, 32,7% (17) recorreram ao serviço de saúde particular e 3,8% (2) recorreram a outras(os) para aplicação.

Esses dados ilustram problemáticas diversas para a saúde dessas mulheres, como o uso do silicone industrial que traz sérios prejuízos à saúde, a ponto de Simpson (2015, p. 09) pontuar que se trata de "[...] um produto desaconselhável para humanos". Além disso, a aplicação de silicone, em precárias condições, sem o acompanhamento de profissionais da saúde, com as "bombadeiras" e colegas, também geram complicações de saúde para esse segmento que podem, inclusive, levá-las a óbito (GUIMARÃES, 2015). Nesse contexto:

> Essa prática não oficial se vale da existência de produtos químicos, os quais apresentam facilidade de acesso e oferecem menor custo e maiores possibilidades de lucro. Esses produtos, muitas vezes, são subvertidos em sua finalidade exclusivamente industrial e acabam injetados no corpo humano. É o caso do silicone líquido, cujos danos no organismo de homens e mulheres têm sido objeto de extensa literatura científica. Ainda que sejam amplamente conhecidos os seus severos danos em humanos, e enorme a dificuldade médica para o seu enfrentamento, chama a atenção seu continuado uso entre travestis e transexuais no Brasil (GUIMARÃES, 2015, p. 39-40).

No que concerne aos problemas de saúde causados pela aplicação de silicone ou outras substâncias nas entrevistadas, a pesquisa realizada na RMGV pontua que, dentre 44 respostas, 59,1% (26) disseram nunca ter

[42] "Bombadeira" é um termo utilizado pelas trans para denominar a pessoa que faz a prática da aplicação clandestina de silicone industrial no corpo de mulheres transexuais e travestis.

problemas de saúde causados pela aplicação; 11,4% (5) relataram migração do silicone; 6,8% (3) disseram ter infecção; 4,5% (2) relataram problemas de circulação sanguínea; 4,5% (2) sofreram deformidade da região aplicada; 4,5% (2) sofreram rejeição com a aplicação no corpo; 2,3% (1) relatou vazamento de silicone; 2,3% (1) relataram manchas; 2,3% (1) teve empedramento do silicone e 2,3% (1) teve necrose.

Não obstante a maioria das entrevistadas relatarem não ter problemas de saúde advindos da aplicação de silicone ou outras substâncias, não se pode negligenciar que várias pesquisas (GUIMARÃES, 2015; FERREIRA, 2017) sinalizam que esse segmento possui problemas de saúde decorrente da inserção precária aos serviços "não oficiais" que possibilitam a transição de gênero a partir da modificação dos corpos.

5.2 Outras expressões da saúde trans: depressão, uso de drogas, AIDS/HIV e ISTs

O grupo populacional trans vive numa realidade que sequer reconhece sua existência enquanto seres humanos e, consequentemente, como sujeitos de direitos humanos básicos como saúde, educação, moradia, trabalho, etc, conforme analisado neste livro. A invisibilidade social e humana que acomete essas pessoas pode gerar sérios problemas de saúde mental para esses indivíduos. Segundo *Sari Reisner*, um dos autores do artigo publicado na última edição da revista *The Lancet* e pesquisador da Escola de Medicina de Harvard e da Escola Chan de Saúde Pública[43], as pessoas trans apresentam altas taxas de depressão devido ao contexto em que elas são forçadas a viver. Outros artigos publicados na mesma revista citada apontam que as taxas de depressão em transexuais chegam a 60% em alguns países. Levando em conta a população geral, a incidência da doença gira em torno de 5%, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

No que se refere à saúde mental dos sujeitos participantes da pesquisa, nota-se que a maioria deles (76,9%;113) responderam nunca ter recebido diagnóstico de depressão por parte de algum profissional da saúde, enquanto 23,1% (34) disseram que receberam diagnóstico com

[43] https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2016/06/20/noticias-saude,190016/depressao-acomete-60-das-pessoas-transgeneros-contra-5-da-media-gera.shtml. Acesso em: out. 2018.

depressão[44]. Os resultados mostram ainda que cerca de 57,1% (84) já tiveram pensamento suicida, enquanto 42,9% (63) nunca tiveram pensamento suicida. Uma informação preocupante é que, dentre esses que já tiveram pensamento suicida, 52,4% (44) já tentaram o suicídio, de fato. Sendo que 29,5% (13) possuem o histórico de uma tentativa de suicídio; 25% (11) tiveram duas tentativas de suicídio; 15,9% (7) tentaram suicídio por três vezes; 6,8% (3) tiveram quatro tentativas de suicídio; 11,4% (5) tentaram suicídio por cinco vezes; 6,8% (3) tentaram mais de cinco vezes e 4,5% (2) não responderam.

Sabe-se que as questões referentes à saúde mental são complexas e, portanto, não se tem a pretensão, no âmbito deste texto, de aprofundar essa temática. No entanto, fato que chama atenção na pesquisa é que a maioria dos sujeitos relataram não ter depressão diagnosticada, mas, por outro lado, uma parcela expressiva deste segmento já teve pensamento suicida e, muitos, já tentaram cometer o ato. Essas informações são pertinentes, visto que estudos (ASSUMPÇÃO *et al.*, 2018; BOTEGA, 2014) apontam que existe uma correlação entre depressão e pensamento suicida ou mesmo suicídio, de fato.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) informa que cerca de 42,2% da população Trans já tentou suicídio. Quando se trata de homens trans os dados são ainda mais alarmantes, visto que os resultados do relatório denominado "Transexualidades e Saúde Pública no Brasil", do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia, revelou que 85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometer o ato. Esses resultados reforçam a necessidade de promoção de políticas de saúde voltadas para as pessoas trans que discutam questões relacionadas à saúde mental desses sujeitos. A ANTRA traz reflexões fundamentais acerca da temática da saúde mental da população Trans:

> Existe um mito relacionado as questões de saúde mental das pessoas Trans, onde está posto que a Travestilidade ou Transexualidade em si, são fatores que causariam ideações suicidas, depressão, ansiedade ou outras questões de saúde mental. São ideias sob uma viés estigmatizante e

[44] Entre os 34 sujeitos da pesquisa que já receberam diagnóstico de depressão por médico ou profissional da saúde, 64,7% (22) não fazem acompanhamento para tratamento psiquiátrico, enquanto somente 35,3% (12) responderam já ter realizado.

> patologizante, que ignoram os resultados positivos de uma transição em ambientes acolhedores, com apoio dos pais, amigos e familiares, acesso a tratamentos de saúde e acompanhamento nas questões de transição para quem deseja ou precisa, garantia de atendimento humanizado, respeito e uso de nome social e banheiro de acordo com a identidade de gênero das pessoas trans nos espaços sociais, são alguns dos fatores que podem vir a garantir a qualidade e melhora da saúde mental de nossa população.[45]

O estudo realizado na RMGV buscou, também, levantar dados referentes ao uso de drogas lícitas e ilícitas entre os participantes da pesquisa. Dessa maneira, das 315 respostas, 33,3% (105) responderam consumir bebida alcoólica; 24,1% (76) relataram consumir tabaco (cigarro); 15,6% (49) fazem uso de maconha; 7,3% (23) não faz uso algum de drogas; 4,1% (13) consomem cocaína; 3,2% (10) responderam consumir loló; 3,2% (10) fazem uso de LSD; 2,9% (9) consomem crack; 2,5% (8) disseram consumir ecstasy; 2,2% (7) fazem uso de haxixe; 0,3% (1) consome cola e 1,3% (4) responderam consumir outros itens. Entre as(os) 122 entrevistadas (os) que responderam que consomem drogas (lícitas ou ilícitas) e outras substâncias, 63,1% (77) relataram não se considerar dependente no uso. Por outro lado, 36,9% (45) responderam que se consideram dependentes.

Resultados de pesquisas (KULICK, 2008; PELUCIO, 2007) identificaram um alto índice de consumo de álcool e drogas ilícitas entre as travestis e mulheres trans. O uso de álcool, por exemplo, pode estar associado à necessidade de conforto térmico durante as noites frias e, também, como um fator condutor dos programas sexuais (PELUCIO, 2007).

As travestis, mulheres transexuais e homens transexuais é um grupo populacional que se encontra muito vulnerável em relação ao HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) devido às condições sociais que, no geral, essas pessoas se encontram (FERREIRA *et al.*, 2016). Os artigos publicados na última edição da revista The Lancet[46], sinalizam que os transexuais correm um risco quase 50 vezes maior de contrair o vírus da Aids. Uma parcela significativa das pessoas trans são

---

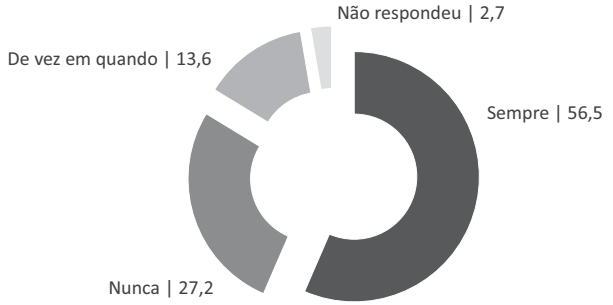
[45] Disponível em: https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/. Acesso em: 12. Set. 2018.

[46] https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2016/06/20/noticias-saude,190016/depressao-acomete-60-das-pessoas-transgeneros-contra-5-da-media-gera.shtml. Acesso em: out. 2018.

profissionais do sexo/acompanhantes, fato que reforça ainda mais a exposição desses sujeitos às infecções transmitidas pelo sexo. Em relação às travestis e mulheres trans profissionais do sexo, por exemplo, estudos (PELUCIO, 2007) indicam que uma prática comum entre os clientes é a oferta de pagamento pela relação sexual desprotegida.

No que se refere ao uso de preservativos nas relações sexuais[47], de modo geral, do total de 147 entrevistadas (os), 56,5% (83) responderam que sempre usam preservativos nas relações sexuais; 27,2% (40) responderam nunca usar; 13,6% (20) responderam que usam preservativo de vez em quando e 2,7% (4) não responderam (Gráfico 16).

Gráfico 16
Costuma usar preservativos nas relações sexuais (%)?



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

A análise do uso de preservativo por gênero do entrevistado revela diferenças significativas. Do total de 51 homens trans entrevistados, 54,9% (28) responderam nunca usar preservativos nas relações sexuais; 21,6% (11) responderam sempre usar; 17,6% (9) costumam usar preservativos de vez em quando e 5,9% (3) não responderam. Por outro lado, do total de 96 mulheres trans e travestis entrevistadas, 75% (72) responderam sempre usar preservativos nas relações sexuais; 12,5% (12) responderam nunca usar; 11,5% (11) costumam usar preservativos de vez em quando e 1% (1) não respondeu.

[47] Essa pergunta foi direcionada para todas (os) as (os) entrevistadas (os) e não apenas para aquelas que disseram ser profissional do sexo.

Os dados mostram que um número expressivo desses sujeitos não usa preservativos nas relações sexuais, sobretudo, os homens trans, o que mostra a necessidade de ações preventivas e de conscientização, quanto ao uso de preservativos, voltadas para esse segmento da sociedade. A Associação Capixaba de Redução de Danos (ACARD) realiza um trabalho que tem como eixo estruturante a prevenção e promoção da saúde das pessoas trans e usuários de drogas como foco nas questões relacionadas as ISTs e HIV/AIDS.

Os resultados da pesquisa pontuam que 72,1% (106) dos participantes responderam ter realizado exame de HIV/IST nos últimos 12 meses, enquanto 27,9% (41) disseram que não fizeram o exame. A análise acerca da realização de exame de HIV/IST´s, a partir do recorte de gênero, também assinala diferenças significativas. Do total de 51 homens trans entrevistados, 51% (26) responderam não ter realizado o exame de HIV/ISTs nos últimos 12 meses e 49% (25) responderam que sim. Enquanto que, dentre as 96 mulheres trans e travestis entrevistadas, 84,4% (81) responderam ter realizado o exame de HIV/ISTs nos últimos 12 meses e 15,6% (15) responderam que não realizaram o exame.

Observa-se que os homens trans fazem menos uso de preservativo nas relações sexuais que as travestis e mulheres trans e realizaram menos exames de HIV/ISTs nos últimos 12 meses que essas.

O estudo aponta que a maioria das (os) entrevistadas (os) (64,6%; 95) não conhecem a Profilaxia Pós Exposição a ISTs (PEP). A PEP é uma medida de prevenção à infecção pelo HIV que consiste no uso de medicação em até 72 horas após qualquer situação em que exista risco de contato com o HIV, tais como violência sexual, relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha) ou acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico)[48]. Esse dado reforça a necessidade de ações educativas voltadas para a população trans, visto que existe um desconhecimento por parte desse grupo em relação aos seus direitos.

[48] http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/pep-profilaxia-pos-exposicao-ao-hiv. Acesso em: 13. Set. 2018.

Garcia e Parker (*apud* TAGLIAMENTO, 2015, p. 71) apontam que os direitos humanos das pessoas trans não são efetivados porque os seus direitos sexuais, no geral, não o são. Destarte, os autores argumentam que para se alcançar os direitos humanos, tem-se que alcançar, primeiramente, os direitos sexuais, visto que quando uma pessoa trans não tem acesso à educação, à saúde integral, ao trabalho devido à estigmatização e à discriminação à sua identidade de gênero, tem-se concretamente a negação de seus direitos econômicos, políticos e civis, por terem sido violados os seus direitos sexuais.

Capítulo 06

Violências e percepção de segurança

Este capítulo apresenta e analisa os dados de violências e percepção de segurança da pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Embora a percepção dos indivíduos seja uma dimensão subjetiva, ela tende a refletir, de forma agregada, aspectos significativos da realidade objetiva vivenciada pelas(as) entrevistadas(os), sendo um indicador importante nas análises sobre o tema de segurança.

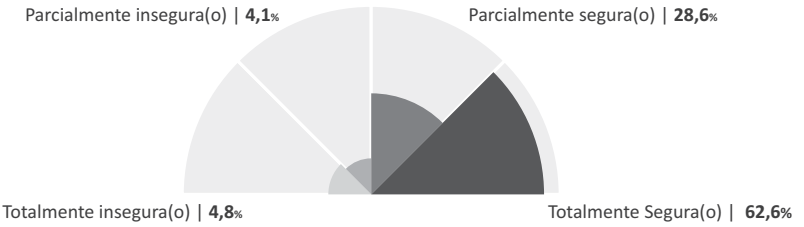
O primeiro estudo de vitimização, com abrangência nacional, a ser concebido no Brasil é datado de 1988, e foi conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um suplemento intitulado "Participação Político-Social" da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Em 2009, esse tema foi atualizado pelo IBGE e foram incluídas questões sobre sensação de segurança. A Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV, assim como a pesquisa conduzida pelo IBGE, também abordou a vitimização e a sensação de segurança individual em relação ao domicílio, bairro e cidade, com perguntas que buscam captar, a partir de escalas[49], a percepção de segurança e de risco das(os) entrevistadas(os).

> A vitimização e as percepções sobre a sensação de segurança podem ser concebidas como indicadores apropriados e de grande relevância para formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, bem como para identificar o grau de confiança das pessoas em relação às instituições de justiça criminal e, de modo mais específico, às instituições policiais (CARDOSO, *et al.*, 2013, p.145).

[49] As escalas criadas para aplicação nesta pesquisa são livremente baseadas na escala de Likert, que em uma explicação prática, é uma escala simples que recorre a um enunciado para que o entrevistado manifeste sua opinião, geralmente em um cenário de concordância ou discordância possíveis seguindo uma graduação (GIL, 1999). O propósito metodológico é o de agregar enunciados e graduações para captar percepções de segurança e risco em diferentes espaços e lugares da rotina dos entrevistados.

Em relação ao quanto a população trans da RMGV se sente segura em seu domicílio, a partir de uma escala apresentada, uma maioria de 62,6% (92) se sente totalmente segura; 28,6% (42) responderam se sentir parcialmente seguras(os); 4,1% (6) se sentem parcialmente inseguras(os) e 4,8% (7) responderam se sentir totalmente inseguras(os) (Gráfico 17).

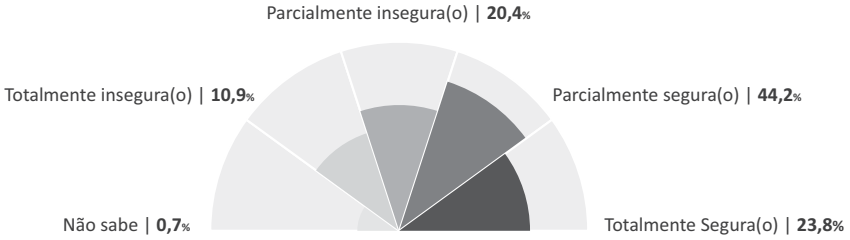
Gráfico 17
Em uma escala, quanto se sente segura(o): em seu domicílio (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Quanto à percepção de segurança no bairro onde a(o) entrevistada(o) mora, 23,8% (35) se sentem totalmente seguras(os); 44,2% (65) responderam se sentir parcialmente seguras(os); 20,4% (30) se sentem parcialmente inseguras (os); 10,9% (16) responderam se sentir totalmente inseguras(os) e 0,7% (1) não sabe (Gráfico 18).

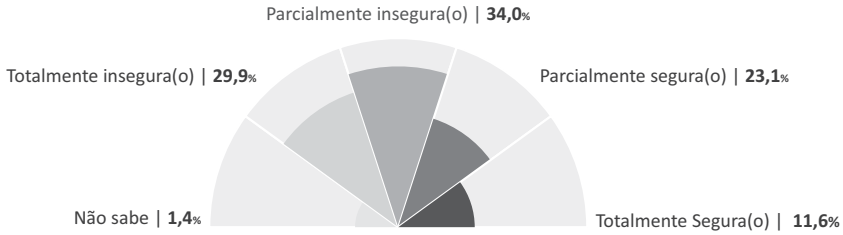
Gráfico 18
Em uma escala, quanto se sente segura(o): no bairro onde mora (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Já no gráfico 19, que apresenta em escala o quanto a(o) entrevistada(o) se sente segura(o) na cidade onde mora, 11,6% (17) se sentem totalmente seguras(os); 23,1% (34) responderam se sentir parcialmente segura(o); 34,0% (50) se sentem parcialmente insegura(o); 29,9% (44) responderam se sentir totalmente insegura(o) e 1,4% (2) não sabe.

Gráfico 19
Em uma escala, quanto se sente segura(o): na cidade onde mora (%)



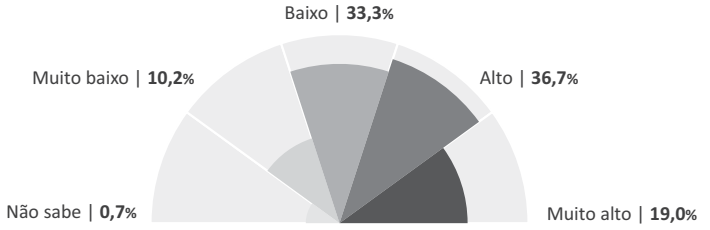
Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Observa-se que a sensação de insegurança aumenta quando maior o arco de abrangência do espaço considerado. Enquanto a indicação de sensação de insegurança (somadas as respostas "parcialmente inseguro" e "totalmente inseguro") quando considerado o bairro habitado pelas (os) entrevistadas (os) correspondeu a 31,3% na população trans da RMGV, quando considerado o nível da cidade este índice foi de 63,9% - ou seja, o dobro do anterior. Segundo Soares (2008, p.108) "[...] o medo e a insegurança têm correlatas espaciais e podem ser descritos a partir de áreas concêntricas: quanto mais distante de pontos conhecidos, maior a insegurança e o medo". Os dados da pesquisa corroboram que é possível relacionar a familiaridade/infamiliaridade com o medo e a insegurança quando se trata dos espaços de domicílio, bairro e cidade.

> A vizinhança, por sua vez, é primeiramente física, pois tem a ver com a percepção de cada indivíduo sobre os limites do território mais próximo à moradia, referência primeira para localizar-se em determinado espaço. Mas é também simbólica e social, pois se refere aos vizinhos, parentes ou amigos, às pessoas que fazem parte da rede de relações que criam forte sentido de pertencimento a um território (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p.187).

Nesse sentido, a significativa sensação de insegurança identificada (expressa nos 63,9% da população trans da RMGV que se sentem totalmente ou parcialmente insegura na cidade) é corroborada com a percepção do risco de agressão física motivada por transfobia na cidade onde mora, onde 19% (28) das(os) entrevistadas(os) responderam considerar o risco muito alto e 36,7% (54) consideram o risco alto (Gráfico 20). Ou seja, mais da metade (55,7%) da população trans da RMGV considera o risco de agressão física motivada por transfobia na cidade onde mora alto ou muito alto, dado bastante expressivo do quadro de tensão vivenciado por essa população.

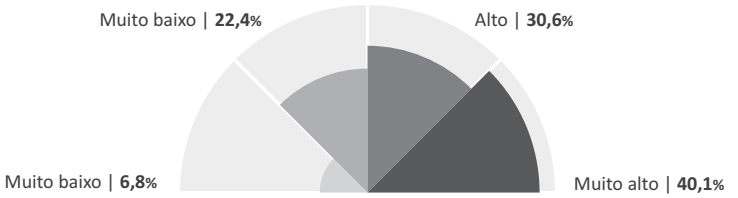
Gráfico 20
Em uma escala, considera o risco de:
sofrer agressão física motivada por transfobia na cidade onde mora (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Em uma escala que apresenta a percepção do risco de sofrer agressão verbal motivada por transfobia na cidade onde mora, os dados apontam que 40,1% (59) das(os) entrevistadas(os) responderam considerar o risco muito alto e 30,6% (45) consideram o risco alto (Gráfico 21).

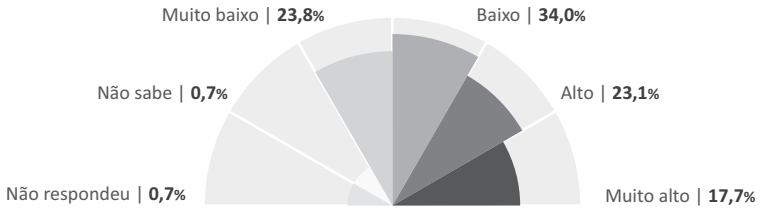
Gráfico 21
Em uma escala, considera o risco de:
sofrer agressão verbal motivada por transfobia na cidade onde mora (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Em relação à percepção do risco de sofrer agressão sexual motivada por transfobia na cidade onde mora, 17,7% (26) das(os) entrevistadas(os) responderam considerar o risco muito alto; 23,1% (34) consideram o risco alto (destaque-se que estas duas primeiras categorias somam 40,8%); por outro lado, 34% (50) consideram o risco baixo; 23,8% (35) responderam ser o risco muito baixo; 0,7% (1) não sabe e 0,7% (1) não respondeu (Gráfico 22).

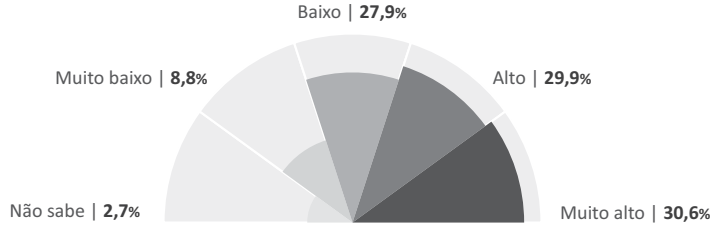
Gráfico 22
Em uma escala, considera o risco de:
sofrer agressão sexual motivada por transfobia na cidade onde mora (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Sobre a percepção do risco de ser assassinada(o) por motivação transfóbica na cidade onde mora, os resultados sinalizam que 30,6% (45) das(os) entrevistadas(os) responderam considerar o risco muito alto e 29,9% (44) consideram o risco alto (Gráfico 23). Somadas estas duas categorias, observa-se que a pesquisa indicou que cerca de 60,5% da população trans da RMGV considera o risco de ser assassinado por transfobia alto ou muito alto.

Gráfico 23
Em uma escala, considera o risco de:
ser assassinada(o) por motivação transfóbica na cidade onde mora (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Nota-se que em todos os tipos de agressões consideradas (física – 55,7%; verbal – 70,7%; ser assassinado – 60,5%), mais da metade dos entrevistados indicaram risco "alto" ou "muito alto", com exceção da agressão sexual, cujo índice alcançou 40,8%. Este cenário conduz à problematização do próprio conceito de Estado Moderno.

Pode-se afirmar que a noção de Estado Moderno e, por conseguinte, também de cidadania, está intimamente relacionada com a noção de segurança, à ideia de que o Estado detém o monopólio legítimo da violência física[50] e, exatamente, por isto, os cidadãos, em tese, estariam protegidos do risco de sofrer violência por parte de outros cidadãos. A segurança dos indivíduos é parte do processo civilizatório[51] e a ausência de segurança coloca em risco a própria noção de legitimidade do Estado Moderno.

O que se evidencia nas estatísticas é que as pessoas trans têm sido assassinadas com frequência, o que impacta e coloca em risco não apenas a vida concreta desses indivíduos, mas a própria noção de Estado Moderno e de cidadania, que pressupõem como função do Estado a garantia, no âmbito de seus limites territoriais, da segurança a todos os seus cidadãos.

O Brasil é o país onde mais se mata travestis e transexuais no mundo. Segundo levantamento da organização não governamental Transgender Europe/TGEU, entre 1º de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2017, foram registrados 2.609 assassinatos de pessoas trans em todo o mundo. Desses, cerca de 1.071 ocorreram no Brasil[52]. Em seu Mapa dos

---

[50] Essa concepção de Estado como detentor do monopólio legítimo da violência física é apresentada por Max Weber, sociólogo alemão que discute o conceito de autoridade e Estado Moderno a partir deste pressuposto. Para uma discussão mais aprofundada ver WEBER, M. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v.2. Brasília: Editora da UnB, 1999.

[51] O sociólogo Norbert Elias ao analisar a transição dos padrões de comportamento medievais para a Modernidade salienta a importância da influência do controle social e do autocontrole dos indivíduos, do ajustamento e conduta individual, no que se refere ao uso do poder e no domínio da violência. Para Elias o controle da violência é um dos pilares do processo civilizatório. Para aprofundamento deste conceito de processo civilizador ou civilizatório em Elias ver: ELIAS, Norbert. O processo civilizador. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

[52] Disponível em http://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/11/TvT_TMM_TDoR2017_Tables_ES.pdf

Assassinatos de Travestis e Transexuais do ano de 2017, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) estimou que a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada no Brasil, sendo a idade média das vítimas de 27,7 anos[53], um dos fatores que contribui para que a expectativa de vida de uma pessoa trans seja menos da metade da média nacional[54]. E uma vez que a identidade de gênero não consta nos boletins de ocorrência policial e nem mesmo nas estatísticas de mortalidade, é possível que haja uma subnotificação e que estes números sejam ainda mais elevados. Em consonância com estas informações, a Pesquisa Sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV apontou que 46,3% (68) das(os) entrevistadas(os) já tiveram alguma pessoa próxima assassinada em decorrência de transfobia.

Adicionalmente, dentre as 147 pessoas entrevistadas, 47,6% (70) responderam já terem sido vítimas de violência[55]. Sobre quais tipos de violência sofreram, as respostas obtidas foram: 42,1% (53) violência verbal; 27,8% (35) a violência física; 19,8% (25) a violência psicológica; 8,7% (11) violência sexual; 1,6% (2) outras violências. As respostas sinalizam as violências as quais são submetidas as pessoas trans, que se manifestam de formas diversas e perpassam aspectos físicos e psicológicos, sendo a morte "[...] o ponto extremo de uma grande cadeia de violências cotidianas às quais estão submetidas, incluindo humilhações, exploração sexual, extorsões, agressões físicas, dentre outras modalidades [...]" (BONASSI, *et al.*, 2015, p.85).

---

[53] Disponível em https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf

[54] Segundo reportagem veiculada no site do Senado Nacional, em 2017, a expectativa de vida das pesssoas trans seria de 35 anos, cerca da metade da média da população brasileira, estimada pelo IBGE à época da reportagem em 75,5 anos. Disponível em https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional

[55] Em outros espaços para além de escola, família, trabalho e serviços de saúde – estes espaços investigados na pesquisa foram analisados em outros capítulos deste livro.

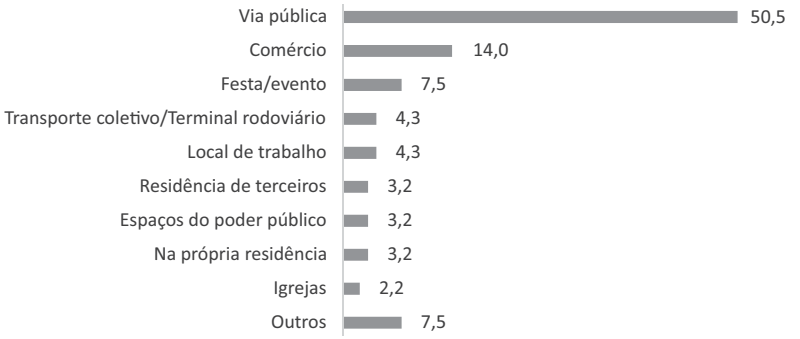
Gráfico 24
De qual tipo de violência você foi vitima?* (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Essa questão permite a marcação de múltiplas respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração as respostas fornecidas e não a quantidade de entrevistados.

Expostas as várias formas de violências decorrentes da transfobia e tendo suas existências constantemente negadas pelas normas de gênero e sexualidade predominante, as pessoas trans se tornam vulneráveis nos espaços de convívio público, de modo que dos locais onde ocorreram as agressões relatadas, 50,5% (47) ocorreram em via pública; 14% (13) em comércio; 7,5% (7) em festa/evento; 4,3% (4) em transporte coletivo/terminal rodoviário; 4,3% em (4) local de trabalho; 3,2% (3) na residência de terceiros; 3,2% (3) em espaços do poder público (tais como delegacia, unidade prisional e câmara municipal); 3,2% (3) na própria residência; 2,2% (2) em igrejas; 7,5% (7) em outros locais (entre os quais, academia, praia e aeroporto) (Gráfico 25).

Gráfico 25
Onde ocorreram as agressões?* (%)

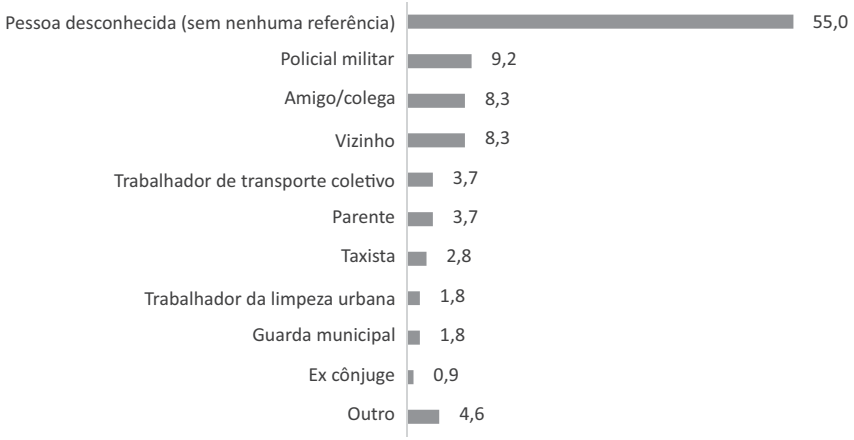


Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Essa questão permite a marcação de múltiplas respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração as respostas fornecidas e não a quantidade de entrevistados.

Nesse sentido, as pessoas trans sofrem uma sequência de violências cotidianas em suas trajetórias de vida, sendo frequentes os casos de discriminação, de violência psicológica, física e até mesmo institucional, por vezes ocorrendo nos serviços de segurança pública, educação, saúde e assistência social. Por isso, é preciso discutir as formas de violência e os modos de atuação que são submetidas as pessoas trans, denotando a importância de pesquisas que possam identificar as violências e seus agentes (BONASSI, *et al* , 2015). Assim, "O fato de se conviver em uma sociedade [...] que prioriza a heteronormatividade, torna urgente falar da condição das travestis e transexuais, as quais se encontram fora do alcance dos olhos da sociedade e da proteção estatal" (SANTOS; KRAWCZAK, 2017, p.99).

Somam-se aos dados apresentados anteriormente que, em resposta à pergunta quem foram os agressores, 55% (60) indicaram terem sido agredidas(os) por pessoa desconhecida (sem nenhuma referência); 9,2% (10) por policial militar; 8,3% (9) amigo/colega; 8,3% (9) vizinho; 3,7% (4) trabalhador de transporte coletivo; 3,7% (4) parente; 2,8% (3) taxista; 1,8% (2) trabalhador da limpeza urbana; 1,8% (2) guarda municipal; 0,9% (1) ex-cônjuge; e 4,6% (5) responderam a categoria outros, onde aparecem respostas tais como detento e pastor (Gráfico 26).

Gráfico 26
Quem foram os agressores?* (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Essa questão permite a marcação de múltiplas respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração as respostas fornecidas e não a quantidade de entrevistados.

Destaca-se entre os agressores apontados, o número significativo de pessoas desconhecidas (55%; 60), fato que sinaliza que a maioria das agressões não tiveram motivações expressivas para além da homofobia[56]. Além de pessoas desconhecidas configurarem-se como os agressores apontados, são indicados também profissionais em exercício da função, inclusive profissionais que atuam em serviços públicos, como é o caso de trabalhadores da limpeza urbana, guardas municipais e policiais militares – esses últimos agentes do sistema de segurança pública, que deveriam, em tese, serem os primeiros a acolher e atender as demandas dos cidadãos trans, mas se mostram também agentes da violência. A violência no âmbito da segurança pública traz tanto uma dimensão institucional, quanto uma dimensão da subjetividade dos atores sociais. De modo geral, estas duas dimensões podem estar associadas, reforçando-se mutuamente.

> [...] o sistema de segurança pública, no contexto brasileiro, carrega o monopólio da violência estatal – sendo capaz de, a partir de então, reproduzir tal violência enquanto um aparato ideológico. Nessa direção, tomado como entidade, pode desenvolver seus desdobramentos funcionais reconhecendo ou negando o acesso a variados direitos – por exemplo, o referente à plena cidadania dos sujeitos que, nele, estão cotidianamente imersos. Por ótica diversa, encontra-se composto de agentes relativamente autônomos em suas subjetividades – os quais, ainda desenvolvendo funções protocolarmente estabelecidas, podem desempenha-las mediante discriminações diversas, dentre as quais se insere a de gênero e sexualidade (AGUINSKY, *et al.*, 2018, p.425).

Quando se pensa em profissionais, no exercício de suas funções, praticando atos violentos motivados por transfobia, salienta-se a importância de ações de formação continuada em direitos humanos voltadas para a desconstrução dos estigmas que assolam a população trans.

[56] Supõe-se que se os agressores eram desconhecidos, não havia vínculos afetivos que pudessem, por exemplo, resultar em algum ato de passionalidade, ou mesmo um contexto para a construção de uma agressão motivada por outros motivos além da homofobia explícita.

Entre as(os) 70 entrevistadas(os) que sofreram agressão, 77,1% (54) não procuraram a polícia na ocasião. Dentre os motivos listados estão: 31,3% (21) por medo de represálias; 16,4% (11) disseram resolver sozinha(o); 14,9% (10) não considerou o fato importante na ocasião; 13,4% (9) disseram não acreditar na polícia; 10,4% (7) indicaram o medo de negligência/constrangimento por parte dos policiais como causa; 10,4% (7) não queriam envolver a polícia; 3% (2) apontaram outros motivos.

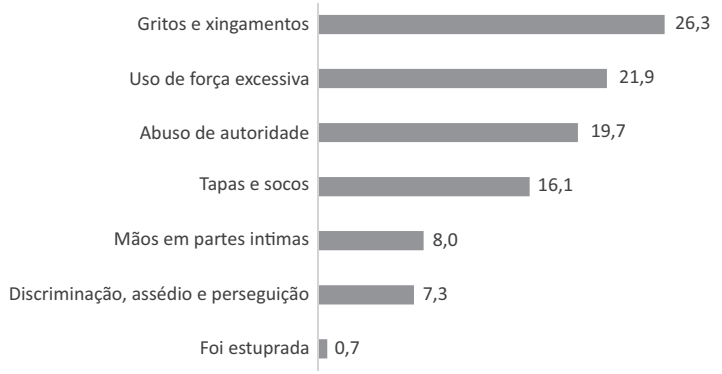
Entretanto, das 16 pessoas entrevistadas que procuraram a polícia, 13 registraram boletim de ocorrência. As causas apontadas para não se fazer o registro, dentre as três pessoas que não fizeram, foram: tinha medo de represálias (1); não acredita na polícia (1); policial não quis fazer o registro (1).

Observa-se que as respostas apresentadas pelas(os) entrevistadas(os) confirmam que "[...] é importante reconhecer a presença de várias instâncias do poder público que concorrem para a reprodução da discriminação de travestis e transexuais, contribuindo para a banalização das violências [...]" (AGUINSKY, *et al.*, 2013, p.48). Em se tratando da segurança pública, pode-se afirmar que ela:

> "[...] influencia, consequentemente, a concepção social acerca de determinados segmentos sociais, interferindo diretamente – por sua ação ou omissão expositiva – na forma como esses sujeitos serão entendidos. No que tange às pessoas trans, especificamente, a conduta governamental – acompanhada da inerente autoridade – é capaz de, a partir do tratamento dispensado a estes grupos, contribuir para a transformação da imagem obscura que lhes é conferida repetidamente ou, por outro lado, reforçar os estereótipos e a ignorância que cerca a compreensão de suas identidades" (ibidem, 2013, p.49).

Entre a população trans da RMGV, 64,6% (95) afirmaram não ter passado por situação de violência em uma abordagem policial; enquanto 34,7% (51) responderam já ter passado e 0,7% (1) não respondeu. Sobre o tipo de violência ocorrida em abordagem policial com as(os) entrevistadas(os), as respostas foram: 26,3% (36) gritos e xingamentos; 21,9% (30) o uso de força excessiva; 19,7% (27) abuso de autoridade; 16,1% (22) tapas e socos; 8,0% (11) mãos em partes íntimas; 7,3% (10) discriminação, assédio e perseguição; 0,7% (1) estupro (Gráfico 27).

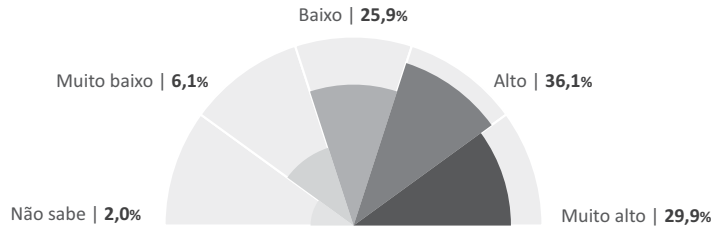
Gráfico 27
Tipo de violência ocorrida em abordagem policial* (%)



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Essa questão permite a marcação de múltiplas respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração as respostas fornecidas e não a quantidade de entrevistados.

Em relação à percepção das(os) entrevistadas(os) referente ao risco de sofrer abuso ou violência nas abordagens policiais motivados por transfobia, a pesquisa sinaliza que: para 29,9% (44) o risco é muito alto; 36,1% (53) consideram o risco alto; 25,9% (38) consideram o risco baixo; para 6,1% (9) o risco é muito baixo e 2% (3) não sabem. Somadas as categorias "alto" e "muito alto" obtém-se uma proporção de 66% da população trans da RMGV que afirma considerar algum risco de sofrer abuso ou violência nas abordagens policiais motivados por transfobia (Gráfico 28)

Gráfico 28
Considera o risco de sofrer abuso ou violência nas abordagens policiais motivados por transfobia (%):



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Dentre as possibilidades de uso dos canais de denúncia disponibilizados pelo Estado, entre a população entrevistada, 79,6% (117) nunca fizeram denúncia por meio do telefone 181 (Disque Denúncia); 18,4% (27) já utilizaram este canal de denúncia alguma vez; 1,4% (2) não respondeu e 0,7% (1) não conhece o serviço. Sobre o telefone 100 (Disque Direitos Humanos), a pesquisa informa que 88,4% (130) das(os) entrevistadas-(os) nunca utilizaram o serviço; 9,5% (14) responderam que sim e 2% (3) não conhecem.

Entre as mulheres transexuais e travestis, 63,2% (60) responderam ter conhecimento da possibilidade de acionar a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2016) como medida de proteção contra a violência doméstica e 36,8% (35) responderam que não (Figura 136).

> A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), dentre outras políticas relacionadas ao feminicídio no Brasil, alcança todo o território nacional. Essa lei teve importante impacto no combate à violência contra a mulher no país e também modificou a maneira como o judiciário brasileiro julgava os crimes de violência e homicídio antes concebidos como crimes passionais tipificados e ligados diretamente a crimes com razão de gênero, ou seja, feminicídios (MORAES; OSTERNE, 2017, p.165).

Por fim, o gráfico 29 aponta as mudanças que a população trans da RMGV considera importante para melhoria dos serviços de segurança. Cada entrevistada(o) poderia indicar até três respostas, que foram agrupadas e categorizadas. Nesse sentido, do total de respostas obtidas (277), 19,9% (55) das respostas apontam ampliar o policiamento; 17,3% (48) capacitação voltada para diversidade sexual e de gênero; 11,9% (33) respeito e proteção à pessoa trans; 8,7% (24) mais respeito nas abordagens policiais; 7,2% (20) investimento em segurança, equipamentos e recursos; 6,5% (18) a garantia dos direitos da população trans e aplicação da lei contra a transfobia; 6,5% (18) ampliação e valorização dos profissionais; 3,2% (9) desmilitarização da polícia militar; 2,5% (7) investimento em campanhas educativas; 2,2% (6) ampliação do diálogo com a sociedade civil e 1,1% (3) das respostas apontaram a contratação de pessoas trans na segurança pública; por fim, 13% (36) das respostas apontaram outros, tais como fiscalização de órgãos superiores (Gráfico 29).

Gráfico 29

Cite até três coisas importantes para melhorar nos serviços de segurança* (%):



Fonte: Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*Trata-se de uma questão aberta em que o entrevistado poderia indicar até três respostas que foram categorizadas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

A aceitação e o reconhecimento das identidades trans devem ser a base das políticas públicas voltadas para este segmento específico da população, como passo importante para a redução da violência, aliado à visibilização necessária das violências sistemáticas a que as pessoas trans estão submetidas. É preciso que o Estado se atente para o fato de que a pessoa trans, convivendo cotidianamente com a resistência imposta pelo patriarcalismo e pela cisnormatividade, se vê impedida de experienciar sua subjetividade plenamente, se tornando rotineiramente uma vítima das mais variadas violências, sejam elas físicas, psicológicas e/ou verbais, tendo que lidar com uma série de dificuldades impostas como a exclusão dos serviços e da proteção oferecida pelos agentes da segurança pública.

> [...] vale destacar que o reconhecimento das identidades travesti e transexual no campo social deve muito de sua materialidade ao comprometimento estatal para com tais pessoas. Na ausência desse apreço, as travestis e transexuais perdem em prerrogativas e particularidades que dele decorrem – como o exercício da própria humanidade, da autodeterminação do corpo e, ainda mais importante, da própria dignidade. É por isso que a garantia das suas especificidades e a recognição das suas identidades, de forma oficial e legítima, devem ser prerrogativas das ações governamentais ao transversalizarem o debate sobre gênero e sexualidade em suas políticas públicas, sobretudo as relativas ao sistema de justiça e segurança (AGUINSKY, *et al.*, 2018, p.425).

Deve-se considerar as diferenças que perpassam o segmento trans, para além de uma perspectiva que apenas reivindique a igualdade, é preciso incorporar o acesso daqueles considerados não iguais. O que se denota é uma condição de desigualdade ocasionada pela existência do diferente em relação às normas que ditam sobre a experiência sexual e o gênero dos corpos, se fazendo necessário pensar a igualdade não mais enquanto um dispositivo de assimilação que dilui as identidades e especificidades, mas assim assumir o valor do não igual para o alcance da igualdade. Desse modo, "Não quer dizer que são todos iguais. São todos diferentes. Porém, restituir o valor significa restituir a capacidade de diferir, de ser diferente, sem ser desigual" (PANTOJA, *et al.*, 2017, p. 1086).

Capítulo 07

Desafios e potencialidades

O material produzido na Pesquisa Sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória é extenso e encerra uma complexidade que não foi esgotada no relatório final da pesquisa, tampouco neste livro.

Este capítulo traz ponderações gerais acerca da pesquisa, destacando alguns dados observados. Espera-se que a análise apresentada até aqui estimule diferentes atores a interpretarem os dados expostos e que as informações produzidas subsidiem debates, assim como a articulação de atores e saberes diversos, com vistas a contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para a população trans.

Cada sujeito entrevistado na pesquisa realizada pelo IJSN apresenta singularidades e histórias que, devido ao caráter e a proposta do estudo, tornam-se inviáveis de serem apresentadas em sua totalidade. Mas, ao mesmo tempo, as (os) entrevistadas (os) possuem experiências similares em suas trajetórias que, dentro dos limites das estratégias metodológicas adotadas e do escopo da pesquisa executada, foram salientadas aqui, com vistas a contribuir com a reflexão sobre essa questão social tão relevante para a construção de uma sociedade comprometida com a equidade, a justiça social e o respeito à diversidade.

Embora a temática trans encerre em si uma fluidez intensa e uma complexidade característica, o reconhecimento desta dificuldade conceitual não pode ser uma justificativa para um distanciamento das discussões necessárias que a sociedade precisa enfrentar, em caráter urgente. A despeito da necessidade de expansão da compreensão das questões de gênero, o respeito à auto identificação desses indivíduos, ao gênero anunciado sob diversas formas, configura-se como um passo inicial e básico a ser assegurado em diferentes espaços e instituições. Trata-se de um direito básico ainda distante de ser assegurado na prática.

Uma informação que denota a dificuldade de afirmação de suas existências perante a sociedade é o baixo percentual de pessoas trans que conseguiram a correção de nome e gênero no registro civil (apenas 7,5%). Este dado é um indicativo de quão distante esse segmento está de direitos básicos e do exercício da plena cidadania. Conforme salientou Louzada (2018), a dissonância entre os documentos oficiais e as identidades assumidas dificulta o acesso a serviços e locais públicos, a permanência na escola e a inserção no mercado de trabalho, entre outras dificuldades vivenciadas.

A maioria da população trans da RMGV é jovem (68%) - possuem entre 15 e 29 anos –, cerca de 30% estão entre 30 a 59 anos e apenas uma pessoa idosa foi computada na pesquisa. Esta configuração etária possivelmente tem uma relação direta com a baixa expectativa de vida desse grupo, conforme tem sido salientado pelos movimentos sociais LGBT que monitoram os dados de crimes e assassinatos de pessoas trans. Vale lembrar novamente que, ao longo da produção da pesquisa, a equipe de pesquisadores foi informada do assassinato de uma das travestis entrevistadas, fato triste que, infelizmente, corrobora para a tendência de confirmação dessa correlação. Embora a pesquisa não tenha tido esse foco de análise, a observação das faixas etárias das (os) entrevistadas (os) da pesquisa vai ao encontro desse fato: muitas (os) morrem extremamente cedo.

Salienta-se também a necessidade de se considerar as especificidades do período da infância e da adolescência na formulação de políticas públicas voltadas para a população trans. Quando as pessoas entrevistadas foram perguntadas sobre a idade em que se perceberam trans, o que chama atenção é que uma parcela significativa delas respondeu que foi no período da infância/adolescência: 4,8% (7) foi na faixa etária de 0 a 4 anos; 15,1% (22) entre 5 a 9 anos e 24% (35) entre 10 a 14 anos; 34,2% (50) entre 15 a 19 anos. Ou seja, cerca de 78% se identificaram como trans até a idade de 19 anos.

Adicionalmente, a pesquisa revelou também que a convivência familiar ainda é um problema com magnitude significativa para a população trans: quase metade da população trans da RMGV não mora com a família e a maioria destes fez esta ruptura muito precocemente, o que tende a impactar em outras esferas de suas vidas, ampliando a vulnerabilidade vivenciada. Cerca de 66,7% deixou de viver com a família com idade entre 10 e 19 anos, sendo que 13,9% foi entre 10 e 14 anos.

Consoante ao quadro familiar sinalizado, cerca de 63,3% da população trans da RMGV indicaram que já sofreram preconceito em sua família devido à identidade de gênero, assim como 43,5% responderam que já sofreram algum tipo de violência em suas famílias, o que reforça a interpretação de que a família ainda é uma instituição que, em muitos casos, não consegue cumprir suas promessas de cuidado, conforme salientou Bento (BENTO, 2012). A análise das informações de família e moradia captados na pesquisa indicam que o lar e a família para a maioria das pessoas trans da RMGV está longe de ser um espaço

predominante de afeto, conforto espiritual e abrigo frente aos conflitos e às disputas, confirmando as observações de outras pesquisas realizadas, como a de Berenice Bento (BENTO, 2012). Viu-se que a referência à existência de preconceitos, de violências, assim como à ruptura precoce com o espaço familiar, impacta diretamente na constituição dos sujeitos, em suas relações sociais e nos caminhos percorridos por essas pessoas.

A família é a primeira instância socializadora e, portanto, cumpre um papel fundamental na formação dos indivíduos, mesmo depois de passada a fase da infância. Nesse sentido, a família deveria ser um espaço, *sui generis*, de afetividade e acolhimento. Contudo, observa-se que a experiência familiar da maioria dos entrevistados vai de encontro a essa perspectiva, conforme exposto no capítulo três (3) deste livro, o que pode impactar de forma negativa na subjetividade desses indivíduos e, logo, em suas relações sociais. Tendo em vista, portanto, a importância da família, faz-se necessário reflexões sobre como informá-la sobre as questões relacionadas à identidade de gênero e à sexualidade na perspectiva dos direitos humanos.

Em relação à escolaridade, o capítulo quatro (4) evidenciou dados de abandono escolar, de preconceito e violências sofridas na instituição escolar pelos participantes da pesquisa. Os dados da pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da RMGV apontam que a escola, de modo geral, não tem sido um ambiente que promove o reconhecimento da identidade de gênero e o respeito à diversidade sexual.

A pesquisa apresentou os resultados de escolaridade por faixas etárias (15 a 17 anos; 18 a 24 anos; acima de 25 anos). Em todas as faixas etárias, observam-se níveis de escolaridade abaixo da expectativa para as idades consideradas. No entanto, observou-se também sujeitos que conseguiram fugir ao padrão prevalecente no grupo e chegaram a níveis elevados de estudo, incluindo graduação, pós-graduação e uma pessoa na condição de mestranda(o), o que indica potencialidades significativas no âmbito educacional, apesar das dificuldades experienciadas.

A maioria das pessoas entrevistadas (55,5%) já abandonou a escola pelo menos uma vez. Quando foram questionadas sobre os motivos que as levaram a abandonar a escola, as principais respostas foram: 31,3% (31) sofreu preconceito/agressão na escola; 19,2% (19) falta de interesse em

estudar,[57] 18,2% (18) precisava trabalhar. Complementando essa questão, os resultados do estudo indicam que 63,0% (92) das(os) entrevistadas(os) já sofreram preconceito ou agressão na escola. A maioria das respostas apontam que as agressões/preconceito se concretizam através de xingamentos/piadas preconceituosas por parte tanto dos colegas (48,2%) quanto dos profissionais de ensino (20,7%), o que destaca a importância de processos contínuos de reflexão sobre transfobia em diferentes espaços e, em especial, os escolares.

Quando as(os) participantes do estudo foram questionadas(os) acerca do que elas (eles) consideram importante para melhorar as escolas, as principais respostas foram: mais respeito em relação à orientação sexual e identidade de gênero (61 respostas); melhorias do ensino e reformulação de metodologia e currículo (51); conclusão da discussão sobre o gênero e sexualidade na perspectiva dos direitos humanos (45); ampliação de investimentos, melhorias na alimentação e infraestrutura (35); formação continuada dos profissionais de ensino sobre gênero e sexualidade (34); uso do banheiro condizente ao gênero e garantia ao uso do nome social (inclusive em documentação) (16).

Conforme sinalizado anteriormente, os dados indicam que as pessoas trans têm sido constantemente violentadas[58] no espaço escolar, seja com agressões verbais, físicas ou mesmo com a não garantia do uso do banheiro condizente ao seu gênero e ao uso do nome social. Esses dados reforçam a necessidade do debate e discussão sobre gênero e sexualidade na escola. Além disso, é preciso incluir a temática na formação inicial e continuada dos docentes. Garantir essas questões na legislação educacional é um primeiro passo, mas não somente, para que as mesmas sejam implementadas na instituição escolar.

A identidade de gênero e a orientação sexual são consideradas direitos humanos, o que, por sua vez, ingressa essas questões no campo educacional. As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos,

---

[57] Vale pontuar que a afirmação de falta de interesse em estudar provavelmente relaciona-se a um contexto de falta de perspectivas educacionais, não devendo ser interpretada apenas a partir de uma perspectiva voluntarista de análise.

[58] Entende-se violência numa perspectiva ampliada. A não garantia dos direitos sociais e civis básicos, a agressão física, agressão verbal, dentre outras, por exemplo, são consideradas violências.

homologadas em 2012, fazem diversas referências a gênero e à orientação sexual e afirmam que todas as pessoas devem ter a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória, independente do seu sexo, orientação sexual e identidade de gênero, entre outras características (REIS e EGGERT, 2017).

Embora as questões relativas à identidade de gênero e sexualidade sejam mencionadas em alguns aparatos educacionais legais, abordar a temática ainda é um grande desafio, como se pode observar na polêmica gerada na proposta do último Plano Nacional de Educação (PNE).

Os dados da pesquisa sobre pessoas trans da RMGV apontam também que, dentre as (os) entrevistadas (os) que não estudam, 78,0% (90) pretendem retornar os estudos. Quando os sujeitos desse estudo foram questionados acerca de quais curso de qualificação profissional tinham interesse, as respostas foram: na área da Saúde (39); Estética e Beleza (36); Administração e Empreendedorismo (23); Psicologia/Psicanálise (20); Artes (18); Ciências Humanas (17); Direito (16); Gastronomia e Culinária (14); Letra e Línguas (13), dentre outras. A diversidade de áreas profissionais mencionadas pelos sujeitos da pesquisa é importante a medida que desmistifica uma ideia comumente difundida de que este grupo, majoritariamente, se interessa apenas por cursos de qualificação profissional voltados para a área de Estética e Beleza. Nesse sentido, faz-se necessário pensar em ofertas de cursos profissionalizantes voltados para esse segmento populacional que contemplem áreas diversas.

Em relação à principal atividade de trabalho remunerada exercida pela população trans, o estudo aponta que 28,4% (29) declararam a ocupação de profissional do sexo/acompanhante; 17,6% (18) declararam a ocupação de profissional de estética e beleza; 8,8% (9) de profissional de culinária/gastronomia; 6,9% (7) de profissional de comércio e vendas; 4,9% (5) de professor(a)/instrutor(a); dentre outras.

Quanto aos indivíduos que se declararam profissionais do sexo, o que chama atenção é que 46% afirmaram que começaram a exercer a profissão na faixa etária de 15 a 17 anos. Esse resultado evidencia a negligencia do(a) jovem enquanto sujeito de direitos e traz elementos para se pensar sobre o que é ser jovem trans na sociedade. Garantir os direitos básicos para a juventude, enquanto fase da vida, já é um desafio, e se tratando de jovens trans, esses desafios tornam-se ainda maiores.

Ainda sobre trabalho, o estudo indica que dentre as 102 pessoas entrevistadas que possuem trabalho remunerado, apenas 19,6% (20) trabalham com carteira assinada e 80,4% (82) relataram que trabalham sem carteira assinada. No geral, essa última informação (a despeito da existência de uma parcela expressiva que trabalha por conta própria[59]) revela uma realidade de trabalho precarizado, visto que a carteira de trabalho tende a assegurar os direitos trabalhistas básicos.

Os resultados apontam também que 39% (57) das(os) entrevistadas(os) afirmaram já ter sofrido preconceito, discriminação ou algum tipo de violência em seu ambiente de trabalho devido à transexualidade e 37% (54) disseram já ter sofrido algum tipo de assédio ou perseguição no ambiente de trabalho por causa de sua transexualidade. Essas informações mostram que no âmbito do trabalho os sujeitos também são vítimas de transfobia, assim como ocorre em outros espaços de socialização, como na escola e na família, conforme já mencionado.

Acerca das informações de saúde, observa-se que a maioria das(os) entrevistadas(os) (72,2%) são usuárias(os) do Sistema Único de Saúde (SUS). Cerca de 43,2% (63) dos sujeitos relataram que já tiveram dificuldades no atendimento dos serviços de saúde, em geral. As dificuldades relatadas são: 30,4% (21) demora no atendimento; 21,7% (15) a negligência/atendimento negado; 15,9% (11) apontaram o preconceito como dificuldade; 11,6% (8) a dificuldade de conseguir especialista/ausência de profissionais; 11,6% (8) desrespeito ao nome social e ao gênero; 4,3% (3) a falta de profissionais qualificados. A despeito dos avanços significativos nas políticas públicas que visam garantir o direito à saúde das pessoas trans, ocorridos nos últimos anos, os dados da pesquisa sobre pessoas trans na RMGV revelam que ainda são muitos os desafios em relação a aproximar essas políticas do cotidiano das(os) usuárias(os) trans.

[59] Adicionalmente também foi feita, na pesquisa sobre pessoas trans da RMGV, a pergunta sobre a condição do indivíduo em sua atividade principal: Dentre os(as) 102 entrevistados(as) que possuem atividade ou trabalho remunerado, 56,9% (58) relataram que trabalham por conta própria; 25,5% (26) são empregados(as) do setor privado; 8,8% (9) são empregados(as) do setor público (inclusive empresas de economia mista); 1,0% (1) respondeu ser trabalhador(a) doméstico(a); 5,9% (6) responderam outra; 2,0% (2) não responderam.

Ainda em relação à saúde da população trans, destaque-se que do total de 147 entrevistadas (os), 23,1% (34) responderam ter recebido um diagnóstico de depressão e 57,1% (84) afirmaram já ter tido pensamento suicida. Dentre as (os) entrevistados(as) que já tiveram pensamento suicida, 53% (44) já tentaram o suicídio, sendo que destes quase 66% (29 pessoas) tentaram mais de uma vez. Números, no mínimo, impactantes, que demandam ações específicas. Importa salientar que os dados sobre suicídio na população trans, assim como outras informações sobre saúde e doença, devem ser vistos a partir de uma perspectiva sócio antropológica, ou seja, devem ser compreendidos e situados em um contexto histórico e social que não pode ser reduzido a um marco meramente fisiológico, conforme argumentado no capítulo cinco deste livro.

Quanto ao uso de preservativos, a análise segmentada por gênero revela diferenças significativas. Do total de 51 homens trans entrevistados, 54,9% (28) responderam nunca usar preservativos nas relações sexuais, enquanto, por outro lado, do total de 96 mulheres trans e travestis entrevistadas, apenas 12,5% (12) responderam nunca usar. Os dados mostram que um número expressivo não fazem uso de preservativos nas relações sexuais, sobretudo, os homens trans, o que mostra a necessidade de ações preventivas e de conscientização, quanto ao uso de preservativos, voltadas para esse segmento da sociedade.

Outra dimensão fundamental analisada na pesquisa foi a percepção de risco e segurança da população trans, em diferentes contextos, dentro da sociedade. Quanto à percepção do risco de agressão física motivada por transfobia na cidade onde mora, cerca de 56% (82) das(os) entrevistadas(os) responderam considerar o risco alto ou muito alto. Por outro lado, em relação à percepção do risco de ser assassinada (o) por motivação transfóbica na cidade onde mora, cerca de 60% (89) das(os) entrevistadas (os) responderam considerar o risco alto ou muito alto.

Entre as (os) entrevistadas (os) que afirmaram já ter sofrido agressão para além de escola, família, trabalho e serviços de saúde, 77,1% (54) não procuraram a polícia na ocasião, informação que denota o baixo grau de confiança que este grupo populacional tem nas instituições policiais.

Os dados da pesquisa confirmam um quadro complexo e preocupante que justifica a urgência de ações e, especialmente, de políticas específicas direcionadas a este segmento populacional. A pesquisa evidencia aspectos que dizem respeito às condições básicas da existência humana,

ao direito de existir e de se assumir na sociedade de uma forma ***diferente*** do padrão socialmente considerado "normal" a partir de uma perspectiva binária e hetero/cisnormativa ainda prevalecente. Observa-se, de modo genérico, que a alguns indivíduos ainda é negado direitos humanos básicos, como educação, saúde, trabalho, moradia, afirmação de sua identidade de gênero, entre outras dimensões abordadas.

Vale lembrar que as questões relacionadas à população trans extrapolam uma análise focada apenas em números e no quantitativo de indivíduos trans. A cada indivíduo trans relaciona-se um grupo familiar mais amplo que vivencia junto com este indivíduo todas as dificuldades que permeiam o processo de construção da identidade trans, seja numa perspectiva de se solidarizar com as dificuldades, seja numa perspectiva de reforçar estigmas, reproduzindo e intensificando as normatizações construídas socialmente. Em ambos os casos, todos enfrentam dores e desafios que precisam, de algum modo, contar com o suporte das políticas públicas.

Um desafio importante que está posto a partir da realização da pesquisa sobre a população trans da RMGV é associar a cada dado evidenciado estratégias políticas de enfrentamento que, preferencialmente, sejam fruto da interlocução entre os diferentes sujeitos envolvidos. Trata-se de uma questão social que exige dos(as) gestores(as) e da população trans criatividade e disposição política para a formulação de políticas públicas qualificadas e condizentes com o quadro social identificado.

Conforme afirmado no início deste capítulo, o material produzido nessa pesquisa é extenso e encerra uma complexidade que dificilmente será esgotada no âmbito das análises da equipe pesquisadora e/ou deste livro. Não há aqui a pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação que o estudo enseja, muito menos de esgotar os desdobramentos que possam derivar do mesmo.

Espera-se que novos estudos possam ser realizados a partir dos dados aqui apresentados e, principalmente, que este livro possa contribuir com o processo de compreensão e enfrentamento da questão social relacionada à população trans, subsidiando tanto o Governo quanto a sociedade civil. Os desafios são complexos e exigem um grande esforço de diálogo e articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos, com vistas à superação de uma perspectiva transfóbica que ainda prevalece na sociedade.

Os relatos ouvidos, ao longo da pesquisa, indicam um grupo com força de superação e criatividade suficiente para encarar o desafio posto, de modo propositivo. Embora a pesquisa não tenha trabalhado com relatos individualizados, a equipe de pesquisa pôde ter contato - mesmo que breve - com várias histórias de vida que trazem em si potência, vigor, criatividade e muita coragem para a condução de mudanças. Afinal, como afirma o lema enunciado no site da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)[60] esse grupo tem a tradição de "resistir para existir, existir para reagir".

[60] https://antrabrasil.org/

Referências

AGUINSKY, Beatriz; FERREIRA, Guilherme; RODRIGUES, Marcelli. Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 47 - 54, jan./jun. 2013.

_____. Segurança pública e violência simbólica: as identidades trans entre o reconhecimento e a (in)visibilidade. **Periódicus**, Salvador, n. 9, v. 1, p.419-433, maio-out. 2018.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. IX, n.01, p. 49-63, 2006.

ASSUMPÇÃO, Glaucia; OLIVEIRA, Luciele; SOUZA, Mayra. Depressão e suicídio: uma correlação. **Pretextos**. Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, Minas Gerais, v. 3, n. 5, 2018.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Maria Bagatin. **Snowball (Bola de Neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), PUCPR: Curitiba, Anais, 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/-CD2011/pdf/4398_2342.pdf > Acesso em: 27 mar. 2018.

BENTO, Bereneci. **Transexuais, corpos e próteses.** Florianópolis, 2003. Disponível em: https://gedsfdusp.files.wordpress.com/2015/08/06-bento-berenice-transexuais-corpos-e-prc3b3teses.pdf > Acesso em: 07 fev. 2018.

_____. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 2008.

_____. As famílias que habitam "a família". **Sociedade e Cultura**. V. 15, n. 2 (2012). P. 275-283. Disponível em https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/22396/13408. Acesso em 15 de setembro de 2018.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Ed. Vozes. Petrópolis, 2004.

BONASSI, Bruna; AMARAL, Marília dos Santos; TONELI, Maria Filgueiras; QUEIROZ, Mariana Amaral de. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. In: **Quaderns de Psicologia**, 2015, vol. 17, nº 3, p. 83-98.

BOTEGA, Neury. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 25, n. 3, 2014.

BRASIL. Lei n°. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: out. 2018.

_____. Portaria N° 675/GM de 30 de Março de 2006. Aprova Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que consolida os direitos e deveres do exercício da cidada¬nia na saúde em todo o País. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/CIB/LEGIS/PortGMMS_675_30marco_2006_carta_dos_direitos.pdf. Acesso em: out. 2018.

_____. Portaria n. 1.707, de 18 de agosto de 2008: Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial União**, Brasília, 2008.

_____. Portaria n° 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em: out. 2018.

_____. Portaria N° 2.836/GM, de 01 de dezembro de 2011: Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbi¬cas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). **Diário Oficial da União, Brasília**, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/-2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: out. 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17417&Itemid=866. Acesso em: 06. Mar. 2018. Acesso em: out. 2018.

_____. Portaria n° 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único da Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: out. 2018.

_____. Lei nº 13. 005, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26.Jun. 2014. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal- 144468-pl.html. Acesso em: 06. Mar. 2018.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD, LGBT. Resolução n. 12, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 mar. 2015. Seção 1, p. 3. Disponível em: http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/diversidades/normativos-2/resolucao-no-12-cncdc_lgbt-16-de-janeiro-de-2015.pdf. Acesso em: 05. Jul. 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.110-125.

_____**. Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

CARDOSO, Gabriela; SEIBEL, Erni; MONTEIRO, Felipe.; RIBEIRO, Ednaldo. Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. **Segurança pública**, v. 7, n. 2, p. 144-161, 2013.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.21, n.41, p. 77-111. 2001.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens**: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência [Dissertação]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia; 2009. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6702/2539.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 17 de setembro de 2018.

FERREIRA Jr, Sérgio; FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo, NOGUEIRA, Péricles Alves. Perfil de travestis e transgêneros: tuberculose e HIV/Aids na cidade de São Paulo. **Rev Panam Salud Publica.**; 40(6):410–17, 2016.

FERREIRA, Breno; NASCIMENTO, Elaine; PEDROSA, José; MONTE, Liana. Vivências de Travestis no acesso ao SUS. **Physis *Revista de Saúde Coletiva***, Rio de Janeiro, 27 [4]: 1023-1038, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Ed. Atlas. São Paulo,1999.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro, 2002.

GUIMARÃES, Anibal. Todas as mulheres do mundo: a construção do corpo travesti no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. In: Ministério da Saúde (Org). **Transexualidade e Travestilidade na saúde**, Brasília, 2015.

INSTITUTO JONES DO SANTOS NEVES (IJSN). Pesquisa sobre Homens Transexuais, Mulheres Transexuais e Travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória - ES, IJSN, 2018.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008

LOUZADA, D. A. 2018. Artigo: onde existem pessoas, nós enxergamos cidadãos e cidadãs: retificação de nome e gênero nos documentos. In **Carta Capital**. Disponível em: http://justificando.cartacapital.com.br/2018/05/08/onde-existem-pessoas-nos-enxergamos-cidadaos-e-cidadas-retificacao-de-nome-e-genero-nos-documentos/

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana, n. 11, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

MONZELI, Gustavo Artur. Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens travestis **[Dissertação]**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2013. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6866/4852.pdf?sequence=1. Acesso em 14 de setembro de 2018

MORAES, Lucas; OSTERNE, Maria do Socorro. Transgressões de gênero: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e as demandas de mulheres travestis e transexuais. **Ambivalências**, 2017, v. 5, n. 10, p. 157-179, jul./dez., 2017.

PANTOJA DE OLIVEIRA SMITH, Andreza do Socorro; OLIVEIRA DOS SANTOS, Jorge Luiz. Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. **Revista Direito e Práxis**, vol. 8, núm. 2, p. 1083-1112, Rio de Janeiro, 2017.

PELUCIO, Larissa. Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids. **Tese de doutorado**. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2007.

PERES, Wiliam. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Travestis, Escolas e Processos de Subjetivação. **R. Est. Pesq. Educ.** Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. **Ideologia de gênero**: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 138, jan.-mar., 2017.

ROCON, Pablo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(8):2517-2525, 2016.

RODRIGUES, Marcelli Cipriani. Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 47 - 54, jan./jun. 2013.

ROMANO, Valéria. As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa. **Saúde Soc**. São Paulo, v.17, n.2, p.211-219, 2008.

SANTANA, Ana Larissa. A vivência dos travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período de 2011- 2015. **Revista Científica Multidisciplinar**, Volume I, 2016.

SANTOS, Dayana. Nome social de travestis e transexuais na escola básica: política pública afirmativa ou capricho? **IX Congresso Nacional de Educação**- EDUCERE, PUCPR, Paraná, 2009.

_____. Para se pensar sobre a experiência transexual na escola: algumas cenas. **Revista Bagoas**, Rio Grande do Norte, n. 07, p.147-171, 2012.

_____. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cadernos de Pesquisa**. v.45 n.157 p.630-651 jul./set. 2015.

SANTOS, Juliana Oliveira; KRAWCZAK, Kaoanne Wolf. Brasil, o país que mais mata: uma análise crítica acerca da violência contra travestis e transexuais. In: **CIÊNCIAS CRIMINAIS & DIREITOS HUMANOS** - Volume II / Anna Paula Bagetti Zeifert, Joice Graciele Nielsson, Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth (orgs). Bento Gonçalves, RS: Associação Refletindo o Direito, 2017.

_____. Segurança pública e violência simbólica: as identidades trans entre o reconhecimento e a (in)visibilidade. **Periódicus**, Salvador, n. 9, v. 1, p.419-433, maio-out. 2018.

SILVA, Aline Ferraz. O corpo travesti e suas marcas no currículo escolar. In: **Fazendo Gênero 10:** desafios atuais dos feminismos. Florianópolis: UFSC, 2013.

SILVA, José Paulo Vicente da; LIMA, Juliano de Carvalho. "Sistema Único de Saúde: reafirmando seus princípios e diretrizes para fazer avançar a Reforma Sanitária Brasileira". In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (org.). **Textos de apoio em políticas de saúde.** Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz. 2005. p. 43-73.

SILVA, Rodrigo; BEZERRA, Waldez; QUEIROZ, Sandra. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Rev Ter Ocup Univ**, São Paulo. 2015 set.-dez.;26(3):364-72. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052. Acesso em 17 de setembro de 2018.

SIMPSON, Keila. **Transexualidade e Travestilidade na saúde**. In: Ministério da Saúde (Org). Transexualidade e Travestilidade na saúde, Brasília, 2015.

SOARES, Glaucio. Sentimento de insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: CAMPAGNAC, Vanessa. PINTO, Andréia; DIRK, Renato. (Org.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização 2007**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.

TAGLIAMENTO, Grazielle. Direitos Humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. In:

Ministério da Saúde (Org). **Transexualidade e Travestilidade na saúde**, Brasília, 2015.

UCHÔA, Elisabeth; VIDAL, Jean. "Antropologia Médica: Elementos Conceituais e Metodológicos para uma Abordagem da Saúde e da Doença". ***Cadernos Saúde Pública***, Rio de Janeiro. Out./dez. 1994. Nº 10 (4), p. 497-504.

VEIGA-NETO, Alfredo. As crianças ainda devem ir à escola? In: CANDAU, Vera Maria (Org.) **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender.** Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE). Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal**: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

VIANA, Alba; SOUSA, Eduardo; VALE, Johnatan. Os homens trans e a corporeidade: o complexo fenômeno da busca do sujeito social masculino. In: Ministério da Saúde (Org.). **Transexualidade e Transvestilidade na Saúde**, Brasilia, 2015.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos**., n. 84, p. 175-196, 2009.

ZAMPROGNO, Daniela. GOMES, Maria. Homofobia e Transfobia no espaço escolar: uma análise do Plano Estadual de Educação do Espírito Santo. **Espaço do Currículo**. v.9, n.1, p. 18-23, 2016.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v.2. Brasília: Editora da UnB, 1999.

Fontes Consultadas:

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Associação Capixaba de Redução de Danos (ACARD).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apêndice

Apêndice A

Lista com os nomes da equipe da pesquisa (articuladores de campo, entrevistadores) e participantes do GD

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenadora da Pesquisa
Sandra Mara Pereira

Bolsista Supervisor de Campo
Cicero Frechiani Linhalis

Bolsista Apoio Técnico Interno
Pedro Roberto Castro Silva

Bolsista Apoio Técnico | Digitação
Niara Rocha Souza Chaves

Pesquisadora da Coordenação de Estudos Sociais
Thalita Matias Gonçalves

Articuladores de Campo
Carlos Eduardo Medeiros de Melo
Helloy Scárdua
Michelle Gama

Bolsistas Agentes de Campo
Catharina Romanny
Miguel Barbosa dos Santos
Pablo Santiago
Thamara Blair da Silva

Participantes do Grupo de Discussão (GD POP TRANS)
Ana Carolina Giuberti
André Luiz Zanão Tosta
Camilla Sianga Assis
Carlos Eduardo Medeiros de Melo
Cicero Frechiani Linhalis
Clotilde Frota Cosme *(in memoriam)*
Cristina Moreira
Érico Jenz Santos
Fabiana Malheiros
Felipe Moura Andrade
Ismenia Novaes Barbosa
Júlio César de Moraes
Leonardo Rangel Nascimento
Maria Aidê Malanquiri
Michel Gonçalves
Michelle Gama
Murilo Lopes Teixeira
Natália Becher
Pablo Cardozo Rocon
Patrícia Malini
Pedro Roberto Castro Silva
Raysla Ferreira
Sandra Mara Pereira
Sthéfanie da Penha Silva
Thaís Alves Vieira
Thalita Matias Gonçalves
Victoria Pastore
Viviana de Paula Corrêa
Weliton Toledo


FAPES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
ijsn
Instituto Jones
dos Santos Neves
GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO